

# Plano Plurianual 2016-2019 – vol. I

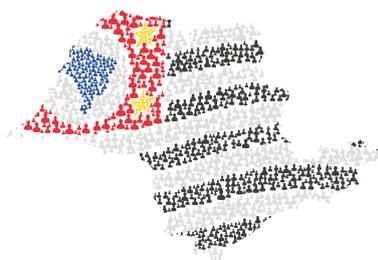
Lei nº 16.092, de 28 de dezembro de 2015



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

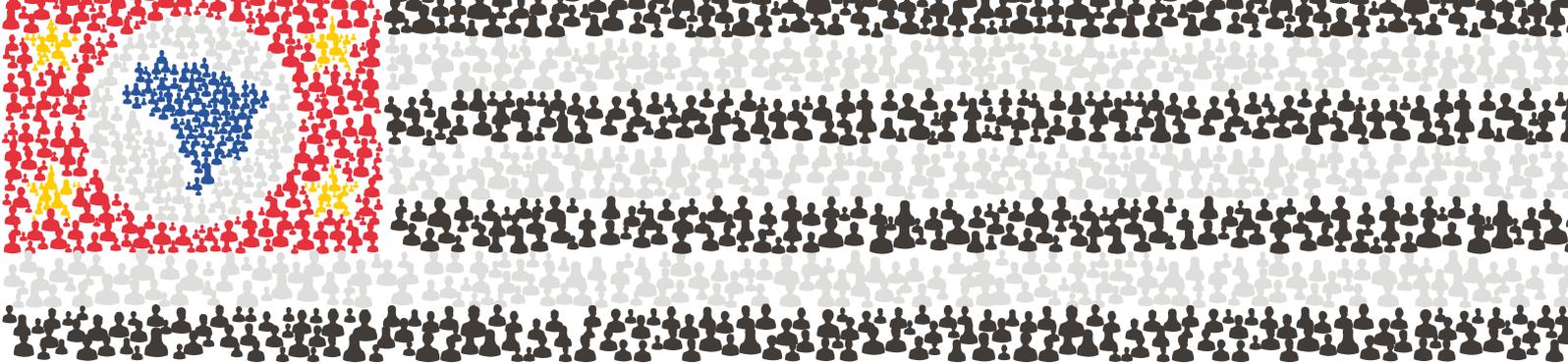


# **Plano Plurianual 2016 - 2019**

**Lei 16.082, de 28 de dezembro de 2015**

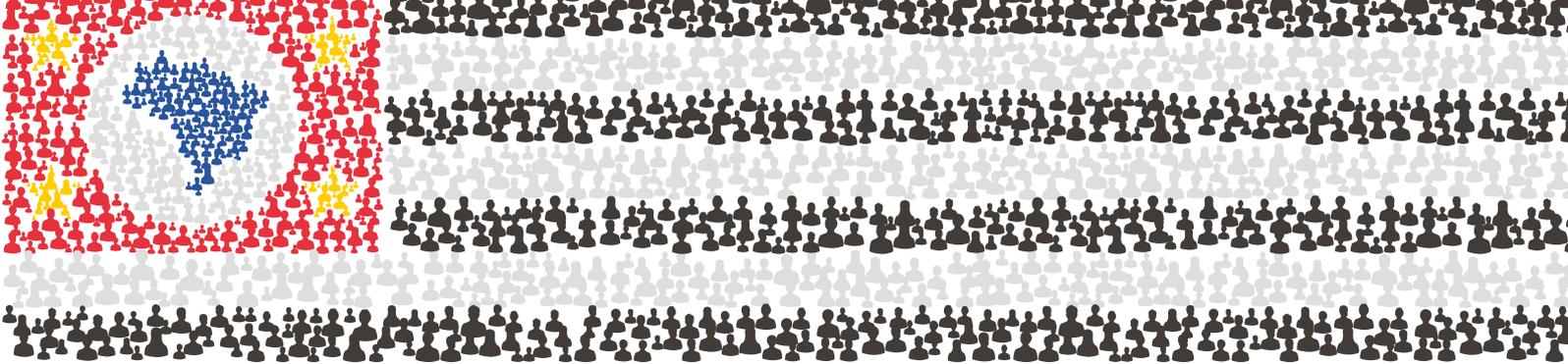
**Volume I**

**Programas e metas**



# Índice

|   |    |
|---|----|
| Plano Plurianual 2016-2019  | 5  |
| Lei nº 16.082, de 28 de dezembro de 2015  | 7  |
| Introdução  | 11 |
| Definições Estratégicas   | 11 |
| Definições Metodológicas  | 13 |
| Perspectivas, condicionantes e oportunidades  | 18 |
| Da estratégia aos programas do PPA 2016-2019  | 29 |
| <b>Objetivo Estratégico 1:</b> São Paulo sem pobreza e com menor desigualdade social.   | 30 |
| <b>Objetivo Estratégico 2:</b> População com formação educacional adequada, capacitada para melhores oportunidades de trabalho e desenvolvimento pessoal, independentemente de condições físicas e psicológicas, gênero, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, renda e idade. | 33 |
| <b>Objetivo Estratégico 3:</b> Sociedade Saudável, com maior qualidade de vida e longevidade.   | 40 |
| <b>Objetivo Estratégico 4:</b> Sociedade segura, com menos violência e criminalidade.   | 46 |
| <b>Objetivo Estratégico 5:</b> População com pleno exercício dos direitos de cidadania, como direito à justiça, à proteção social básica, à cultura, ao esporte e ao lazer.   | 51 |
| <b>Objetivo Estratégico 6:</b> Meio ambiente preservado, saudável e sustentável.  | 55 |
| <b>Objetivo Estratégico 7:</b> Urbanização inclusiva, com moradia e infraestrutura adequada em todo território paulista, com mobilidade urbana ampliada.  | 61 |
| <b>Objetivo Estratégico 8:</b> Economia paulista competitiva, voltada para a inovação tecnológica, o incremento da produtividade e a geração de empregos de boa qualidade.  | 65 |
| <b>Objetivo Estratégico 9:</b> Cidades integradas, conectadas, territorialmente ordenadas, com melhor acessibilidade a bens e serviços e desequilíbrios regionais reduzidos.  | 73 |
| <b>Objetivo Estratégico 10:</b> Sociedade resiliente às mudanças climáticas, com disponibilidade de água para as gerações presente e futuras.   | 79 |
| <b>Objetivo Estratégico 11:</b> Gestão Pública inovadora, eficiente e comprometida com o planejamento e a execução dos programas e serviços públicos de qualidade.  | 84 |
| Considerações Finais  | 87 |

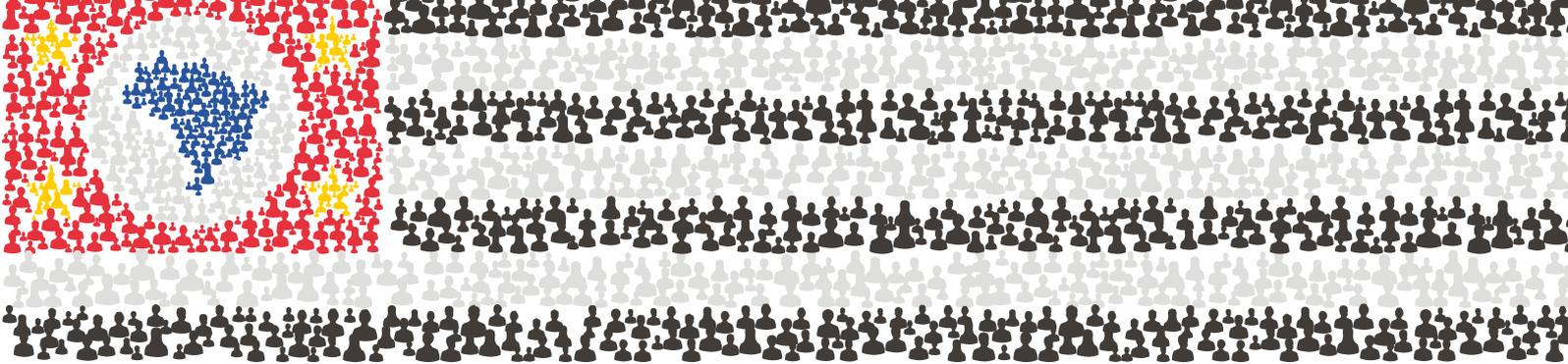


## Plano Plurianual 2016 - 2019

O Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 que o Governo do Estado de São Paulo ora apresenta estabelece os programas que serão desenvolvidos durante os quatro anos de sua vigência, os bens e serviços que pretende entregar e os resultados que espera obter nesse período. A concepção do Plano baseia-se em quatro Diretrizes e 11 Objetivos Estratégicos, que representam as mudanças sociais, econômicas e na gestão pública para as quais o PPA deve contribuir e

que resumem as prioridades políticas do Governo, legitimadas pela sociedade no processo eleitoral.

O Plano será apresentado em dois volumes. No primeiro, de natureza introdutória, consta a Lei que o estabelece, seguida pela exposição mais ampla do Plano, destacando as inovações incorporadas em sua elaboração e seus traços estratégicos mais relevantes. No segundo volume, constam os programas, seus objetivos, produtos e metas.



# Lei nº 16.082, de 28 de dezembro de 2015

*Institui o Plano Plurianual - PPA para o quadriênio 2016-2019.*

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

## CAPÍTULO I

### PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E PLANO PLURIANUAL

**Artigo 1º** - Fica instituído o Plano Plurianual do Estado de São Paulo para o período de 2016 a 2019 – PPA 2016-2019, em cumprimento ao disposto no § 1º do artigo 174 da Constituição do Estado.

**Artigo 2º** - O PPA 2016-2019 é instrumento de planejamento governamental que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Estadual e dos demais Poderes do Estado para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

**Artigo 3º** - Constituem diretrizes da Administração Pública Estadual e do PPA 2016-2019:

I - desenvolvimento econômico e sustentabilidade: competitividade e criação de oportunidades;

II - desenvolvimento social: qualidade de vida, equidade, justiça e proteção social;

III - desenvolvimento urbano e regional: conectividade e superação das desigualdades entre pessoas e regiões;

IV - gestão pública: inovação, eficiência e tecnologia a serviço do cidadão.

**Artigo 4º** - O PPA 2016-2019 terá 11 objetivos estratégicos, com respectivos indicadores e trajetórias esperados para o período de vigência, com vistas a orientar a atuação da Administração Pública Estadual.

## CAPÍTULO II

### ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PPA

**Artigo 5º** - No PPA 2016-2019, toda ação governamental está estruturada em programas.

**Artigo 6º** - As diretrizes enunciam prioridades para a atuação da Administração Pública Estadual e estratégias de como devem ser implementados os programas do PPA no quadriênio 2016-2019.

**Artigo 7º** - Os objetivos estratégicos do PPA 2016-2019 representam as situações e mudanças de médio e longo prazos na sociedade, com as quais o Governo do Estado de São Paulo pretende contribuir por meio de seus programas.

**Artigo 8º** - Os programas são classificados como:

**I** - Programas Finalísticos: têm por objetivo viabilizar o acesso da população aos bens e serviços públicos ou a mudança nas condições de vida dos beneficiários diretos do programa;

**II** - Programas de Melhoria de Gestão de Políticas Públicas: têm por objetivo aprimorar a qualidade dos serviços e dar mais eficiência e eficácia aos Programas Finalísticos;

**III** - Programas de Apoio Administrativo: destinam-se à manutenção da organização pública e ao apoio à realização dos Programas Finalísticos e de Melhoria de Gestão das Políticas Públicas;

**IV** - demais programas: destinam-se a alocar despesas com comunicação social e aquelas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Os Programas Finalísticos e de Melhoria de Gestão de Políticas Públicas são compostos por objetivos, produtos, indicadores, metas, valores globais e órgãos executores, assim definidos:

**1** - o objetivo expressa o resultado positivo que se espera alcançar com o programa e será acompanhado por:

- a) público-alvo;
- b) abrangência espacial;

**2** - os produtos representam os bens e serviços ofertados pelo programa ao seu público-alvo;

**3** - o indicador é medida que permite aferir, periodicamente, o alcance do objetivo de um programa ou a oferta de seus produtos, auxiliando o seu monitoramento e avaliação, e será detalhado em:

- a) valor mais recente;
- b) período de referência;
- c) fonte da informação;

**4** - a meta estabelece, para cada indicador, as quantidades do resultado esperado pelo programa ao final do Plano e de produto a ser ofertado no período;

**5** - o valor global do programa é uma estimativa dos recursos orçamentários e não orçamentários necessários à realização dos produtos e à consecução dos objetivos;

**6** - são órgãos executores, responsáveis pela implementação dos programas, as Secretarias de Estado e os demais Poderes.

§ 2º - Os Programas de Apoio Administrativo e os demais programas são compostos por objetivos, produtos, valores globais e órgãos executores.

§ 3º - Não integram o PPA 2016-2019 os programas cujas dotações orçamentárias são exclusivamente destinadas ao pagamento de serviços da dívida, sentenças judiciais e transferências constitucionais e legais.

**Artigo 9º** - O PPA 2016-2019 se integra em dois volumes:

**I** - volume I: Diretrizes e Objetivos Estratégicos.

**II** - volume II: Programas, Metas e Recursos.

### CAPÍTULO III

#### COMPATIBILIZAÇÃO DO PPA COM AS LEIS DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E ORÇAMENTOS ANUAIS

**Artigo 10** - Os programas a que se refere o artigo 5º desta lei constituem o elemento de compatibilização entre os objetivos do PPA 2016-2019, as prioridades e metas fixadas nas leis de diretrizes orçamentárias e as programações estabelecidas nos orçamentos anuais, correspondentes aos exercícios abrangidos.

**Parágrafo único** - As codificações dos programas do PPA 2016-2019 prevalecerão até o término das programações a que se vinculam e serão observadas nas leis de diretrizes orçamentárias e nas leis orçamentárias anuais.

**Artigo 11** - O Anexo de Metas e Prioridades das Leis de Diretrizes Orçamentárias estabelecerá:

**I** - as metas de resultados dos programas e dos produtos para o exercício;

**II** - as ações orçamentárias e não orçamentárias necessárias à geração dos produtos.

**Artigo 12** - Nos orçamentos anuais, os programas constantes do PPA 2016-2019 serão detalhados em ações orçamentárias, segundo seus grupos de despesa e fontes de recursos.

**Parágrafo único** - As correspondências entre os produtos dos programas do PPA 2016-2019 e suas respectivas ações orçamentárias estarão evidenciadas em quadro demonstrativo constante nas leis orçamentárias anuais.

**Artigo 13** - As mensagens de encaminhamento dos projetos de lei do orçamento anual, no período abrangido pelo PPA 2016-2019, explicitarão, em demonstrativo específico, os investimentos financiados pelos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminados por Programa e Região Administrativa do Estado.

**Artigo 14** - Os valores globais previstos para os programas deste Plano não são limites para o estabelecimento de dotações requeridas à programação e à execução das despesas expressas nas leis orçamentárias.

**§ 1º** - Os valores globais referidos no “caput” deste artigo e suas correspondentes programações de gastos deverão ser adequados, quando da elaboração da proposta orçamentária anual, à previsão de receita, às metas e aos limites fiscais fixados para o respectivo exercício.

**§ 2º** - Para efeito do disposto no artigo 4º, inciso I, alínea “f”, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, as leis de diretrizes orçamentárias disciplinarão os critérios para o repasse de recursos às entidades da Administração Indireta do Estado, podendo ser utilizados, para tanto, os parâmetros constantes do PPA 2016-2019 associados às respectivas metas de desempenho operacional de cada entidade.

## **CAPÍTULO IV GESTÃO DO PPA**

### **Seção I Aspectos Gerais**

**Artigo 15** - A gestão do PPA 2016-2019 consiste na articulação dos meios necessários para viabilizar a consecução das suas metas, diretrizes e objetivos, e busca o aperfeiçoamento dos mecanismos de geren-

ciamento dos recursos e da implementação das políticas públicas.

**Parágrafo único** - A gestão do PPA 2016-2019 observará os princípios da publicidade, eficiência, impessoalidade, economicidade e efetividade e compreenderá a execução, o monitoramento, a avaliação e a revisão dos programas, objetivos, produtos, indicadores, metas e valores globais.

**Artigo 16** - O Poder Executivo manterá sistema integrado de informações para apoio à gestão do Plano, que será atualizado permanentemente e abrangerá a execução financeira dos programas, o alcance das metas e o acompanhamento dos indicadores.

**Parágrafo único** - As informações sobre o acompanhamento do PPA 2016-2019 serão disponibilizadas, em linguagem simples, no portal da transparência do Estado de São Paulo.

**Artigo 17** - O Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa, até o dia 30 de abril de cada exercício, relatório com informações sobre a execução do Plano, que conterá:

I - avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano, explicitando as eventuais variações entre os valores previstos e os realizados;

II - situação por programa e metas;

III - execução financeira dos programas.

### **Seção II Monitoramento e Avaliação**

**Artigo 18** - Com vistas a viabilizar o alcance dos objetivos constantes do PPA 2016-2019, as atividades de monitoramento e avaliação deste Plano visam aprimorar as práticas da gestão orientada para resultados, propor o uso racional e qualitativo dos recursos e conferir maior efetividade às políticas públicas.

**Parágrafo único** - As atividades de monitoramento da execução e avaliação dos programas do PPA 2016-2019 seguirão os princípios da metodologia do Orçamento por Resultados.

**Artigo 19** - Os Programas Finalísticos e de Melhoria de Gestão de Políticas Públicas serão objeto prioritário das atividades de monitoramento e avaliação.

**Parágrafo único** - As atividades de monitoramento e avaliação poderão fazer uso de indicadores complementares aos publicados neste Plano, sendo que estes não estão vinculados ao cumprimento de metas.

## **CAPÍTULO V**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 20** - Considera-se revisão do PPA 2016-2019 a inclusão, exclusão ou alteração em programas, objetivos, produtos, indicadores e metas.

**Parágrafo único** - As revisões de que trata o “caput” deste artigo serão propostas pelo Poder Executivo, por

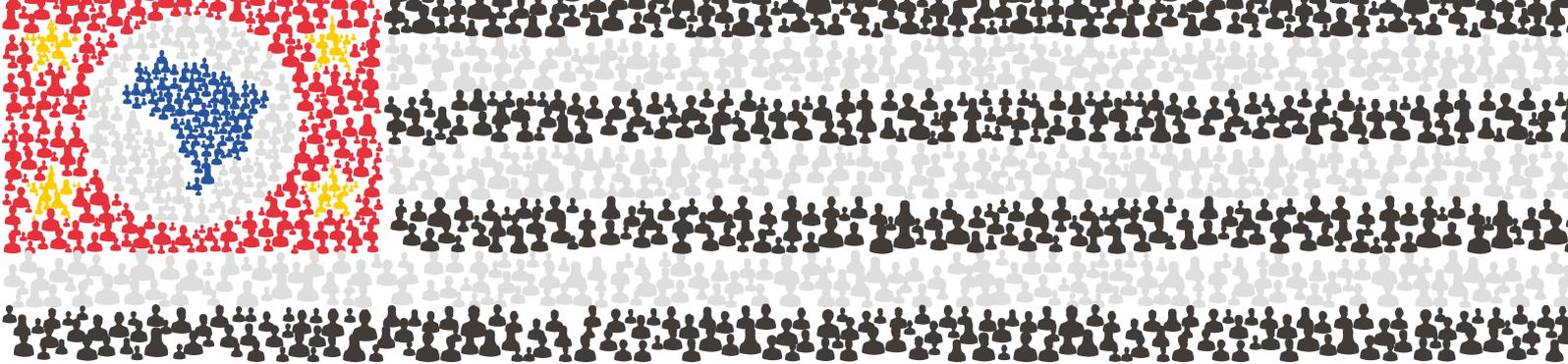
meio dos projetos de lei de diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais, destacadas em anexo específico.

**Artigo 21** - Caberá ao Poder Executivo editar normas complementares para a execução desta lei.

**Artigo 22** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Palácio dos Bandeirantes, aos 28 de dezembro de 2015

Geraldo Alckmin



## Introdução

A elaboração de um plano de médio prazo, como o PPA, é tarefa complexa. De uma parte, em razão da multiplicidade de aspectos a serem considerados, que correspondem às diferentes áreas de atuação governamental. De outra, devido à própria estrutura da administração pública, segmentada em áreas temáticas, com suas urgências e desafios específicos. Por fim, pelo fato de, como qualquer plano, o PPA busca intervir no futuro e, apesar das inescapáveis incertezas e imprevisibilidades, criar condições para que os desafios sejam superados e as oportunidades aproveitadas e convertidas em aumento do bem-estar social.

Diante disso é pré-requisito para sua elaboração alinhar os diferentes órgãos governamentais em três dimensões: a estratégica; a operacional; e a prospectiva. A primeira relaciona-se ao compartilhamento da visão do Governo quanto a suas diretrizes e aos objetivos a serem perseguidos; a segunda, à padronização da metodologia e dos procedimentos a serem adotados na elaboração e execução do Plano; e a terceira, às perspectivas futuras da economia e da sociedade paulista, que condicionam a atuação governamental, seja por influenciarem diretamente sua capacidade de mobilizar os recursos necessários à implementação do PPA, seja por alterarem as demandas e necessidades sociais, cujo atendimento, em última instância, é o objetivo central da atuação pública. Ademais disso, análises prospectivas podem mostrar ca-

minhos e oportunidades que o olhar conjuntural é incapaz de perceber.

Esta introdução busca apresentar, de forma sintética, as dimensões estratégica e metodológica (operacional) que orientaram a elaboração do PPA, como também a dimensão prospectiva, com destaque para as perspectivas econômicas e demográficas do Estado de São Paulo, que correspondem às condicionantes estruturais sob as quais este plano será executado, as quais também criam oportunidades, consideradas na formulação do Plano.

Enquanto as duas primeiras dimensões têm um caráter descritivo, referente ao processo de elaboração do PPA, a terceira tem natureza prospectiva, pois busca antecipar possíveis trajetórias de fenômenos futuros. Nesse sentido, o PPA corresponde a uma ponte que busca conectar um presente em transformação a um futuro com desafios e, ao mesmo tempo, criar oportunidades, o que exigirá especial esforço do Governo para atingir os objetivos e metas deste Plano.

### Definições Estratégicas

As Diretrizes que orientam o PPA 2016-2019, estabelecidas pelo Governo do Estado de São Paulo, são as seguintes:

- I. Desenvolvimento econômico e sustentabilidade: competitividade e criação de oportunidades;

- II. Desenvolvimento social: qualidade de vida, equidade, justiça e proteção social;
- III. Desenvolvimento urbano e regional: conectividade e superação das desigualdades entre pessoas e regiões;
- IV. Gestão Pública: inovação, eficiência e tecnologia a serviço do cidadão.

Essas diretrizes determinam um compromisso enfático do PPA com o desenvolvimento e nessa direção seus programas foram formulados. Contudo, não se trata de um desenvolvimento qualquer: ele deve respeitar e proteger o meio ambiente, ser socialmente inclusivo e buscar a ampliação da competitividade econômica e da integração territorial. As três primeiras diretrizes fundamentam o conteúdo de cada um dos programas do PPA, enquanto a última dita os princípios para sua execução: primar pela inovação, a eficiência e o atendimento das necessidades dos cidadãos.

Em conjunto com as Diretrizes, o Governo do Estado de São Paulo estabeleceu seus Objetivos Estratégicos, entendidos como as *mudanças desejadas para a sociedade paulista no longo prazo, com as quais o Governo do Estado pretende contribuir por meio de seus programas definidos no PPA*. Tais objetivos são os seguintes:

1. São Paulo sem pobreza e com menor desigualdade social;
2. População educada e capacitada para melhores oportunidades de trabalho e desenvolvimento pessoal e profissional, independente de condições físicas e psicológicas, cor, etnia, orientação sexual, gênero, identidade de gênero, renda e idade;
3. Sociedade saudável, com maior qualidade de vida e longevidade;
4. Sociedade segura, com menos violência e criminalidade;
5. População com pleno exercício dos direitos de cidadania, como direito à justiça, à proteção social básica, à cultura, ao esporte e ao lazer;
6. Meio ambiente preservado, saudável e sustentável;
7. Urbanização inclusiva, com moradia e infraestrutura adequada em todo território paulista, com mobilidade urbana ampliada;

8. Economia paulista competitiva, voltada para a inovação tecnológica, o incremento da produtividade e a geração de empregos de boa qualidade;
9. Cidades integradas, conectadas, territorialmente ordenadas, com melhor acessibilidade a bens e serviços e desequilíbrios regionais reduzidos;
10. Sociedade resiliente às mudanças climáticas, com disponibilidade de água para as gerações presente e futuras;
11. Gestão Pública inovadora, eficiente e comprometida com o planejamento e a execução dos programas e serviços públicos de qualidade.

Ressalte-se que os Objetivos Estratégicos exprimem uma visão de desenvolvimento de longo prazo, enquanto os programas definidos no âmbito do PPA, por terem um horizonte de médio prazo, devem contribuir para o alcance desses objetivos. Adicionalmente, embora a ação governamental seja importante para a consecução desses objetivos, ela não exclui a contribuição de outros atores sociais. Pelo contrário, a ação governamental deve guiar e complementar a ação dos demais atores rumo à trajetória de desenvolvimento desejada. Nesse sentido, os objetivos estratégicos cumprem o papel de referência para a formulação dos programas do PPA, de modo que não se estabeleceram metas para eles. No PPA, a definição de metas será estabelecida apenas no âmbito dos programas e seus produtos, os quais devem contribuir para que os objetivos sejam alcançados.

A despeito de seu caráter referencial, a cada Objetivo Estratégico foi associado um conjunto de indicadores que deverão permitir o acompanhamento da evolução dos principais fenômenos sociais, econômicos e ambientais que afetam o desenvolvimento do Estado de São Paulo. A ação governamental, por meio do PPA, pretende contribuir para alterar ou reforçar as trajetórias desses indicadores, em consonância com a visão de desenvolvimento de médio e de longo prazos. Tais indicadores e sua evolução recente encontram-se descritos nos capítulos subsequentes deste documento.

Com base nessas Diretrizes e Objetivos Estratégicos, as Secretarias de Estado e suas entidades supervisionadas viram-se em condições de desenhar seus respectivos programas, alinhando-os a tais princípios e referências. Contudo, para garantir a elaboração de um plano harmônico e coerente e dada a complexidade da estrutura

governamental do Estado de São Paulo, esse alinhamento estratégico foi construído de forma coordenada e por meio de uma metodologia padronizada com respeito aos conceitos e procedimentos a serem adotados na elaboração do plano.

## Definições Metodológicas

O Decreto Estadual nº 61.174, de 18 de março de 2015, fixou as normas para a construção do PPA 2016-2019 e determinou que a metodologia para elaborar, monitorar e avaliar os Programas do Plano fosse a do Orçamento por Resultados. Com isso, o Governo promoveu, além do alinhamento estratégico anteriormente mencionado, a padronização metodológica e procedimental para a elaboração e execução do PPA, uma inovação importante na forma de gerir o Estado. Numa estrutura complexa como a da administração pública paulista, essa padronização metodológica é fundamental e favorece a elaboração do Plano de forma coordenada e descentralizada, possibilitando reduzir a chance de ocorrência de inconsistências internas que possam colocar em risco sua execução.

A rigor, os princípios e conceitos do Orçamento por Resultados já estão contidos no PPA e nas leis orçamentárias anteriores, haja vista serem os mesmos estabelecidos pelo orçamento-programa. A inovação trazida pela metodologia do Orçamento por Resultados reside na especificação clara do que deve ser feito para chegar aos resultados almejados, destacando os vínculos causais entre os diversos níveis da atuação governamental. Para isso, oferece ferramentas e conceitos comuns, tanto para o desenho dos programas com seus produtos e ações quanto para a escolha dos indicadores adequados para medir e acompanhar os diferentes níveis de resultados do PPA.

Para facilitar o entendimento dessa metodologia e sua relação com os instrumentos orçamentários, apresenta-se, a seguir, um breve apanhado de seus principais elementos. De maneira simplificada, pode-se dizer que desenhar um programa com base na metodologia do Orçamento por Resultados significa responder às seguintes questões:

1. Aonde se quer chegar? Ou seja, qual o resultado pretendido pelo programa? Ele contribui para qual Objetivo Estratégico e como o faz?
2. Como chegar lá? Isto é, qual a intervenção, ou conjunto de produtos e ações, deve ser reali-

zada pelo programa para que atinja o resultado almejado?

Assim, partindo dos Objetivos Estratégicos estabelecidos pelo Governo e acatando suas Diretrizes, foram formulados os programas cujos resultados deverão contribuir para as mudanças que se espera lograr na sociedade, expressas naqueles Objetivos. Formular um programa, por seu turno, significa definir e quantificar os bens e serviços que ele pretende gerar por meio de suas ações, isto é, dos processos que transformarão os insumos utilizados (recursos públicos) naqueles produtos a serem entregues a seu público-alvo. Portanto, na concepção de cada programa governamental, existe um encadeamento lógico-causal entre os insumos que mobiliza, os produtos que gera, os resultados que provoca e os impactos esperados na sociedade. A metodologia do Orçamento por Resultados busca explicitar essas conexões para cada programa, por meio da chamada cadeia de resultados, esquematizada na **Figura 1**.

Os dois primeiros níveis da cadeia – Impacto e Resultado – correspondem, respectivamente, aos Objetivos Estratégicos do Governo para os quais o programa contribui (impactos na sociedade) e aos resultados do programa propriamente ditos. Os níveis seguintes representam os Produtos (bens ou serviços) que devem ser gerados por meio das ações do programa (que combinam Processos e Insumos), objetivando o alcance do resultado. Impactos, Resultado e Produtos são mensurados por um ou mais indicadores próprios, a fim de permitir a aferição tanto da situação atual (que se pretende modificar) quanto dos avanços obtidos ao longo da execução do programa (em direção àquela mudança).

A relação entre as categorias do Orçamento por Resultados e a estrutura programática, típica dos instrumentos orçamentários, está representada na **Figura 2**. Vê-se, nela, que o Impacto relaciona-se com o Objetivo Estratégico para o qual o programa contribui. O objetivo do programa corresponde ao resultado que ele pretende alcançar. A execução do programa se dá pela mobilização de recursos (insumos) que são processados por meio de suas Ações, as quais, por sua vez, irão gerar e entregar produtos ao público-alvo do programa. A quantidade de bens e serviços que se espera gerar em determinado período corresponde à Meta a ser perseguida em cada Ação do Programa

FIGURA 1

CADEIA DE RESULTADOS DE UM PROGRAMA



FIGURA 2

DA CADEIA DE RESULTADOS À ESTRUTURA PROGRAMÁTICA



Assim, ao adotar a metodologia do Orçamento por Resultados como meio para a padronização da estrutura programática e qualificação das informações necessárias à gestão e ao acompanhamento do Plano Plurianual, o próprio conteúdo desse instrumento impõe a necessidade de mudanças para fins de aperfeiçoamento e integração com o PPA, na forma de elaboração das Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Orçamentária Anual (LOA).

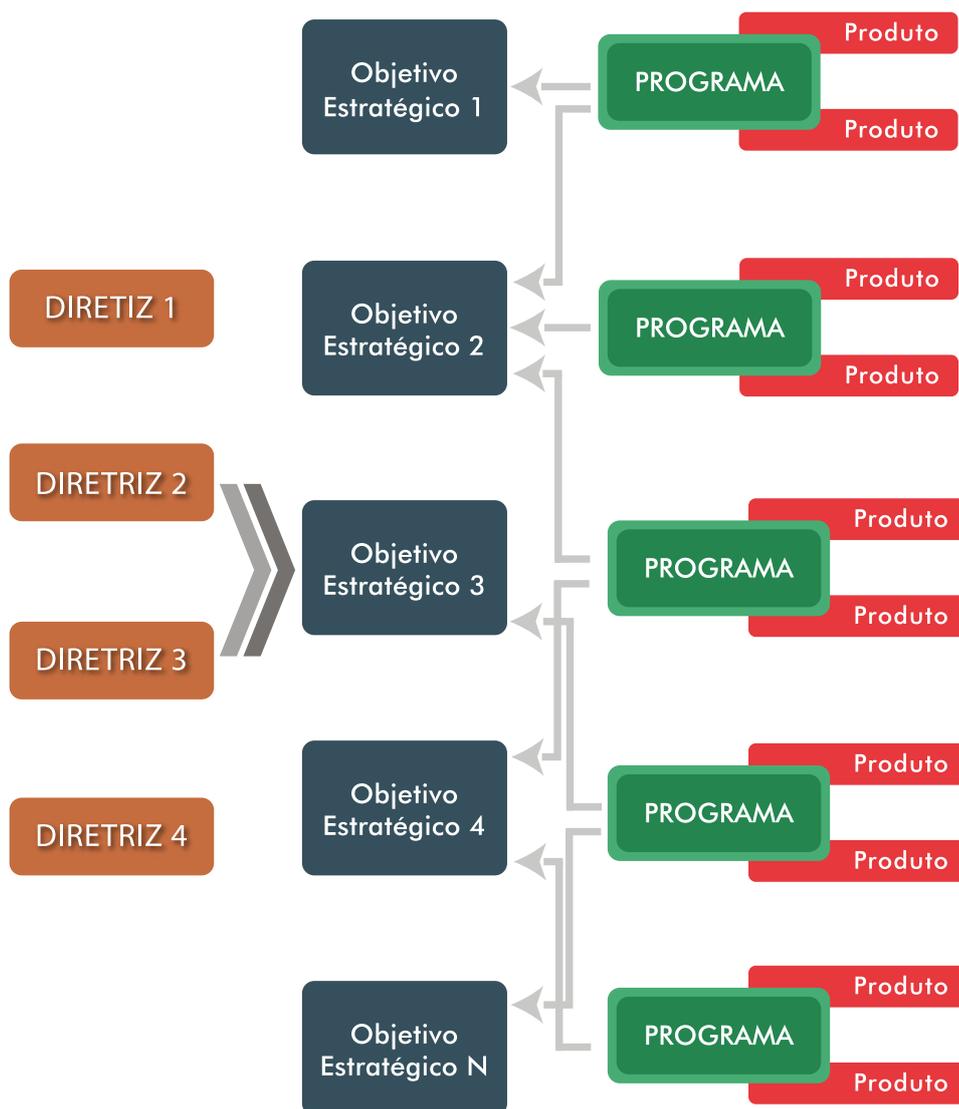
As Constituições Federal (1988) e do Estado de São Paulo (1989) estabeleceram o Plano Plurianual como uma lei que define as diretrizes, objetivos e metas dos programas. Contudo, não há um modelo padronizado, guiando a organização e a estrutura do

PPA, de modo que cada ente federativo tem autonomia para definir os procedimentos de elaboração e apresentação do seu Plano. No Estado de São Paulo, a estrutura do novo PPA foi formalizada pelo Decreto nº 61.174/2015 e a **Figura 3** apresenta, de maneira esquemática, o modelo lógico adotado em sua elaboração.

Pode-se observar que o PPA 2016-2019 explicita o vínculo entre Programas e Objetivos Estratégicos e detalha os primeiros até o nível de produto, isto é, torna visíveis quais bens e serviços cada programa pretende produzir para atingir seu resultado desejado e, assim, contribuir para o avanço em um ou mais Objetivos

**FIGURA 3**

MODELO LÓGICO DE ELABORAÇÃO DO PPA 2016-2019



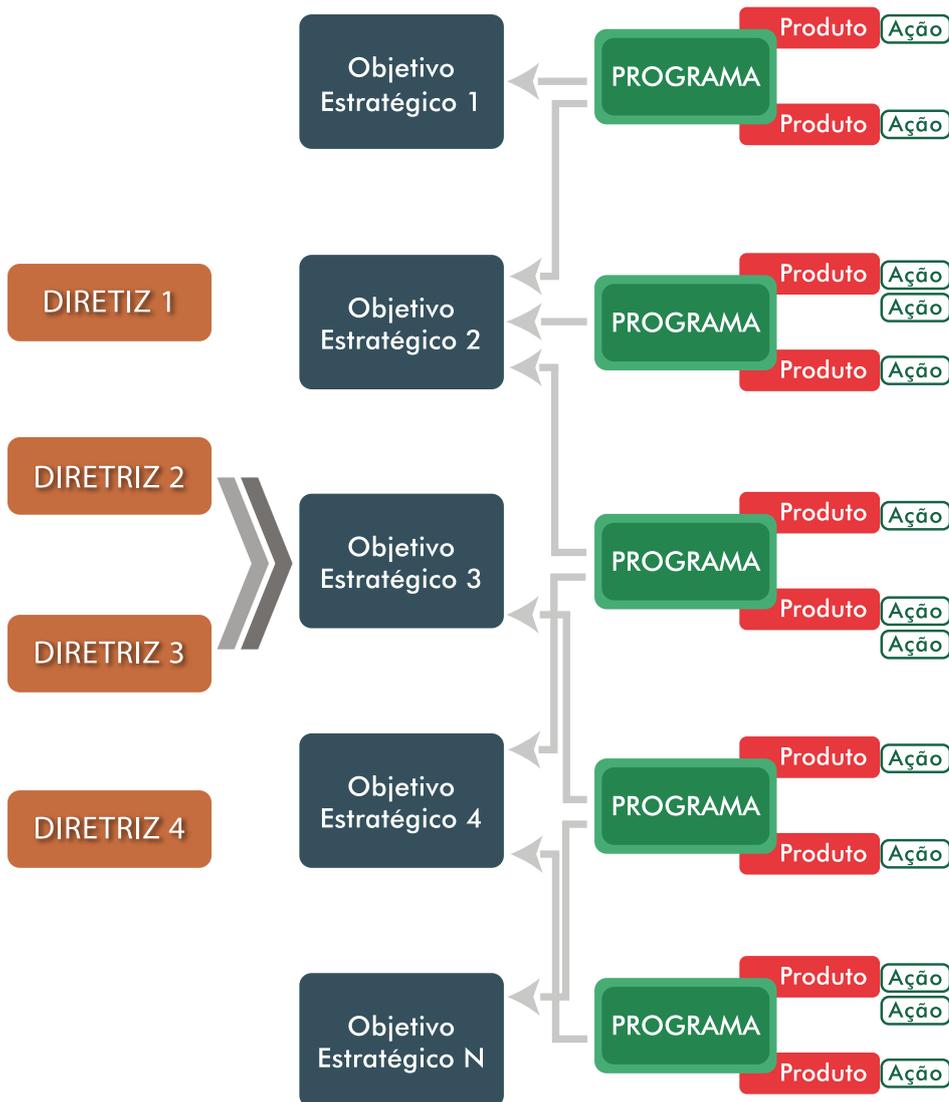
Estratégicos. Além de explicitar as relações entre Objetivos Estratégicos, Programas e Produtos, este PPA também apresenta as metas para os resultados dos programas e a quantidade de bens e serviços (produtos) que cada um deles pretende gerar ao final de sua vigência.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) tem como objetivos principais: orientar o detalhamento das prioridades e metas do Governo para cada ano de vigência do PPA; e definir as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do Estado. Portanto, será por

meio deste instrumento legal que: a) serão definidas as metas anuais dos resultados dos programas contidos no PPA e de seus produtos; e b) serão apresentadas as correspondências dos produtos às ações, inclusive não orçamentárias. Pela metodologia do Orçamento por Resultados, um mesmo produto pode ser gerado por mais de um processo e, portanto, associado a mais de uma ação. Assim, na LDO, estarão explícitas as ações necessárias à geração dos produtos definidos no PPA, assim como suas metas físicas anuais, alinhadas às prioridades de Governo (**Figura 4**).

**FIGURA 4**

MODELO LÓGICO DE ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO) A PARTIR DO PPA 2016-2019



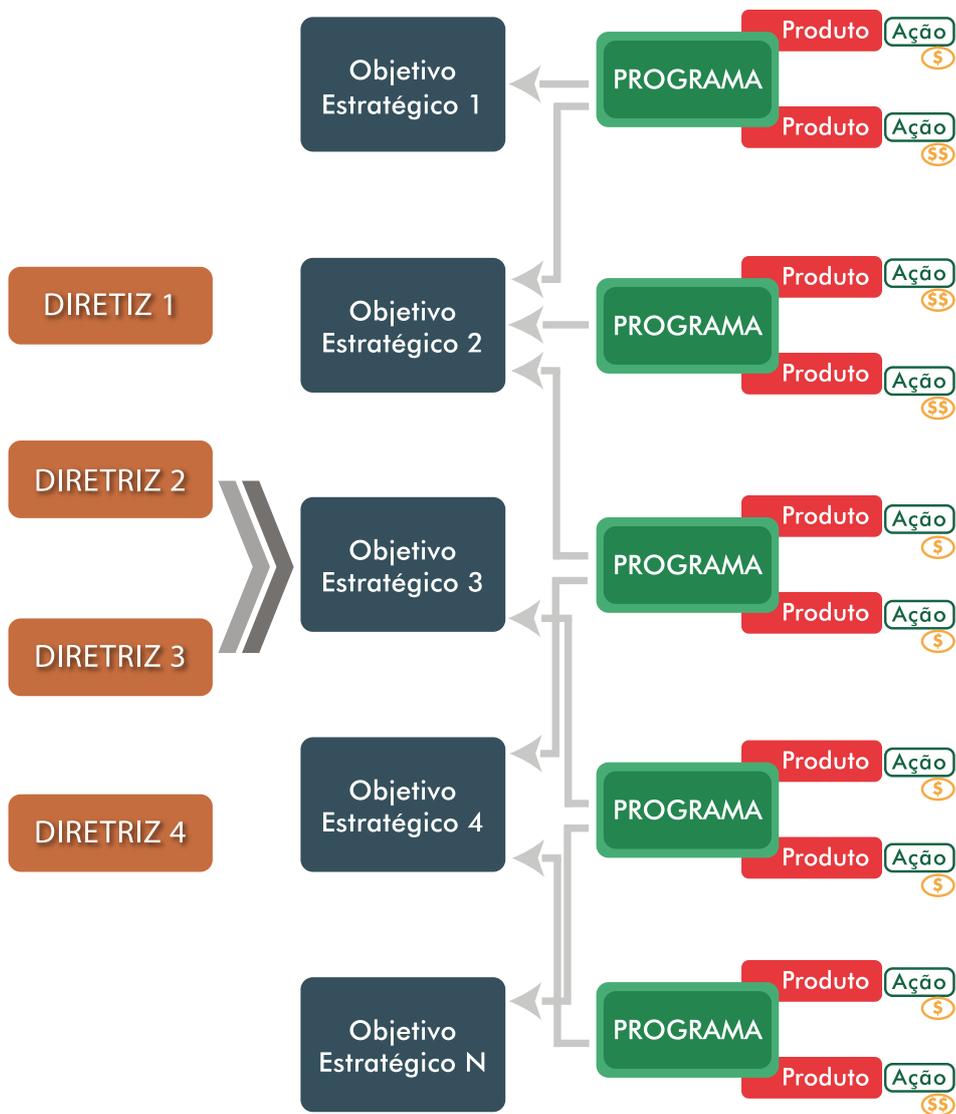
A LDO faz a conexão entre o PPA – o plano quadrienal da atuação governamental – e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que fixa as despesas em cada ano de vigência do PPA, segundo a programação dos órgãos orçamentários. Tal conexão se faz em dois sentidos: de uma parte, por meio da delimitação das metas físicas, em conformidade com as prioridades governamentais; e de outra, pela associação entre produtos a ações, por meio das

quais se realiza a programação orçamentária. Portanto, a LOA estabelece, além da previsão das receitas, as despesas fixadas para cada programa, detalhadas segundo suas ações<sup>1</sup> e as quantidades físicas dos produtos que elas deverão gerar num determinado ano, em cada unidade orçamentária (Figura 5).

Assim, a introdução da metodologia do Orçamento por Resultados na elaboração do PPA também levou a al-

FIGURA 5

MODELO LÓGICO DE ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) A PARTIR DO PPA 2016-2019



1 Diferentemente da LDO, que as inclui, a LOA não contempla as ações não orçamentárias.

terações relevantes nos conteúdos do próprio Plano e das leis orçamentárias, tornando-os mais sinérgicos e aderentes aos papéis que desempenham no processo orçamentário, sem deixar de manter suas necessárias conexões.

Em síntese, a adoção de um padrão metodológico e procedimental para a elaboração do PPA, a metodologia do Orçamento por Resultados, favoreceu a construção de um plano orgânico, harmônico e coerente, que facilitará sua execução, monitoramento e avaliação e potencializará suas chances de sucesso. A partir dessa sistemática de trabalho, o Governo do Estado de São Paulo buscou alinhar os diferentes órgãos que compõem sua estrutura administrativa em termos conceituais e metodológicos que, associados às Diretrizes e aos Objetivos Estratégicos que se propôs a perseguir, permitiram elaborar um PPA com novas características e qualificações, conduzindo a um aprimoramento de todo o processo de planejamento, orçamento e gestão do Estado.

## Perspectivas, condicionantes e oportunidades

Nas seções anteriores desta Introdução, foram ressaltados dois dos alinhamentos promovidos pelo Governo para a elaboração do novo PPA: o estratégico e o metodológico. A descrição de ambos baseou-se em eventos já ocorridos, que carregam constatações e expectativas de mudanças e aperfeiçoamentos nos instrumentos e na prática do planejamento. Nesta seção, no entanto, o tema são eventos que ainda não ocorreram, mas que, a depender de suas trajetórias futuras, seus impactos podem ser decisivos para o bom desempenho do PPA.

### **As demandas da sociedade e as audiências públicas do PPA**

Foram inúmeros os avanços alcançados por São Paulo nos últimos anos, notadamente no campo social: praticamente todas as crianças com idade entre 6 e 14 anos estão matriculadas no ensino fundamental; há mais de 440 mil jovens frequentando o ensino técnico de nível médio, dos quais quase 180 mil nas escolas técnicas da rede estadual; a esperança de vida ao nascer dos paulistas é de 76,8 anos; a taxa de mortalidade infantil mantém-se em queda e se aproxima dos 11 óbitos por mil nascidos

vivos; e a taxa de homicídios atingiu o patamar de 10 casos por cem mil habitantes, o menor do País.

Entretanto, os desafios ainda são grandes. Este PPA mostra como o Governo Estadual buscará enfrentá-los nos próximos quatro anos e, para fazê-lo, não basta acompanhar as estatísticas e os indicadores sociais, mas é preciso também, e principalmente, conhecer as reais demandas da sociedade. Uma das formas de conhecer as necessidades dos cidadãos é auscultá-los diretamente. Para tanto, o Governo do Estado de São Paulo promoveu audiências públicas, presenciais e por via eletrônica, atendendo ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000, Art. 48, parágrafo único) e colhendo as prioridades e as demandas da sociedade paulista, para subsidiar a formulação deste PPA. Elas aconteceram entre 26 de maio e 01 de julho de 2015 e compreenderam 18 reuniões distribuídas por todas as Regiões Administrativas e Metropolitanas e Aglomerados Urbanos do Estado de São Paulo, abertas a todos os cidadãos, além de um sítio na *Internet* ([www.ppa.sp.gov.br](http://www.ppa.sp.gov.br)), que permitiu a participação à distância de todos os interessados.

Em ambas, os participantes puderam apresentar demandas específicas e eleger as políticas públicas prioritárias para os próximos quatro anos, a partir de uma lista com 22 opções pré-organizadas pelo Governo do Estado de São Paulo. Tais demandas e escolhas dos cidadãos foram encaminhadas às diferentes Secretarias de Estado, para orientá-las na formulação de seus programas e no estabelecimento de suas prioridades.<sup>2</sup>

Os resultados da consulta, assim como as frequências de votação de cada uma das 22 alternativas, estão expressos na **Figura 6**. Como se vê, é amplo o espectro de preocupações da sociedade paulista, o que atesta a compreensão da complexidade da atuação governamental e a confiança em sua capacidade de gestão, tendo em vista que todas as opções apresentadas foram consideradas prioritárias por frações relevantes dos cidadãos do Estado.

Se selecionadas as oito opções mais votadas pelos cidadãos, tem-se uma síntese das maiores preocupações da sociedade paulista. Elas são encabeçadas pelas políti-

<sup>2</sup> Os resultados completos das audiências públicas podem ser vistos em [www.ppa.sp.gov.br](http://www.ppa.sp.gov.br).

**FIGURA 6**  
**Prioridades de políticas públicas apresentadas nas audiências públicas e respectivas frequências de votação**



cas sociais de caráter universal: educação básica de qualidade e acesso a serviços de saúde. Ocupou a terceira posição, contrariamente ao senso comum, a qualidade e transparência da gestão pública, o que demonstra a atenção que a sociedade vem dando ao tema e transfere grande responsabilidade aos gestores públicos para atenderem a essa prioridade social. Seguiu-se em importância a geração de oportunidades de trabalho e renda, provável reflexo das turbulências econômicas por que passa o País. As duas posições subsequentes, claramente conectadas, tratam da preservação ambiental e do saneamento básico, seguidas da proteção social e redução da pobreza. Por fim, foi destacada a promoção da saúde e

da qualidade de vida, preocupação crescente das sociedades contemporâneas.

Como se vê, as grandes questões apontadas pelos paulistas foram as de caráter: I) social, notadamente as políticas universais e as focalizadas no combate à pobreza; II) econômico, com vistas à geração de oportunidades de trabalho; III) socioambiental, centrada no saneamento e na preservação ambiental e na procura por modo de vida saudável; e IV) as associadas à qualidade da gestão pública. Numa frase, a sociedade paulista deseja que São Paulo caminhe numa trajetória de desenvolvimento socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável, que favoreça um modo de vida saudável e que seu governo

seja pautado pela eficiência e pela transparência. É de se notar a proximidade dessas aspirações com as diretrizes governamentais para a elaboração deste PPA, o que mostra o alinhamento entre as intenções do Governo e os anseios da sociedade e, simultaneamente, confere a este instrumento grande importância para que intenções e anseios se transformem em realidade.

São Paulo abriga uma sociedade complexa e caracteriza-se por realidades regionais muito distintas. Desse modo, os resultados das audiências públicas, se tomados apenas de forma agregada, podem deixar de revelar prioridades que, embora próprias de determinados grupos sociais ou porções do território, não podem ser desconsideradas pelos formuladores de políticas públicas. Por essa razão, as demandas e escolhas dos cidadãos registradas nas audiências públicas foram organizadas de modo a permitir identificar essas situações.

Um dos cortes adotados foi discriminar as escolhas dos cidadãos residentes na chamada Macrometrópole Paulista (**Gráfico 1**)<sup>3</sup> daquelas dos moradores nas demais regiões do Estado (**Gráfico 2**), denominada aqui de Interior do Estado de São Paulo. Tomando-se as oito prioridades selecionadas em cada uma dessas áreas, percebe-se que seis são comuns a ambas. Mais que isso, as três primeiras – educação básica de qualidade para todos; acesso a serviços de saúde de qualidade; e gestão pública eficiente, transparente e combate à corrupção – obedecem, inclusive, a mesma ordem, nos dois cortes territoriais. As demais prioridades comuns são: a geração de oportunidades de trabalho, emprego e renda; a preservação do meio ambiente e sustentabilidade da biodiversidade; e a proteção social e redução da pobreza.

Há, portanto, a despeito das diferenças sociais e territoriais, grande convergência de opiniões dos paulistas sobre as prioridades de políticas públicas a serem implantadas nos próximos anos. Porém, existem aspectos específicos a cada um desses domínios geográficos, que não poderiam ser desconsiderados neste PPA e, efetivamente, não o foram.

No caso da Macrometrópole, há duas prioridades que lhe são próprias: a expansão e modernização do transporte coletivo nas áreas metropolitanas; e o acesso à água potável, coleta e tratamento de esgoto. De fato,

são dois aspectos de extrema relevância para o desenvolvimento dessa região que, por sua dimensão econômica e demográfica, de fato, afetam o dinamismo do conjunto do Estado de São Paulo e mesmo do País. Como se verá adiante, neste PPA vários programas foram formulados para tratar desses aspectos, demonstrando que são também prioridades governamentais.

No caso das regiões que formam o grande e dinâmico interior do Estado de São Paulo, duas outras prioridades foram apontadas por seus moradores: a qualificação para o trabalho, a educação técnica e tecnológica; e a promoção da saúde e da qualidade de vida. Também aqui, a qualificação profissional como meio de garantir a competitividade da economia paulista na era do conhecimento, que tem nessa região um de seus polos dinâmicos, comunga com as diretrizes governamentais e está fortemente representada neste PPA. O mesmo se pode dizer da priorização de modos de vida saudáveis, que evitem comportamentos de risco e garantam a longevidade de todos os paulistas, igualmente presentes em vários programas deste PPA.

O desafio deste PPA, portanto, é formular programas e definir produtos que atendam aos anseios da população, cuja diversidade sociodemográfica é um dos grandes diferenciais que favorecem o desenvolvimento de São Paulo. Atendê-los significa cobrir não só as prioridades acima destacadas, mas todas as 22 postas em votação nas audiências públicas, uma vez que nenhuma deixou de ser considerada pelos cidadãos paulistas. Há que se recordar, no entanto, que este PPA será implantado numa conjuntura em transformação, que impõe condicionantes e cria oportunidades, sumarizadas nas seções subsequentes, e só serão superadas e aproveitadas pela ação de um governo responsável e inovador, em conjunto com toda a sociedade paulista.

### ***Tendências demográficas: condicionantes e oportunidades***

As transformações demográficas por que passa São Paulo no início deste século XXI já estão provocando impactos importantes sobre diversas dimensões da sociedade e, especialmente, sobre a demanda por serviços públicos.<sup>4</sup> Antecipar-se a esses efeitos e aproveitar as oportu-

3 Sobre a Macrometrópole Paulista, ver, neste volume, a seção referente ao Objetivo Estratégico 9.

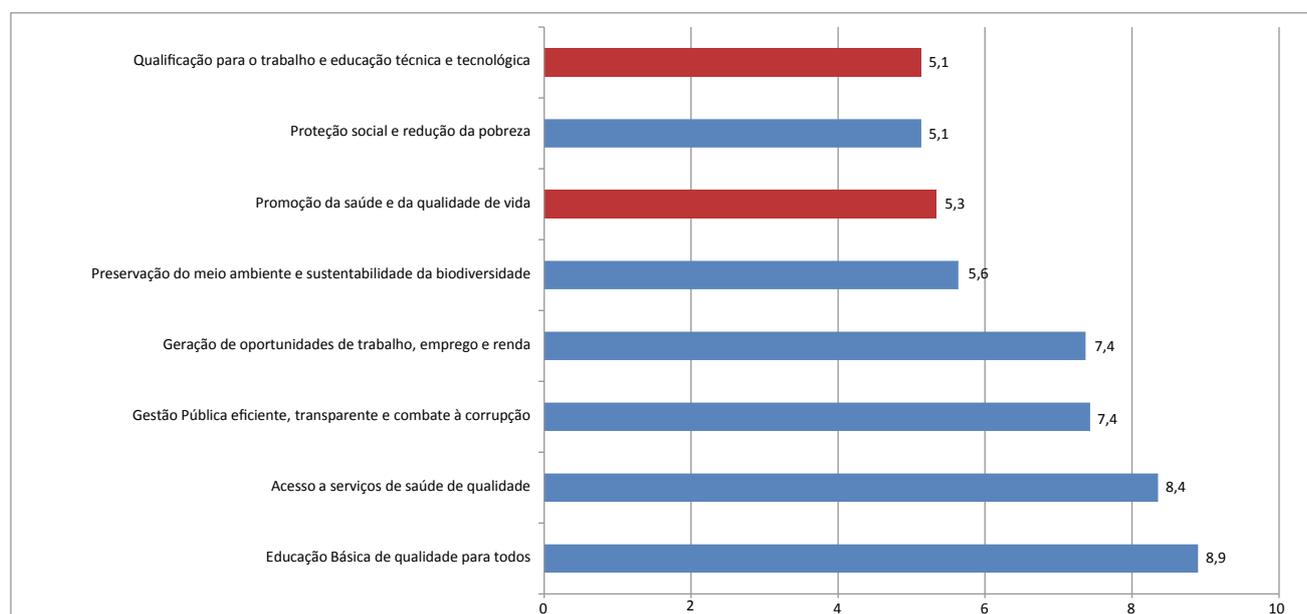
4 Ver a respeito Torres, H. G. e Waldvogel, B. C. "O impacto da agenda demográfica nas políticas de educação, emprego e saúde no Estado de São Paulo". *Primeira Análise*, n. 6. São Paulo: Fundação Seade, setembro de 2013.

**GRÁFICO 1**  
**Prioridades de políticas públicas com maiores frequências de votação (em %)**  
**Macrometrópole Paulista**



Fonte: Audiências Públicas para o PPA 2016-2019.

**GRÁFICO 2**  
**Prioridades de políticas públicas com maiores frequências de votação (em %)**  
**Interior do Estado de São Paulo**



Fonte: Audiências Públicas para o PPA 2016-2019.

tunidades que oferecem é de extrema relevância para o Governo e não podem ser desconsiderados neste PPA.

A contínua redução das taxas de fecundidade e de mortalidade deve continuar influenciando as mudanças demográficas e levando à consolidação do processo de transição demográfica. Nessa transição, o crescimen-

to populacional tende a ser cada vez menor e a estrutura etária da população a se alterar suavemente, com sistemática redução da parcela de crianças e jovens e aumento da participação de idosos. Pelas projeções da Fundação Seade, em 2020, a população de São Paulo será de 44,6 milhões de habitantes, representando incremen-

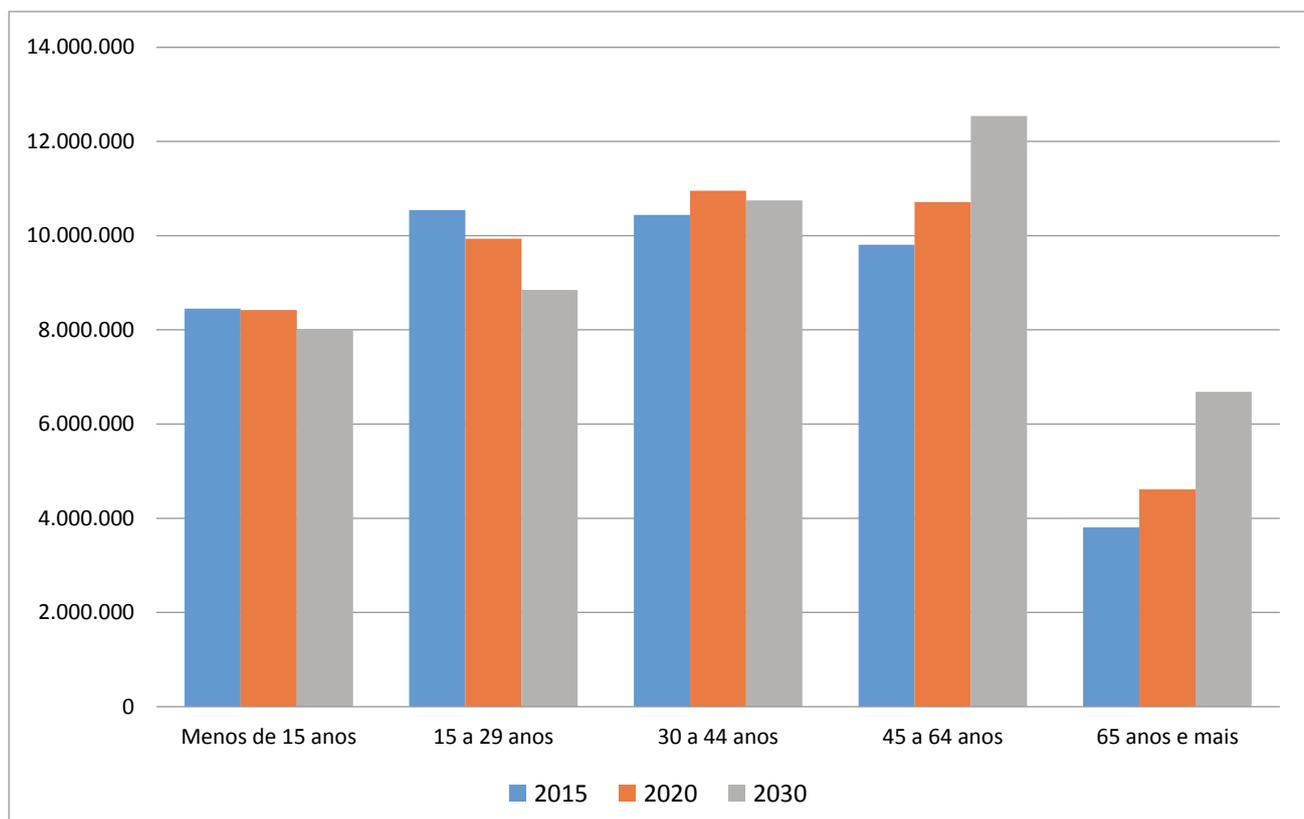
to de 1,6 milhão de pessoas em relação à população de 2015. Em 2030, a população projetada para o Estado é de 46,8 milhões de habitantes. Essas projeções indicam que a desaceleração do crescimento populacional deverá permanecer, com grande probabilidade de crescimento muito próximo de zero até 2040 e negativo no final da metade desse século.

As mudanças na composição etária da população mostram que a janela de oportunidades, decorrente do chamado bônus demográfico, está se fechando. A população infantil, na faixa etária inferior a 15 anos, vem se reduzindo, ao passo que a população idosa (65 anos ou mais) tem se ampliado e deverá fazê-lo com intensidade ainda maior a partir de 2020 (**Gráfico 3**). Também para o grupo etário de 15 a 29 anos, a projeção é decrescente. A população em idade ativa, na faixa entre 15 e 64 anos, terá sua participação na população reduzida de 71,5% em 2015 para 70,8% em 2020 e 68,6% em 2030.

A dinâmica populacional, seja em seu aspecto global, seja em sua composição etária, deve afetar profundamente o mercado de trabalho e reorientar as demandas sociais, principalmente nas áreas de educação e saúde. De fato, esse processo já está em curso, requerendo do poder público um planejamento adequado de suas políticas para atender às necessidades que se impõem e, também, para aproveitar algumas oportunidades que se abrem ao longo desse processo.

Considerando a diminuição da população infantil, dois efeitos são esperados. De um lado, mesmo sem a ampliação das vagas existentes no sistema escolar, as taxas de cobertura no ensino infantil devem tender à universalização, no médio prazo. De outro lado, quando considerados os critérios de repasse de recursos com base em número de matrículas na rede pública – previstos nos dispositivos do Fundeb –, o valor disponível por aluno/ano tende a crescer mesmo que

**GRÁFICO 3**  
**Projeção populacional segundo grupos etários**  
**São Paulo, 2015 a 2030**



Fonte: Fundação Seade.

a arrecadação não varie em termos reais<sup>5</sup>. Essas mudanças representam oportunidades para melhorar as condições de financiamento da educação, viabilizando avanços rumo à universalização do atendimento escolar e à melhoria da qualidade do ensino. Nessa perspectiva, a transição demográfica, juntamente com as ações governamentais, contribui para ampliar as chances de alcançar as metas dos Planos Nacional e Estadual de Educação, este ainda em projeto, notadamente no que diz respeito ao acesso e permanência dos jovens no ensino médio.

Enquanto a área educacional pode ser beneficiada pelos movimentos demográficos, a da saúde tende a ser cada vez mais pressionada pelas crescentes demandas associadas ao envelhecimento da população. Entre 2015 e 2020, a população com 65 anos ou mais aumentará em cerca de 800 mil pessoas no Estado de São Paulo. Já no período de 2020 a 2030, o aumento deve ser de aproximadamente dois milhões de pessoas. Portanto, os gastos com saúde pública e/ou privada devem elevar-se substancialmente no curto e no longo prazo, tendo em vista a maior demanda por serviços de saúde associada a esse segmento populacional, que tendem a ser mais longos, complexos e custosos do que os requeridos por estratos populacionais mais jovens. O mesmo se pode afirmar das necessidades de assistência social, ampliadas em face do aumento do número de idosos que moram sozinhos, reflexo da redução da fecundidade e do tamanho das famílias. Nesse sentido, mesmo com ações voltadas ao aumento da produtividade do sistema de saúde pública ou da melhor eficiência nos programas assistenciais, o envelhecimento populacional pressionará de forma crescente os gastos nessas áreas, representando um desafio contínuo para as políticas governamentais.

É provável que os efeitos da mudança demográfica também sejam expressivos sobre o mercado de trabalho. A redução do ritmo de crescimento populacional implica a redução do ritmo de crescimento da População Economicamente Ativa (PEA). A população na faixa etária entre 30 e 64 anos ainda crescerá entre 2015 e 2020, mas a população jovem, com idade entre 15 e 29 anos, deverá reduzir-se em cerca de 600 mil pessoas, em São Paulo.

Apesar do ritmo relativamente lento das mudanças, essas tendências podem provocar aumento do custo da mão de obra devido à redução global da oferta de trabalho.

Além disso, com o aumento da longevidade, a parcela mais idosa da PEA deverá permanecer ativa por mais tempo. Isso pode afetar a eficiência produtiva em função dos efeitos do envelhecimento sobre as habilidades cognitivas da força de trabalho, principalmente aquelas ligadas à percepção e aprendizagem, que são importantes para introduzir inovações no processo produtivo. Ou seja, mesmo com a incorporação dos jovens – que tendem a ser mais escolarizados que seus antecessores – nas atividades produtivas, sua participação relativa na força de trabalho deverá ser decrescente.

Nessas circunstâncias, buscar o incremento da produtividade do trabalho é o melhor caminho para contrabalançar os efeitos econômicos da mudança demográfica. Neste aspecto, as políticas estaduais de formação e qualificação profissional, bem como de inovação e tecnologia, devem assumir um papel cada vez mais relevante nos programas governamentais voltados ao desenvolvimento econômico.

Outro aspecto vinculado à transição demográfica diz respeito à heterogeneidade da sua distribuição no espaço paulista (**Tabela 1**). A redução da população infantil (menos de 15 anos), ainda que pouco expressiva no período 2015-2020, ocorrerá de forma mais intensa em algumas Regiões Administrativas (RAs), como as de Presidente Prudente e Itapeva. Contudo, nas Regiões Administrativas de Santos e Campinas e na Região Metropolitana de São Paulo haverá crescimento desse grupo populacional. Já a redução da população jovem (15 a 29 anos) e o aumento da população mais envelhecida tendem a se concentrar na RM de São Paulo e na RA de Campinas, nos próximos anos. Portanto, a dimensão territorial da mudança demográfica também constitui elemento a ser incorporado nos condicionantes das políticas discutidos anteriormente.

Importa reconhecer que as potenciais transformações socioeconômicas vinculadas à transição demográfica devem se acentuar a partir de 2020, portanto, num ciclo

<sup>5</sup> O montante de recursos desse fundo é distribuído com base no número de matrículas na rede de ensino. A queda das taxas de fecundidade implica a redução de sua base de distribuição. Logo, independentemente do aumento das receitas disponíveis (derivadas da melhoria da condição fiscal e do crescimento econômico), o valor por aluno/ano crescerá simplesmente porque será menor o número de crianças.

**TABELA 1**  
**Projeção da variação populacional por grupos etários**  
**Regiões Administrativas, 2015-2020**

| Regiões Administrativas | Grupos etários   |                 |                |                |                | Total            |
|-------------------------|------------------|-----------------|----------------|----------------|----------------|------------------|
|                         | Menos de 15 anos | 15 a 29 anos    | 30 a 44 anos   | 45 a 64 anos   | 65 anos e mais |                  |
| Araçatuba               | -1.542           | -12.732         | 6.705          | 14.264         | 13.980         | <b>20.675</b>    |
| Barretos                | -3.217           | -10.005         | 5.770          | 7.031          | 7.115          | <b>6.694</b>     |
| Bauru                   | -4.739           | -15.543         | 14.605         | 19.333         | 19.597         | <b>33.253</b>    |
| Campinas                | 3.531            | -101.190        | 126.538        | 154.787        | 133.291        | <b>316.957</b>   |
| Central                 | -2.674           | -20.738         | 17.558         | 19.719         | 18.310         | <b>32.175</b>    |
| Franca                  | -3.993           | -11.871         | 11.510         | 14.001         | 13.914         | <b>23.561</b>    |
| Itapeva                 | -5.065           | -2.399          | 1.692          | 8.245          | 7.972          | <b>10.445</b>    |
| Marília                 | -4.432           | -15.198         | 8.034          | 14.741         | 16.797         | <b>19.942</b>    |
| Presidente Prudente     | -5.838           | -12.326         | 5.610          | 12.818         | 14.094         | <b>14.358</b>    |
| Registro                | -3.699           | 1.503           | -1.630         | 3.675          | 3.980          | <b>3.829</b>     |
| Ribeirão Preto          | -344             | -24.046         | 35.942         | 29.647         | 25.469         | <b>66.668</b>    |
| São José do Rio Preto   | -3.556           | -29.553         | 23.737         | 25.491         | 27.452         | <b>43.571</b>    |
| São José dos Campos     | 660              | -27.204         | 29.466         | 51.907         | 51.330         | <b>106.159</b>   |
| Sorocaba                | -1.198           | -23.868         | 42.864         | 55.238         | 44.385         | <b>117.421</b>   |
| São Paulo               | 2.453            | -300.355        | 167.777        | 446.930        | 378.290        | <b>695.095</b>   |
| Santos                  | 4.083            | -3.652          | 18.853         | 30.880         | 32.377         | <b>82.541</b>    |
| <b>Total</b>            | <b>-29.570</b>   | <b>-609.177</b> | <b>515.031</b> | <b>908.707</b> | <b>808.353</b> | <b>1.593.344</b> |

Fonte: Fundação Seade.

adiante deste PPA. Entretanto, é fundamental a incorporação dessas macro-tendências no planejamento das políticas governamentais para o horizonte 2016-2019. Embora as perspectivas de ampliação de recursos para atender às demandas crescentes sejam mais limitadas no contexto do ciclo econômico do presente PPA, como discutido à frente, o Governo do Estado de São Paulo está atento aos desafios e oportunidades resultantes da dinâmica demográfica e responderá adequadamente a ambos, por meio de seus programas e de suas ações estratégicas.

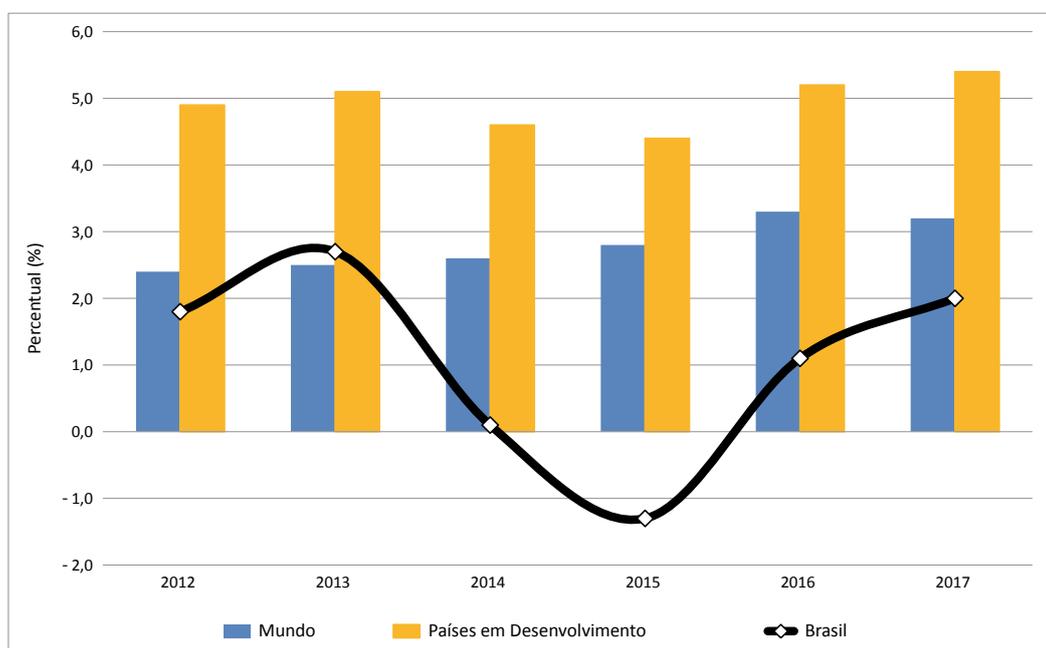
### **Tendências econômicas: condicionantes e oportunidades**

As perspectivas econômicas para o período deste PPA – 2016-2019 – apontam para um ritmo de crescimento moderado, na economia mundial, e baixo, no cenário nacional. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), os próximos anos serão caracterizados por uma fase de desaceleração do crescimento, principalmente para os países em desenvolvimento, em função dos baixos preços das *commodities* e do cenário de

maior restrição fiscal e financeira em alguns países. Suas projeções, para o período 2016-2017, são de crescimento médio anual de 3,2% para a economia mundial, de 5,3% para os países em desenvolvimento e de 1,5% para o Brasil (**Gráfico 4**).

Após a crise financeira de 2008-2009, os países desenvolvidos buscaram ajustar suas políticas macroeconômicas, priorizando a austeridade fiscal como condição para a retomada do crescimento. Apesar de turbulências econômicas conjunturais, o ajuste nesses países foi realizado com relativo sucesso e suas economias voltaram a crescer, embora com taxas mais modestas e com grande variabilidade entre si. O principal destaque é o crescimento da economia americana, próximo a 3% ao ano, perante uma expansão mais moderada da área do Euro e do Japão (cerca de 1,5% ao ano). Entre 2012 e 2014, os países de alta renda cresceram 1,5% ao ano e projeta-se que suas economias deverão se expandir a 2,3% ao ano, entre 2016 e 2017. Considerando tal perspectiva e o arrefecimento da atividade econômica nos países em desenvolvimento, o

**GRÁFICO 4**  
**Projeções de crescimento para a economia mundial**  
**2015-2017**



**Fonte:** Fundo Monetário Internacional - FMI: World Economic Outlook, Jun/2015.

**Nota:** Estimativas para 2015 e projeções para 2016 e 2017.

ciclo de crescimento mundial nos próximos anos deve ser caracterizado por taxas de variação positivas, porém mais modestas que as registradas no período anterior à crise de 2009.

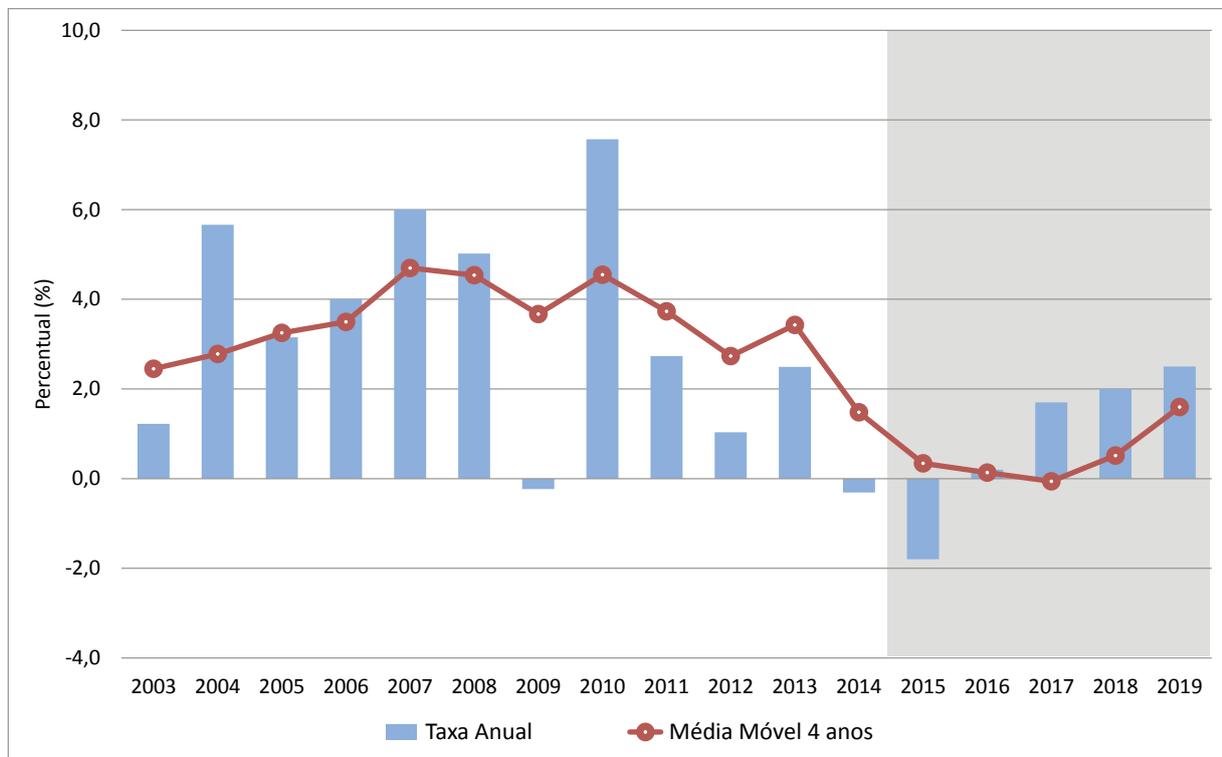
No cenário nacional, constata-se que a economia brasileira passa por um período recessivo, com forte queda da confiança dos agentes econômicos, levando à redução do consumo e do investimento e, com eles, do nível de emprego. As políticas macroeconômicas praticadas nos últimos anos deterioraram as contas públicas e colocaram em risco o crescimento e a estabilidade de preços no País. A taxa de inflação ultrapassou o teto da meta e apresenta perigosa aproximação da marca de dois dígitos. O quadro geral para 2015 aponta para uma recessão econômica com taxa de inflação elevada. A recuperação do crescimento econômico e a estabilização dos preços impõem a necessidade de ajustes estruturais no campo das políticas fiscal e monetária.

A diferença em relação à retração de 2009, no rastro da crise internacional, é que agora as causas da crise brasileira são estruturais e internas. Isso significa que as medidas restritivas no campo fiscal e monetário não apenas provocaram uma recessão em 2015, mas também levarão a um ritmo de recuperação do crescimento mais lento, nos próximos anos. Conforme o **Gráfico 5**, o crescimento médio da economia brasileira no período 2003-2014 foi de 3,2% ao ano. Para o período do PPA 2016-2019, a perspectiva de crescimento médio, segundo os levantamentos do Banco Central, aponta para uma taxa de 1,6% ao ano. Portanto, no médio prazo, a economia brasileira passará por um processo de ajuste e seu ritmo de crescimento tenderá a ficar abaixo da tendência de longo prazo<sup>6</sup>.

Com os determinantes da demanda interna em queda, as possibilidades de expansão via comércio internacional também são incertas. Uma das principais fontes de

<sup>6</sup> Segundo o estudo *Um Cenário Básico para a Economia Brasileira 2014 – 2018* (setembro de 2014), realizado pela Fipe, a tendência de longo prazo para o crescimento da economia paulista situa-se em torno de 3% ao ano.

**GRÁFICO 5**  
**Evolução do PIB entre 2003 e 2014 e projeções de seu crescimento até 2019**  
**Brasil, 2003 - 2019**



**Fonte:** IBGE e Bacen/Focus.

**Nota:** Para o período 2015-2019, os dados são da mediana das projeções coletadas referentes a 31/07/15.

incerteza reside no esperado aperto monetário na economia norte-americana, que deverá reforçar a trajetória de valorização do dólar diante do real. Se, de um lado, as exportações brasileiras poderão ser beneficiadas pela desvalorização cambial, de outro, a redução da demanda internacional por *commodities*, as pressões inflacionárias internas e o aumento do custo das empresas com endividamento em dólar podem neutralizar eventuais efeitos positivos daquela desvalorização.

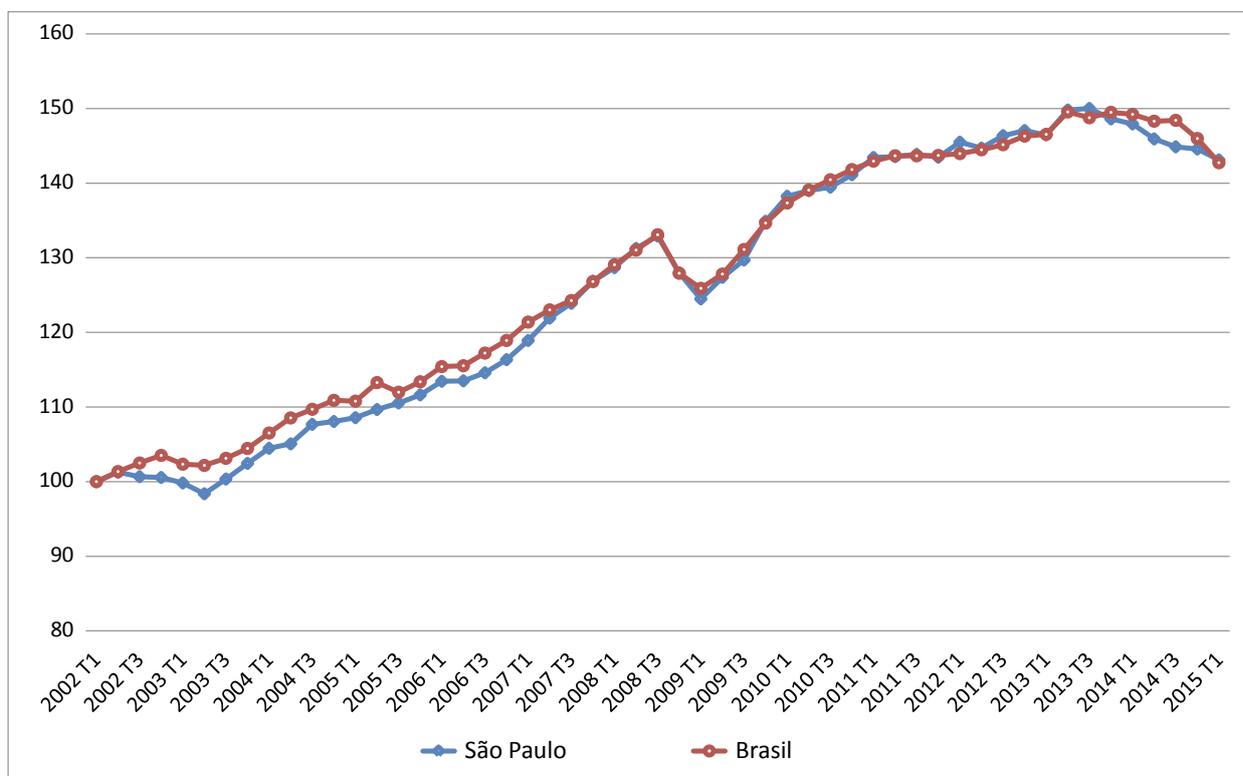
A retração do consumo e do investimento gerada pelo aperto das políticas fiscal e monetária, combinada com o ambiente de incerteza e desconfiança dos agentes, tem levado a economia paulista a acompanhar a desaceleração econômica nacional. A cadeia industrial, notadamente a produção de bens duráveis – fortemente concentrada em São Paulo –, foi a mais afetada pela redução do consumo e do investimento. Mesmo setores de bens de consumo não duráveis, como alimentos, têm apresentado redução da produção, evidenciando

a difusão da crise no sistema econômico paulista e brasileiro.

Dada a forte interdependência econômica entre São Paulo e o País (**Gráfico 6**), as perspectivas de crescimento para a economia paulista, no período do PPA 2016-2019, são similares à nacional. Conforme destacado anteriormente, o País cresceu 3,2% ao ano, entre 2003 e 2014, enquanto o PIB paulista variou 3,1% ao ano. Tal como no caso nacional, o ritmo de crescimento esperado para a economia paulista, nos próximos anos, é moderado e abaixo da sua trajetória de longo prazo.

Decerto, a situação econômica do País já afetou a capacidade de arrecadação e de gasto do Governo Estadual – bastante dependentes do dinamismo da economia – e as perspectivas de crescimento econômico modesto sugerem que, nos próximos anos, tanto os recursos quanto as despesas públicas também deverão acompanhar essa tendência. Em conjunturas adversas como a atual, as demandas sociais tendem a aumentar e cabe ao Governo

**GRÁFICO 6**  
**Índice do PIB trimestral (Base 2002 = 100)**  
**Brasil e São Paulo, 2002-2015**



Fonte: IBGE e Fundação Seade.

atendê-las com programas eficazes e com a gestão eficiente de seus recursos, o que confere a este PPA um papel estratégico para a superação desses desafios.

A situação econômica atual, entretanto, também oferece oportunidades que podem contribuir para sua própria superação, beneficiando São Paulo e o Brasil. O parque produtivo paulista é o mais competitivo e sua mão de obra a mais qualificada do País. Isso torna a capacidade de ajuste e recuperação da economia paulista diferenciada no cenário nacional. Apesar do atual ambiente restritivo, a expectativa é que um novo ciclo de crescimento econômico estadual seja impulsionado pelas atividades relacionadas à indústria, com ênfase nas de elevada intensidade tecnológica. Paralelamente, o setor de serviços paulista é diversificado, concentrando atividades que continuam com perspectivas positivas de crescimento, como na área de telecomunicações e de serviços de tecnologia, que podem fazer com que o setor de serviços também venha a contribuir para um novo ciclo de crescimento da economia paulista.

O avanço dos serviços urbanos, pessoais e de apoio à produção, bem como a diversificação e crescimento do comércio vêm, cada vez mais, apresentando reflexos positivos sobre o desempenho econômico. O setor terciário tem extrapolado sua função de setor complementar às demais atividades produtivas, para também se configurar como indutor do crescimento econômico. A ampliação do seu peso na composição do PIB estadual, resultante de crescimento acima da média dos demais setores, intensificou seu papel nas perspectivas de crescimento econômico.

Os atributos da economia paulista capacitam-na para acelerar a retomada da atividade econômica e impulsionar o crescimento do País. Apesar do cenário restritivo no médio prazo, a economia paulista possui as melhores condições de crescimento para o longo prazo. Nessa perspectiva, cada vez mais, os fatores de crescimento econômico dependerão do incremento da produtividade. Os movimentos demográficos indicam que a expansão do produto pelo aumento da população já

não tem mais espaço: serão os ganhos de produtividade que impulsionarão o crescimento de São Paulo e do País.

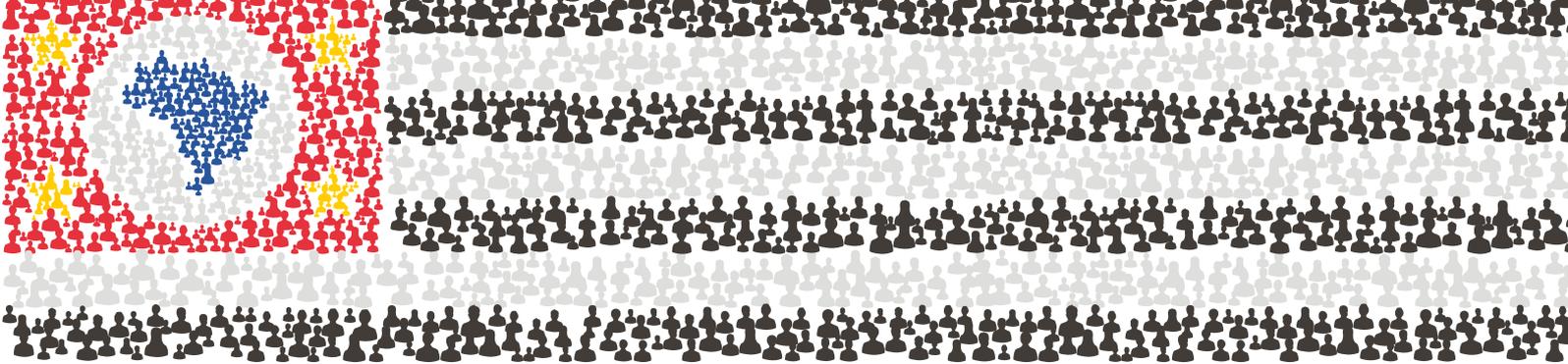
O aumento da produtividade é o caminho para a economia brasileira alavancar seu crescimento de forma sustentável. Esse caminho requer ações direcionadas para o aumento da função de produção nacional por meio do progresso tecnológico e da inovação. Nesse sentido, o Estado de São Paulo possui um papel estratégico para conduzir o Brasil à superação de suas limitações produtivas. São Paulo é um dos maiores centros de inovação, ciência e tecnologia do Hemisfério Sul e cerca de 50% da produção científica do País tem origem nas suas universidades

e centros de pesquisa. A estrutura do seu sistema de ciência, tecnologia e inovação é a mais extensa, produtiva e avançada no contexto nacional.<sup>7</sup>

O atual cenário econômico de médio prazo caracteriza-se por restrições que desafiam a capacidade de crescimento da economia paulista. Contudo, o Governo Estadual não deve se furtar a seu compromisso com os paulistas e com o Brasil. Nos próximos anos, a mobilização de todos os instrumentos da política governamental estará orientada para que as economias paulista e brasileira superem os desafios presentes e alcancem um patamar mais elevado de eficiência produtiva e qualidade de vida.

---

<sup>7</sup> Governo do Estado de São Paulo. *Insumos para o Plano Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo*. São Paulo: Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, março de 2014.



## Da estratégia aos programas do PPA 2016-2019

A partir do triplo alinhamento descrito acima, foram desenhados os programas e definidos os produtos que compõem o PPA 2016 - 2019. Como cada programa deverá se vincular ao menos a um Objetivo Estratégico, a presente seção busca demonstrar a relação entre estes e os principais programas propostos. Para tanto, serão recuperados, de forma sintética, temas desenvolvidos na seção *Perspectivas, condicionantes e oportunidades* ou nos diagnósticos setoriais, pertinentes a cada Objetivo Estratégico, que ajudem a de-

monstrar o papel dos programas selecionados na busca por tais objetivos. Também serão apresentados indicadores, sempre que possível, em séries históricas, que permitam entender sua evolução recente e a situação atual de diferentes dimensões de cada Objetivo Estratégico.

A seção será composta por 11 capítulos, cada um associado a determinado Objetivo Estratégico. A descrição detalhada de cada programa, com seus objetivos, produtos, indicadores e metas, será apresentada em outro volume.

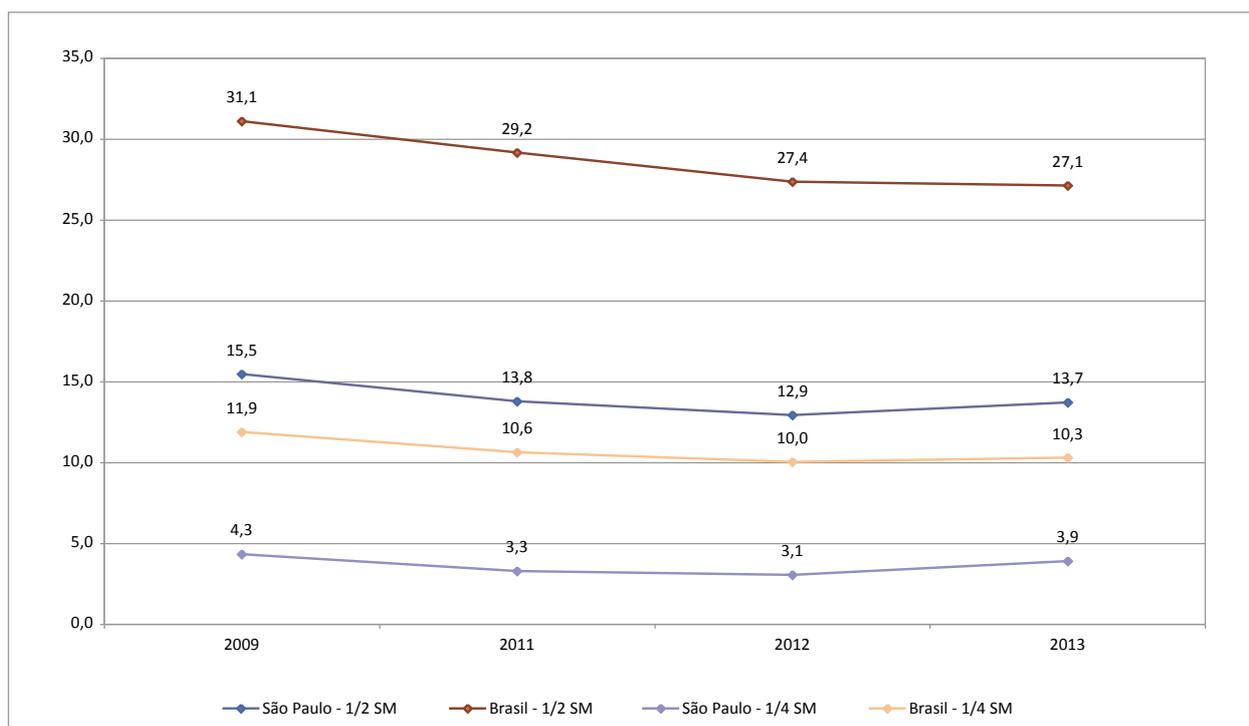
## Objetivo Estratégico 1:

### São Paulo sem pobreza e com menor desigualdade social

Este objetivo expressa o firme propósito do Governo de reduzir a pobreza<sup>8</sup> e a desigualdade social em São Paulo. Embora as parcelas da população em situação de pobreza e de pobreza extrema<sup>9</sup> sejam muito menores que a média nacio-

nal (**Gráfico 7**), esses contingentes ainda são numericamente elevados no Estado. Além disso, a despeito de terem decrescido em anos anteriores, em 2013, os percentuais da população nessas situações voltaram a se elevar em São Paulo.

**GRÁFICO 7**  
**Percentual de pessoas com renda familiar per capita inferior a ½ salário-mínimo e a ¼ de salário mínimo vigente no ano da pesquisa Brasil e São Paulo, 2009-2013**



Fonte: Fundação Seade e IBGE-PNAD.

8 Diante do caráter multidimensional da pobreza, são criticáveis seus indicadores baseados apenas na renda. Por essa razão, o PNUD desenvolveu o Índice de Desenvolvimento Humano, que, no âmbito nacional, é produzido em parceria com a Fundação João Pinheiro. Ele só não foi incorporado ao rol de indicadores do PPA 2016-2019 em face da periodicidade decenal de sua atualização, o que levará sua próxima edição a ser divulgada após o período de vigência deste PPA.

9 Considerou-se em situação de pobreza a parcela da população com renda familiar per capita inferior a ½ salário mínimo corrente e em situação de extrema pobreza a parcela cuja renda familiar per capita era inferior a ¼ do salário mínimo corrente.

Os indicadores de desigualdade de renda, como o Índice de Gini, também apresentaram trajetória semelhante, interrompendo seu movimento de declínio em 2012 (**Gráfico 8**). Assim, embora se trate de problema histórico da sociedade brasileira e paulista, que há muito tem sido enfrentado, a recente inflexão das trajetórias de seus indicadores sugere a necessidade de se dar nova e reiterada ênfase na atuação governamental nesse campo.

As projeções demográficas e econômicas revelam distintas perspectivas para o problema. Do ponto de vista demográfico, o pequeno ritmo de crescimento projetado da população paulista, notadamente devido às baixas taxas de fecundidade, e a perda da centralidade de São Paulo como polo de atração de imigrantes, sugerem que os problemas associados à pobreza não deverão crescer de forma explosiva nos próximos anos, como ocorreu em décadas passadas. No entanto, a tendência à expansão do contingente de idosos, decorrente da ampliação da longevidade, aponta para a necessidade de políticas específicas para esse segmento populacional.

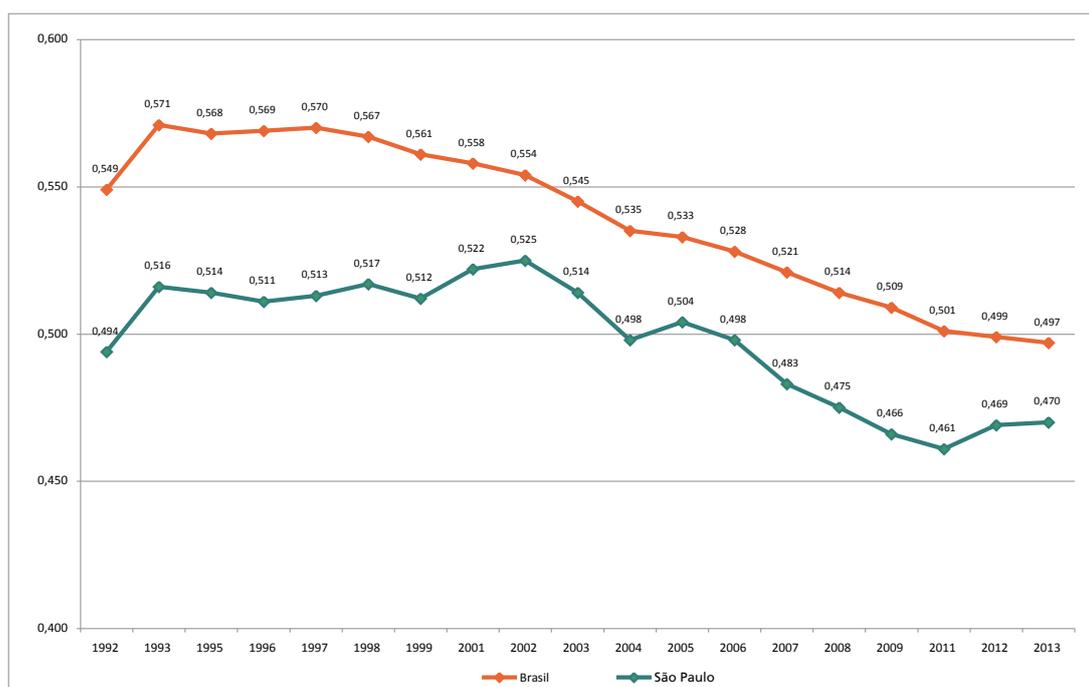
Por seu turno, não se espera um desempenho da economia brasileira e paulista tão favorável, nos próxi-

mos anos, como o verificado em anos anteriores. Logo, a capacidade de gerar postos de trabalho e renda não deverá ser a mesma registrada ao longo do último PPA, o que pode implicar a ampliação do contingente de pessoas em situação de pobreza e pobreza extrema, sobretudo para aqueles com menores níveis de formação educacional e profissional, que tendem a ter idades mais elevadas.

A despeito da conjuntura demográfica favorável, uma dinâmica econômica adversa deve intensificar as tendências já observadas de agravamento da situação socioeconômica dos segmentos populacionais mais vulneráveis da população residente em São Paulo, com destaque para a população idosa. Também essa constatação reforça a necessidade de o Governo do Estado dar nova ênfase em seus programas direcionados a esses grupos populacionais.

Com esse propósito, foram desenhados vários programas, entre os quais se destacam dois dos propostos pela Secretaria de Desenvolvimento Social: *Proteção Social*; e *Enfrentamento à Extrema Pobreza*. O primeiro busca reforçar o desenvolvimento do Sistema Único de Assistência Social, por meio do apoio técnico e financei-

**GRÁFICO 8**  
**Índice de Gini da distribuição da renda domiciliar total**  
**Brasil e Estado de São Paulo, 1992 a 2013**



Fonte: Fundação Seade. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/odm/indicadores.php>>.

ro aos municípios na implementação de seus programas e ações dirigidos aos segmentos populacionais mais vulneráveis. O segundo – *Enfrentamento à Extrema Pobreza* – focaliza sua atenção nas famílias mais pobres e aos idosos, não só para complementar sua renda como também para facilitar-lhes o acesso a outros programas e serviços públicos. Este Programa inclui, ainda, iniciativas no campo da segurança alimentar, como *Viva Leite e Bom Prato*.

Esses dois programas visam beneficiar diretamente, ou em parceria com as Prefeituras Municipais, as parcelas da população mais vulneráveis e, dentre essas, particularmente os idosos. Buscam não somente complementar a renda familiar, mas, também, disponibilizar alimentos de qualidade, facilitar o acesso das famílias em situação de risco social a outros programas públicos, atentando para a perspectiva multidimensional da pobreza. Ainda dirigidos aos segmentos mais vulneráveis da população, saliente-se o Programa *Rede Social de Solidariedade e Cidadania*, conduzido pela Secretaria de Governo. Este visa ampliar as oportunidades educacionais e profissionais, além de promover atividades culturais e esportivas, com vistas a resgatar os segmentos mais vulneráveis da população da situação social em que se encontram.

No enfrentamento da pobreza, neste PPA, destacam-se três outros grupos de programas: os associados à moradia; os que apoiam a inserção produtiva e a geração de renda; e os relacionados à educação e a formação profissional.

Em relação ao primeiro grupo, merecem destaque os programas conduzidos pela Secretaria da Habitação. Embora guardem associação estreita com outros Objetivos Estratégicos, certamente contribuem para o avanço deste, pois intentam atingir, prioritariamente, as famílias mais pobres e vulneráveis do Estado de São Paulo. Entre eles, destacam-se os Programas *Provisão de Moradias*, que procura suprir a demanda habitacional de interesse social, e *Requalificação Habitacional e Urbana e Inclusão Social*, que objetiva promover a qualidade urbana e a inclusão social de pessoas com baixos rendimentos.

Entre os programas associados ao apoio à inserção produtiva, salientam-se os promovidos pela Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho (SERT), pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) e pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI). Na SERT, ressaltam-se os Programas *Opor-*

*tunidades para Inserção no Mercado de Trabalho, Fomento ao Emprego e Renda e Fomento ao Empreendedorismo*, que mobilizam diferentes instrumentos, inclusive o microcrédito, para apoiar a inserção ou reinserção produtiva, sobretudo dos segmentos populacionais mais vulneráveis. Mencionem-se ações específicas para a reintegração de egressos e internos do sistema prisional, para jovens que buscam se iniciar, como aprendizes, no mundo do trabalho, e para pessoas com necessidades especiais.

No caso da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, merece menção o Programa *Abastecimento, Segurança Alimentar e Dinamização das Cadeias Produtivas*, cuja finalidade é apoiar pequenos produtores rurais, com vistas à melhoria da qualidade de seus produtos, à semelhança do que pretende o Programa da SDECTI, *Fomento ao Trabalho Artesanal*, no que diz respeito ao apoio aos artesãos.

Por fim, entre aqueles relacionados com a educação e a formação profissional, mencionem-se os Programas conduzidos pela Secretaria da Educação, como *Gestão Pedagógica da Educação Básica e Manutenção e Suporte da Educação Básica*. Embora de caráter universal, compõem o principal, se não o único, meio de acesso à educação das crianças e jovens oriundos das famílias mais vulneráveis, oferecendo-lhes, além da formação escolar, meios de transporte, alimentação e acesso a materiais pedagógicos em diferentes mídias, inclusive a *Internet*.

Também é importante a atuação do Governo Estadual na oferta de cursos de formação profissional, sobretudo os destinados aos segmentos populacionais em situação de risco social. Um de seus Programas é o de *Fomento ao Emprego e Renda*, da SERT, já mencionado, que tem entre suas ações a de *Qualificação e Requalificação Profissional do Trabalhador*.

O conjunto de programas governamentais que busca contribuir para a redução da pobreza e da desigualdade social vai além da transferência de renda à população sob risco social. São iniciativas que buscam gerar oportunidades a esses segmentos populacionais, com vistas a superar a situação de risco em que se encontram, especialmente pela facilitação do acesso a programas e serviços públicos, inclusive a moradias adequadas e seguras, à educação básica e à qualificação profissional e à orientação e recolocação no mundo do trabalho, além da fruição de seus direitos à justiça, à cultura e ao lazer.

## Objetivo Estratégico 2:

*População com formação educacional adequada, capacitada para melhores oportunidades de trabalho e desenvolvimento pessoal, independentemente de condições físicas e psicológicas, gênero, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, renda e idade.*

A formulação deste Objetivo Estratégico revela a dupla perspectiva que este PPA dedica ao tema educacional. De uma parte, como direito universal, que permite a todos o exercício da plena cidadania e o acesso ao conhecimento, à informação e à cultura. Uma população escolarizada, sabidamente, contribui para uma sociedade mais justa, mais saudável, mais segura e mais atenta à preservação ambiental, e constitui objetivo permanente, que supera o próprio PPA.

De outra parte, também se toma a educação como meio para o desenvolvimento de talentos, habilidades e criatividade latentes em cada cidadão que, em última análise, influenciam o surgimento de novas oportunidades de trabalho e de empreendimento. Na chamada “sociedade do conhecimento”, a formação escolar adequada é, cada vez mais, condição para o desenvolvimento, não só dos indivíduos, mas de toda a sociedade, pois a utilização e a difusão de novas tecnologias – motor do ciclo de desenvolvimento que se desenha – tem nela sua principal sustentação.

Com população escolarizada e qualificada e extensa e sofisticada rede de ensino pública e privada, atuando em todos os níveis educacionais e de formação profissional, São Paulo é referência para o País. Sua estratégia de desenvolvimento, que transcende o atual PPA, tem entre seus pilares essa rede, em que se destacam as instituições estaduais que, além da educação básica, atuam na formação profissional, técnica, tecnológica e superior. É por este meio que São Paulo se coloca como uma das regiões mais dinâmicas do País e com enorme potencial de expansão num novo ciclo econômico assentado na criatividade, na inovação e no conhecimento.

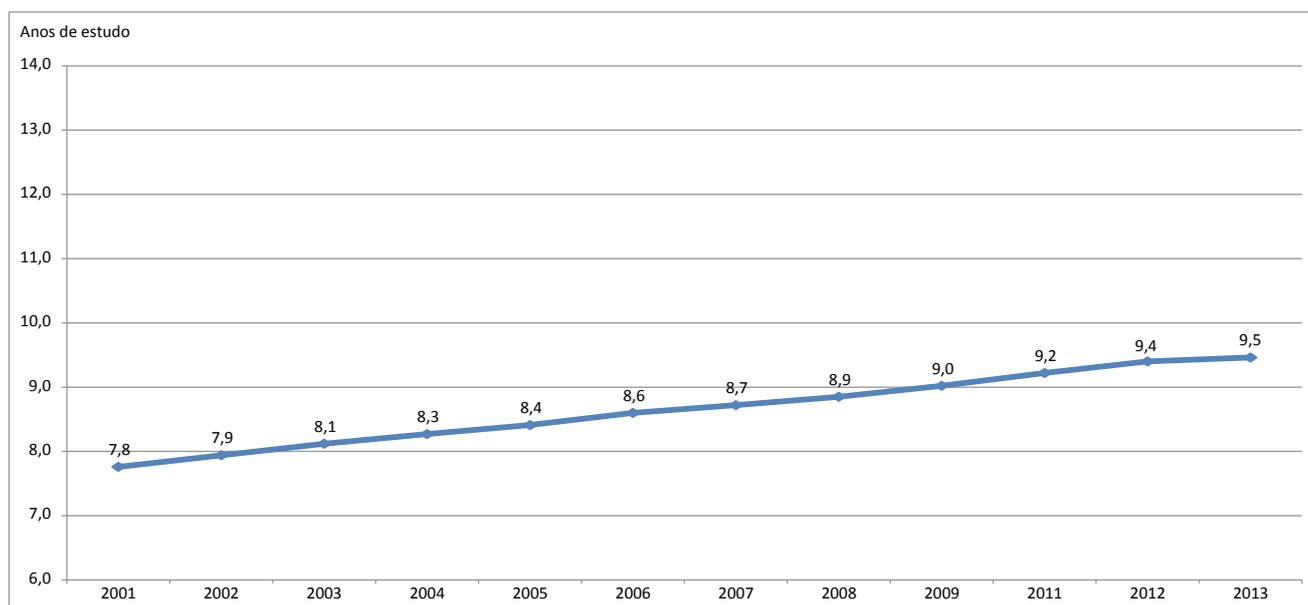
No entanto, não se deve desconsiderar que as projeções pouco favoráveis da economia paulista, ao menos para os anos iniciais do PPA, podem provocar impactos

no campo educacional. Entre eles, o de elevar a demanda pela educação pública, ainda que não se possa quantificá-la antecipadamente. Tal possibilidade decorre do esperado baixo dinamismo do mercado de trabalho, nos próximos anos, que poderá levar algumas famílias a transferirem seus filhos da rede educacional privada para a pública. Da mesma forma, é de esperar maior demanda por cursos de qualificação e requalificação profissional, como meio daqueles que vierem a perder seus empregos se recolocarem num mercado de trabalho mais competitivo.

Em contraste, a transição demográfica, que tem acarretado redução do ritmo de crescimento da população em idade escolar e mesmo a redução absoluta de alguns de seus segmentos, concorre para a diminuição da demanda educacional, o que abre oportunidades de superar certos desafios, como o de ampliar a cobertura do ensino médio. As projeções demográficas produzidas pela Fundação Seade para o período deste PPA apontam que são esperadas reduções absolutas para vários segmentos da população em idade escolar: crianças de 0 a 4 anos (-53 mil); jovens de 10 a 14 anos (-120 mil); e de 15 a 19 anos (-282 mil). Projeta-se crescimento apenas do contingente de crianças na faixa etária de 5 a 9 anos (157 mil).

O **Gráfico 9** sintetiza a situação sob as duas perspectivas que subjazem a este Objetivo Estratégico, anteriormente mencionadas. Ele mostra que, a despeito do progresso já obtido, ainda há muito a avançar, seja para garantir a todos o direito à educação, seja para torná-la um ativo da sociedade paulista para avançar na “economia do conhecimento”. Como se vê, ainda que, em média, a população paulista em idade produtiva tenha ampliado sua escolaridade de forma sistemática ao longo dos anos 2000, em 2013, essa média ainda correspondia a pouco mais que o ensino fundamental completo.

**GRÁFICO 9**  
**Média de anos de estudo da população de 15 a 64 anos de idade**  
**Estado de São Paulo, 2001 a 2013**



Fonte: IBGE/PNAD.

Dois são os principais caminhos para avançar nesse campo: I) universalizar o acesso à educação básica; e II) reduzir as desigualdades que ainda dificultam o ingresso ao sistema educacional de determinados segmentos populacionais. Em relação ao primeiro, o maior desafio a ser enfrentado pelo Estado reside no ensino médio. Se a universalização do ensino fundamental já é realidade, ainda serão necessários esforços relevantes para estendê-la ao ensino médio, mantendo e reincorporando os jovens ao sistema educacional. As informações disponíveis revelam que, em 2013, a taxa de atendimento da população de 15 a 17 anos<sup>10</sup> era de 85% – patamar em torno do qual este indicador tem flutuado desde o início dos anos 2000 – e a taxa de escolarização líquida no ensino médio<sup>11</sup>, pouco superior a 78%, em 2014<sup>12</sup>. O abandono dos alunos desse nível de ensino é menor do que no passado, mas ainda preocupa. Seu indicador tem se mantido em torno dos 5,5% ao longo desta década, indicando a necessidade de cuidar desse tema, pois, como se sabe, a interrupção dos

estudos restringe as oportunidades de progresso desses jovens, ao diminuir suas chances de ingressar em postos de trabalho de melhor qualidade e ao impedi-los de avançar para o ensino superior. Modificar essa situação é um dos principais desafios a ser enfrentado nos próximos anos pela sociedade paulista.

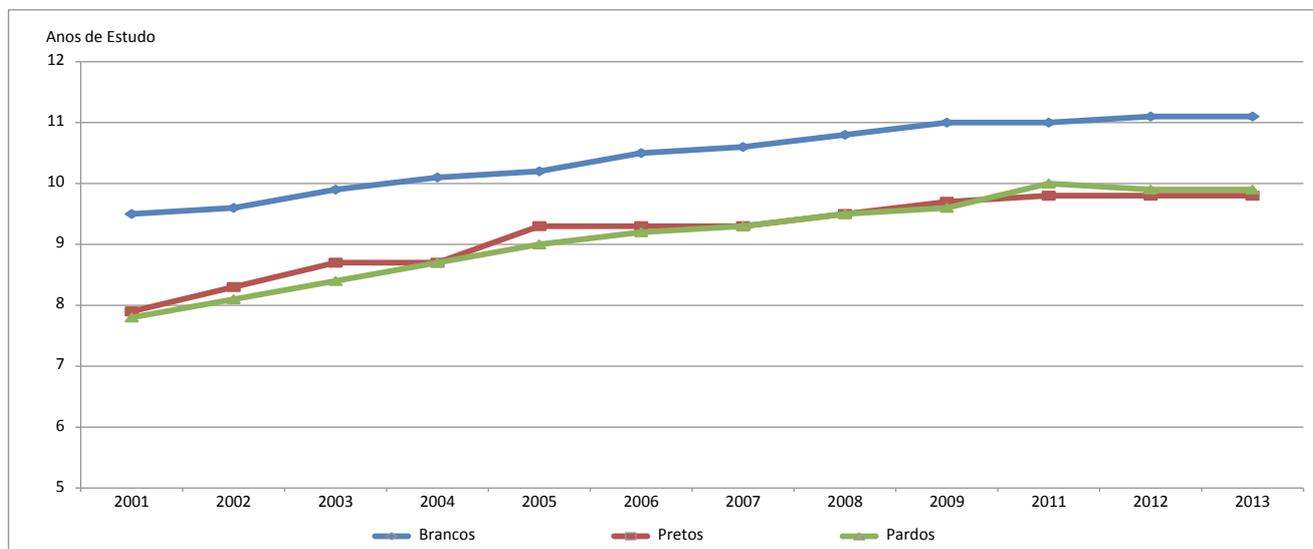
Por sua vez, as desigualdades de acesso, que já são bem menores que no passado, ainda merecem atenção. Tomando apenas o segmento etário de 18 a 29 anos, cuja escolaridade média, em 2013, era de 10,7 anos de estudo, ainda se notam diferenças relevantes entre essa média e as associadas à população rural (9,4 anos) e ao quarto mais pobre da população (9,1 anos). A comparação entre jovens de 18 a 29 anos pretos, pardos e brancos mostra que a escolaridade dos dois primeiros corresponde a cerca de 90% da registrada para os últimos (**Gráfico 10**). Outro segmento populacional que tem recebido grande atenção governamental é o que congrega as pessoas com necessidades especiais. Não por acaso, estima-se que já estejam

<sup>10</sup> Proporção de pessoas na faixa etária de 15 a 17 anos que frequentam a escola.

<sup>11</sup> Proporção de pessoas na faixa etária de 15 a 17 anos que frequentam o ensino médio.

<sup>12</sup> Segundo dados do Inep/MEC, publicados no site da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE) <<http://www.fde.sp.gov.br/simeducao/perfil/view/index.php>>, de onde essas informações foram extraídas, em 06/07/2015.

**GRÁFICO 10**  
**Anos de estudo de pessoas de 18 a 29 anos de idade, por cor**  
**Estado de São Paulo, 2001 a 2013**



Fonte: IBGE - PNAD. Extraído em 17/07/2015 de [www.observatoriodopne.org.br/](http://www.observatoriodopne.org.br/).

na escola 93% das crianças e jovens de 4 a 17 anos sujeitos a algum tipo de restrição em suas condições físicas ou mentais. Também merece menção o papel que a educação cumpre na ressocialização dos jovens internos na Fundação Casa e dos custodiados no sistema prisional. Eles também são atendidos pelo sistema educacional, inclusive para a formação profissional, uma vez que o acesso à educação é um dos principais meios para aumentar as chances de esses jovens retomarem suas vidas sob novas bases.

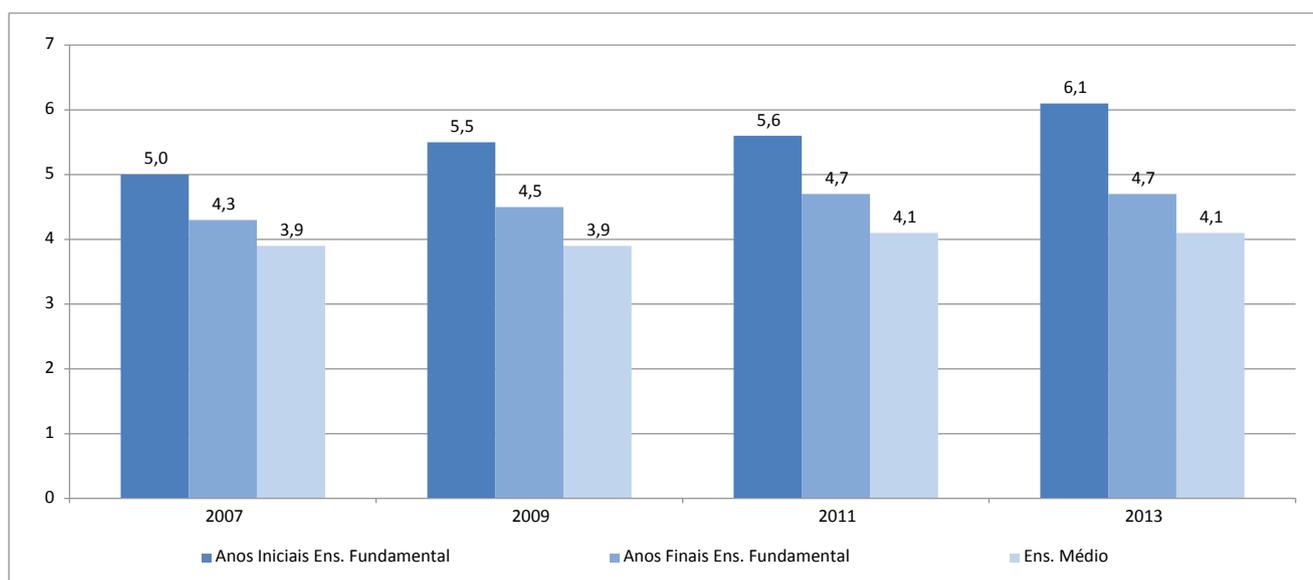
Como se demonstrou acima, as diferenças de acesso que ainda persistem são relevantes, mas passíveis de serem reduzidas ao longo dos próximos quatro anos. Além de promover a igualdade entre os diferentes grupos populacionais, tal redução contribuirá para que todos os moradores de São Paulo concluam a educação básica e, com ela, possam exercer plenamente seus direitos de cidadão e buscar os caminhos mais apropriados para seu desenvolvimento pessoal, seja avançando para o ensino superior, seja incorporando-se adequadamente ao mundo do trabalho.

A Secretaria da Educação conta com, aproximadamente, 230 mil professores e 59 mil servidores, que atuam nas 5,3 mil escolas, onde estudam seus 4,0 milhões de alunos. Para enfrentar esses desafios, merece destaque o Programa *Gestão Pedagógica da Educação Básica*, direcionado a garantir o ensino de qualidade a todos os alunos da rede estadual, com vistas ao pleno desenvolvimento de suas habilidades, competências e valores culturais e éticos e à inclusão ao sistema educacional dos segmentos populacionais mais vulneráveis. Espera-se, assim, contribuir para a plena constituição de seus alunos como pessoa e cidadão, capaz de se inserir no mercado de trabalho e de gerar valor para a sociedade.

Decerto, a universalização da educação básica é uma etapa importante e em vias de ser completada, mas aprimorar a qualidade do ensino é outro desafio relevante a ser enfrentado neste PPA. O **Gráfico 11** mostra os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)<sup>13</sup> no período recente. Apenas

13 O Ideb é um indicador da qualidade educacional produzido pelo Ministério da Educação e adotado, entre outros fins, para acompanhar os Planos Nacional e Estadual de Educação. Combina informações de rendimento escolar (aprovação) com as de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb) obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (5º e 9º anos do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio).

**GRÁFICO 11**  
**Resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb**  
**São Paulo, 2007-2013**



Fonte: Ministério da Educação

nos anos iniciais do ensino fundamental o indicador tem evoluído de forma consistente. Nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, sua trajetória vem se mostrando mais lenta que a desejável, o que sugere a necessidade de atenção especial para superar essa situação.

Considerando a centralidade da atuação docente no sucesso da aprendizagem dos alunos, a valorização dos quadros do magistério e a permanente capacitação dos profissionais da educação passam a ser elementos estratégicos para aprimorar a qualidade do ensino. Vale ressaltar que a Secretaria de Estado da Educação tem buscado a valorização de professores, dirigentes e servidores, envolvendo formação, carreira e condições de trabalho. Tais esforços, neste PPA, estão concentrados no Programa *Formação e Qualidade de Vida dos Profissionais da Educação*. Com ele, busca-se, além de promover qualidade de vida desses profissionais, expandir suas competências e habilidades e contribuir para a implementação de metodologias pedagógicas e práticas de gestão inovadoras e adequadas aos contextos dos alunos.

A expansão da rede escolar, a disponibilização de infraestrutura tecnológica adequada, além dos serviços de

apoio à educação, como alimentação e transporte escolar – que, em 2014, alcançaram, respectivamente, cerca de 3,4 milhões e 400 mil alunos por dia –, são outras frentes de atuação fundamentais para o avanço da educação básica em São Paulo, inclusive em trabalho cooperativo com as Prefeituras. Por meio do Programa *Manutenção e Suporte da Educação Básica*, a Secretaria da Educação propõe-se a oferecer esses bens e serviços e, assim, contribuir com o ambiente propício ao desenvolvimento das atividades escolares.

Por meio de parcerias e ações de cooperação entre escolas, comunidades, instituições de ensino superior e diversos segmentos da sociedade civil, o Programa *Parcerias Escola, Comunidade e Sociedade Civil* deve gerar efeitos positivos na aprendizagem e na convivência social dos alunos, sobretudo por intermédio do fomento ao funcionamento de colegiados escolares e da abertura das escolas à comunidade.

Tampouco podem ser desconsiderados vários programas da Secretaria da Cultura, como os que oferecem oportunidades aos jovens e estudantes de fruir dos bens culturais disponíveis no Estado de São Paulo, complementando sua formação escolar. São os casos, por exemplo, de Programas como: *Difusão Cultural, Bibliotecas e*

*Leitura*, que busca viabilizar a fruição das diversas práticas culturais e linguagens artísticas, enfatizando a ampliação da oferta cultural em todas as regiões do Estado; *Rádios*, *TVs Educativas e Novas Mídias*, cujo papel educativo e de formação crítica e participativa do cidadão, por meio de sua rede de rádio e televisão, além de novas mídias, é amplamente reconhecido; e *Integração das Culturas Latino-Americanas*, que objetiva promover e difundir a cultura latino-americana.

Também cumpre este papel de aproximar os jovens e estudantes ao patrimônio cultural paulista o Programa *Museus* que, além de apoiar os municípios nesse campo, gere 415 museus, como os da Língua Portuguesa, do Futebol ou da Imagem e do Som, os quais têm atraído grande quantidade de jovens nos eventos que promovem.

Além da ampliação ao acesso aos bens culturais disponíveis em São Paulo, a Secretaria da Cultura também criou o Programa *Formação Cultural*, focalizado em crianças e jovens, que, por meio da formação em diferentes linguagens artísticas, busca promover a vivência cultural e a integração social. Entre suas iniciativas encontram-se o Projeto Guri, as Fábricas de Cultura, e as atividades de formação musical e em artes cênicas.

Em resumo, a melhor qualidade da educação básica, que se espera ver refletida na evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) nos próximos anos, dependerá de múltiplas frentes de atuação no âmbito governamental e dos diversos atores que atuam na área educacional. Os programas contidos no PPA, certamente contribuirão para isso, mas o engajamento de todos os envolvidos, inclusive da sociedade paulista, é decisivo para que este desafio e os demais anteriormente salientados sejam superados.

Como se afirmou anteriormente, este Objetivo Estratégico alinha-se também com a estratégia de desenvolvimento paulista e tem, entre seus principais fundamentos, a formação educacional e profissional. Até aqui, deu-se destaque ao ensino básico, tendo em vista ser este o foco da Secretaria da Educação, mas a atuação de outros órgãos governamentais deve ser ressaltada, notadamente na formação profissional e no ensino técnico, tecnológico e superior.

A formação inicial ou os cursos de qualificação e requalificação profissional cumprem duplo papel na política pública: de um lado, como apoio às pessoas desempregadas ou socialmente vulneráveis, em especial aquelas cujas habilidades e competências deixaram de ser valorizadas pelo mercado de trabalho; de outro, como meio de qualificar a mão de obra paulista, ampliando suas possibilidades de empreender seu próprio negócio ou de aproveitar as oportunidades que o mercado de trabalho lhe ofereça. O primeiro papel tem clara interseção com o Objetivo Estratégico 1 e o segundo, com o Objetivo Estratégico 8. Desse modo, a formação profissional é tema recorrente neste PPA.

O Governo do Estado de São Paulo tem atuado intensamente neste campo e, no atual PPA, mais de um programa propõe-se a cumprir esse papel. São os casos, por exemplo, do Programa de *Fomento ao Ensino Profissionalizante* e do Programa *Estadual de Educação Profissional e Tecnológica*, ambos conduzidos pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, e do Programa de *Fomento ao Emprego e Renda*, da Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho.

O ensino técnico cumpre papel particularmente relevante como opção educacional aos que não desejam ingressar no nível superior, mas necessitam de um ensino que os qualifique a se inserir em postos de trabalho específicos, com maiores exigências de qualificação profissional. A formação de pessoas com tais qualificações, por seu turno, leva a incentivar a geração de novos empreendimentos ou a atrair investimentos e empresas que necessitam desse perfil profissional para sua operação. O ensino técnico, assim como as modalidades de sua oferta – integrado, concomitante ou subsequente ao ensino médio – torna-o atraente não só aos jovens que estão cursando o ensino médio, mas também àqueles com idade mais avançada, que concluíram o ensino médio e desejam se qualificar em determinada área do conhecimento.

Em 2014, havia cerca de 450 mil alunos matriculados no ensino técnico de nível médio, considerando todas as redes presentes no Estado de São Paulo. A evolução deste contingente revela crescimento em cerca de 75%, entre 2007 e 2014, refletindo a criação de aproximada-

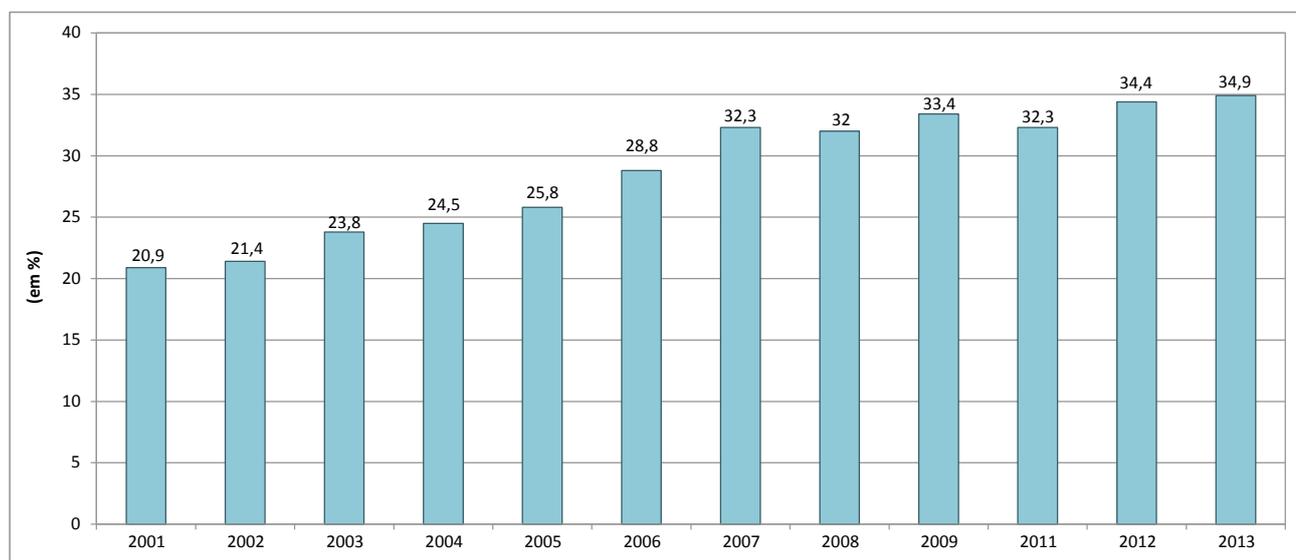
mente 190 mil novas vagas, no período, das quais cerca de 80 mil pelo Centro Paula Souza. O Governo do Estado de São Paulo tem papel destacado na oferta desses cursos – responde por mais de 41% das matrículas – e, no atual PPA, ele está expresso no *Programa Estadual de Ensino Profissional e Tecnológico*, que congrega a atuação do Centro Paula Souza e das escolas técnicas vinculadas às universidades estaduais.

Por fim, mencione-se o ensino superior, nível educacional em que São Paulo se destaca em termos quantitativos e, sobretudo, qualitativos, em face da excelência de várias das instituições que o oferecem no território paulista. A conclusão do ensino superior, como se sabe, amplia as possibilidades de acesso a postos de trabalho de melhor qualidade. Seu papel, no entanto, transcende a formação escolar: além de promover o avanço e a difusão do conhecimento, as instituições de ensino superior (IES) respondem pela formação de pessoas com alta qualificação – inclusive os professores das diferentes redes e níveis de ensino – e por parte expressiva da pesquisa científica

e tecnológica. Tais dimensões associam-se a outros Objetivos Estratégicos, especialmente o de número 8, e serão ali retomadas.

Segundo o Censo do Ensino Superior de 2013, o total de matrículas neste nível de ensino, registrado em São Paulo, aproximava-se de 1,9 milhão e correspondia a cerca de 26% do total do País (7,3 milhões). De fato, houve grande aumento do acesso a esse nível de ensino no País e em São Paulo, nas últimas décadas, como revela o comportamento das taxas de matrícula bruta e líquida,<sup>14</sup> entre 2001 e 2013. No caso de São Paulo, a taxa bruta de matrículas passou de 20,9%, em 2001, para 34,9%, em 2013 (**Gráfico 12**). A despeito dessa expansão, tais percentuais são ainda muito inferiores aos de países como o Chile ou a Colômbia<sup>15</sup> e refletem os históricos gargalos da educação básica, que, no passado, dificultaram o acesso ao ensino superior. Com a regularização do fluxo escolar e com boa parte da demanda reprimida já atendida, é de esperar que a procura pelo ensino superior cresça a ritmo mais lento que no passado recente.

**GRÁFICO 12**  
**Porcentagem de matrículas na Educação Superior em relação à população de 18 a 24 anos -**  
**Taxa Bruta de Matrículas**  
**São Paulo, 2001 - 2013**



Fonte: MEC/INEP, 2015.

14 A taxa bruta de matrícula corresponde à relação entre o total de pessoas matriculadas no ensino superior e a população de 18 a 24 anos e a taxa líquida, à porcentagem de pessoas de 18 a 24 anos matriculadas no ensino superior em relação ao total de pessoas nessa faixa etária. Seus valores foram extraídos, em 06/07/2015, do site na Internet “Observatório do PNE”, no endereço: <http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/12-ensino-superior/dossie-localidades>.

15 Segundo informações da Unesco, a taxa bruta de matrícula no ensino superior, em 2012, foi de 74,5%, no Chile, e de 45,0%, na Colômbia.

O crescimento da demanda tem sido atendido, principalmente, pelo aumento da oferta de vagas pelas instituições privadas. No total do País, tais instituições, em 2013, respondiam por 73% das matrículas no ensino superior; em São Paulo, esse percentual era ainda maior: ultrapassava 85%. Boa parte dessa diferença se explica pela presença relativamente pequena, em São Paulo, de instituições públicas federais: enquanto elas respondiam, naquele ano, por 15% das matrículas no conjunto do País, em São Paulo sua participação mal ultrapassava 2%.

Portanto, no que tange à educação superior de natureza pública, as instituições estaduais são estratégicas, ainda que claramente minoritárias, pois respondem por menos que 10% do total das matrículas nesse nível de ensino: 178 mil, das quais quase 57 mil no ensino tecno-

lógico. Seu caráter estratégico decorre não só da qualidade do ensino, mas igualmente das importantes pesquisas científicas e tecnológicas que desenvolvem e por serem a principal opção de ensino público gratuito no Estado de São Paulo. As universidades estaduais paulistas caracterizam-se por sua autonomia, inclusive quanto à definição de suas estratégias de atuação. Este PPA, além dos Programas *Ensino Público Superior* – que tem, entre seus objetivos, o de manter e ampliar a oferta de cursos superiores – e *Promoção e Desenvolvimento do Ensino Superior* – que intenta aprimorar a infraestrutura das universidades estaduais – merece destaque o *Programa Estadual de Educação Profissional e Tecnológica*, que oferece cursos tecnológicos, cujo papel no aumento e na interiorização da oferta pública de ensino superior, nos últimos anos, deve ser ressaltado.

## Objetivo Estratégico 3:

*Sociedade Saudável, com maior qualidade de vida e longevidade.*

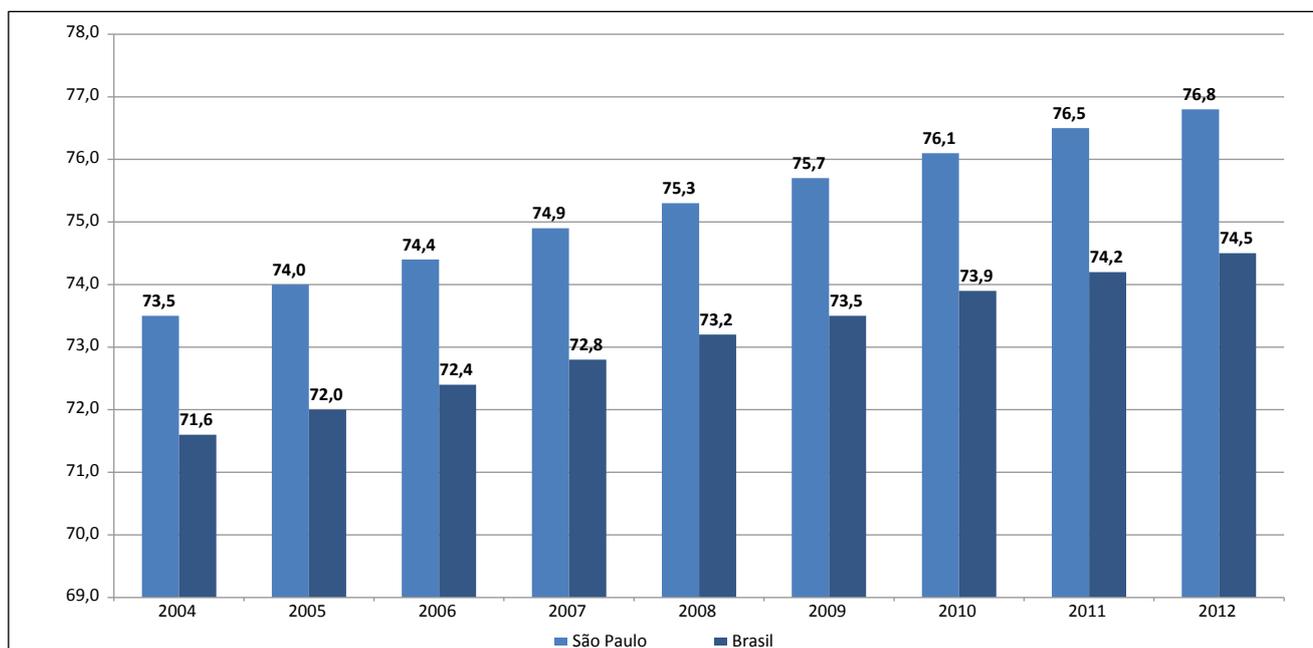
É saudável a sociedade protegida de doenças e com expectativa de vida elevada, como reflexo de seu bem-estar físico, mental e social. Sob essa perspectiva, múltiplos programas, conduzidos por diferentes órgãos e entidades da administração estadual, contribuem para este Objetivo Estratégico, em linha com as diretrizes do Governo. Além da atuação no campo da saúde propriamente dita, contribuem o saneamento básico, o cuidado com o meio ambiente, em especial a preservação de mananciais, além do incentivo ao esporte e ao lazer e a maior segurança alimentar, sobretudo dos segmentos socialmente vulneráveis. Decerto outros programas também afetam, ainda que indiretamente, os resultados deste Objetivo Estratégico, como os associados à educação, à segurança pública, ambiental e no trânsito, ao acesso a moradias adequadas e à inserção produtiva. Porém, por sua associação com outros Objetivos Estratégicos ser muito mais

direta do que com este, serão tratados nas seções a eles correspondentes.

Como demonstrado anteriormente, as tendências demográficas apontam para a intensificação do processo de envelhecimento da população paulista. Este processo resulta das melhores condições de vida dos residentes em São Paulo e, simultaneamente, provoca mudanças importantes nas demandas sociais, sobretudo no campo dos serviços de saúde. O **Gráfico 13** mostra a evolução da esperança de vida ao nascer da população brasileira e paulista, desde 2004 que, como se sabe, reflete as condições de vida e de saúde da população ao longo de todo o seu ciclo vital.

Foram importantes os avanços representados por este indicador, tanto em São Paulo quanto no Brasil. Em ambos, em oito anos, os ganhos foram, em média, pró-

**GRÁFICO 13**  
**Esperança de vida ao nascer**  
**Brasil e São Paulo, 2004-2012**



Fonte: Datasus: IBGE/DPE

ximos de três anos de vida, com ligeira ampliação da diferença entre esses domínios geográficos a favor de São Paulo. Entretanto, ao se comparar com a situação de países mais desenvolvidos, vê-se que ainda há muito a avançar. Por essa razão, os esforços governamentais permanecerão intensos nos quatro anos cobertos por este PPA.

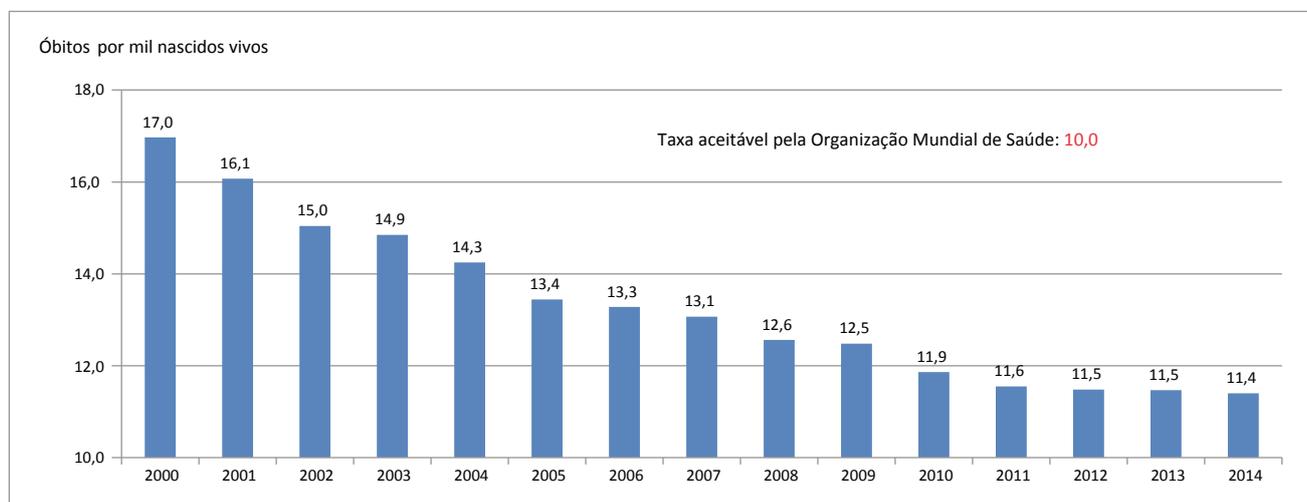
Um dos elementos-chave para esse avanço foi a ampliação do acesso à água e ao esgotamento sanitário em São Paulo. As informações disponíveis mais recentes são as da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo IBGE, em 2013. Ela revela que, naquele ano, 98,8% dos domicílios localizados nas áreas urbanas de São Paulo estavam ligados à rede de abastecimento de água e 96,5% tinham esgotamento sanitário adequado (**Gráfico 22**). Decerto, isso contribuiu para a redução da mortalidade infantil (**Gráfico 14**) e da morbimortalidade causada por doenças infecciosas e para gerar um ambiente saudável para todos os paulistas. Manter esse ambiente e ampliar a cobertura de tais serviços requer esforços permanentes do Governo do Estado de São Paulo, notadamente das Secretarias de Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH) e do Meio Ambiente (SMA), cujos programas serão mencionados aqui, mas retomados em outros Objetivos Estratégicos.

No âmbito deste PPA, a SSRH formulou programas como os de *Infraestrutura Hídrica, Combate a Enchentes e Saneamento, Planejamento e Administração dos Recursos Hídricos, Planejamento, Formulação e Implementação da*

*Política de Saneamento do Estado e o de Universalização do Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário*, que intentam oferecer à população paulista água de qualidade, coleta e tratamento de esgoto e prevenção contra as enchentes e seus efeitos perversos nas condições de vida e de saúde da população. A SMA definiu o Programa de Monitoramento da Qualidade e Redução da Pegada Ambiental a fim de monitorar a qualidade do ar, das praias, das águas e de aterros de resíduos urbanos, e assim contribuir para um meio ambiente mais harmônico e sustentável a todos.

Outro campo de atuação do governo paulista que contribui para este Objetivo Estratégico é o da segurança alimentar. Decerto, a oferta de alimentos seguros e em quantidade adequada contribui para garantir a saúde da população e aumentar sua expectativa de vida. Nesse sentido, a Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA) formulou, neste PPA, programas voltados ao abastecimento de alimentos saudáveis para a população. Um deles é o de *Abastecimento, Segurança Alimentar e Dinamização das Cadeias Produtivas*, que desenvolve as cadeias produtivas agropecuárias, melhorando a qualidade dos produtos e promovendo a segurança alimentar, com certificação da qualidade do produto. Outro Programa destacado é o de *Defesa Agropecuária para Proteção Ambiental, Saúde Pública e Segurança Alimentar*, que fiscaliza a cadeia produtiva alimentar, de modo a manter a qualidade e a inocuidade dos produtos agropecuários.

**GRÁFICO 14**  
**Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)**  
**São Paulo, 2000-2014**



Fonte: Fundação Seade; Secretaria Estadual da Saúde; Secretarias Municipais da Saúde. Base Unificada de Nascimentos e Óbitos.

A oferta gratuita ou subsidiada de alimentos, diretamente à população, dá-se por meio de outras Secretarias, como o Programa de Alimentação Escolar, na Secretaria da Educação, e por várias iniciativas da Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS). Esta, cuja finalidade é a promoção da melhoria do bem-estar da população, em especial de seu segmento mais vulnerável, desenvolve vários programas, já salientados no Objetivo Estratégico 1. Vale, porém, citar aqui o Programa de *Enfrentamento à Extrema Pobreza*, destinado às famílias com rendimento *per capita* de até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo e aos idosos, que tem entre seus fins a distribuição de leite enriquecido para crianças e idosos e o fornecimento de refeições balanceadas à população.

A SDS também apresentou no PPA outros programas que afetam a evolução deste Objetivo Estratégico. O que merece destaque é o proposto em parceria com as Secretarias da Saúde e da Justiça e Defesa da Cidadania, denominado Recomeço: *Programa Estadual de Enfrentamento ao Crack*. O consumo dessa substância, como se sabe, é um problema de complexa solução que atinge sobretudo os jovens, residentes nas várias regiões do Estado, pondo em risco sua saúde e seu futuro.

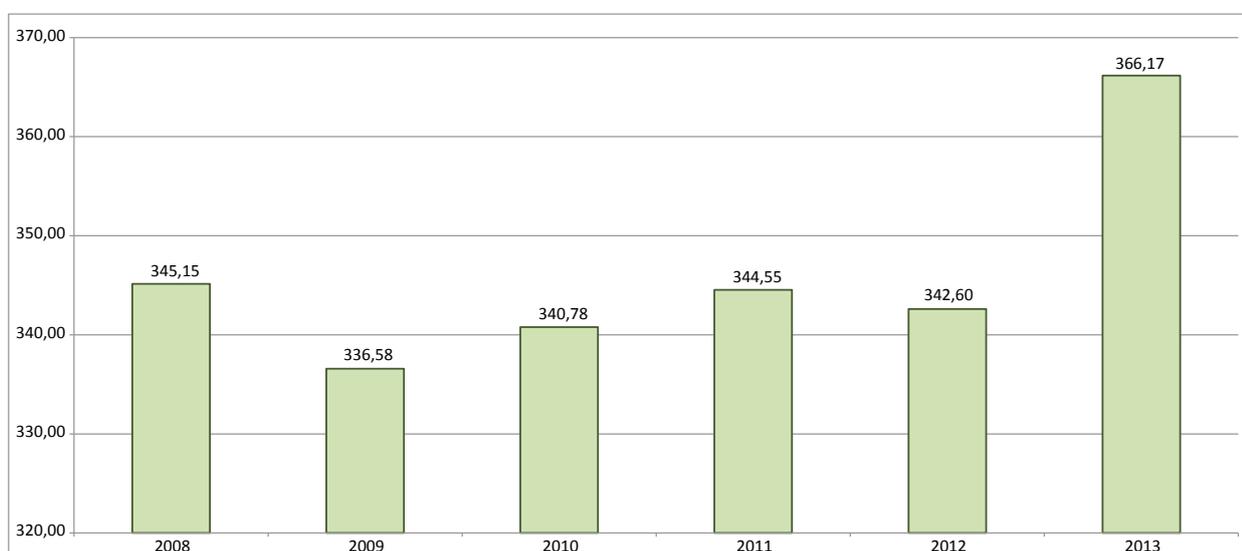
A promoção à saúde tem nas atividades esportivas e de lazer uma ferramenta poderosa para incentivar os jovens a uma vida saudável. Nesse campo, o PPA contempla vários programas formulados pela Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude, como: São Paulo Mais Es-

porte e Lazer; *Implementando a Atividade Esportiva*; e *Juventude em Foco*. Estimulam as atividades esportivas e o lazer para todos, sobretudo os jovens, com particular atenção às pessoas com deficiência. Os dois primeiros concentram-se na promoção de eventos e competições esportivas e de atividades lúdicas, além da concessão de auxílio financeiro para potenciais atletas e da construção e reforma de equipamentos esportivos e de lazer. Já o *Juventude em Foco* incentiva o jovem a exercer cidadania com responsabilidade e capacita gestores públicos em políticas públicas para a juventude, em temas como prevenção às drogas, educação, trabalho, sexualidade, segurança pública, cultura e preservação do meio ambiente.

Atualmente, os principais problemas de saúde que afetam a população paulista decorrem das chamadas doenças crônicas não transmissíveis, como as cardiovasculares, as neoplasias e as dos aparelhos respiratório e digestivo (**Gráfico 15**). Geram importantes problemas de saúde pública, com taxas elevadas de morbidade e exigem tratamentos longos, complexos e que podem abranger procedimentos e medicamentos de alto custo. Muitas dessas doenças decorrem de fatores ambientais, hereditários e comportamentais. Assim, a promoção à saúde, a prevenção e o combate a hábitos inadequados – como alcoolismo, tabagismo e consumo de drogas – a educação e segurança alimentar e o incentivo às atividades físicas, iniciativas nem sempre valorizadas nas políticas públicas, são fundamentais ao bem-estar da população.

### GRÁFICO 15

**Taxa de Mortalidade Precoce (30 a 69 anos) por Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), por mil habitantes Estado de São Paulo, 2008 - 2013**



Fonte: Ministério da Saúde (2015). Datasus Informações de Saúde (TABNET) Estatísticas Vitais.

Os resultados dos programas a serem conduzidos pela Secretaria da Saúde no PPA também contribuirão para que este Objetivo Estratégico avance conforme o desejado. Ela provê diferentes tipos de serviços e produtos – como prevenção de doenças e imunizações, assistência ambulatorial e hospitalar, assistência farmacêutica, controle de vetores e hospedeiros, entre outros –, muitos deles sensíveis e complexos, e coordena uma vasta rede de instituições, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), com tais papéis.

O SUS é regido pelos princípios de universalidade, integralidade, igualdade/equidade, descentralização, regionalização/hierarquização da rede de serviços e participação da comunidade. Por meio dele, o Estado, nas três esferas de governo, garante o acesso aos serviços de saúde a toda a população. Seus resultados, portanto, não podem ser atribuídos a um ou outro ente federado ou às diferentes instituições associadas, mas à atuação do conjunto do sistema que, de resto, convive com prestadores de serviços privados. São conhecidos os principais problemas que atingem o SUS e que podem ser sintetizados em três dimensões: a gestão de um sistema tão extenso, complexo e institucionalmente heterogêneo; os custos crescentes, em descompasso com suas fontes de financiamento; e a dificuldade de recrutar e manter entre seus quadros profissionais de saúde, notadamente em certas especialidades médicas e regiões do Estado e do País.

As tendências demográficas, já mencionadas, sugerem que seus custos poderão crescer de forma ainda mais intensa, em face do aumento da população idosa e da conseqüente ampliação da demanda por serviços de saúde mais dispendiosos e demorados. Ao lado disso, a difusão de técnicas, equipamentos e medicamentos mais complexos e mais custosos, aliada à chamada judicialização da saúde<sup>16</sup>, também têm contribuído para ampliar as necessidades de financiamento do setor. Por seu turno, as tendências econômicas apontam para dificuldades, ao menos conjunturais, para ampliar o volume de recursos públicos para a saúde, pelas três esferas de governo, além de sugerir potencial aumento do segmento populacional dependente do SUS, em função do

desaquecimento do mercado de trabalho e da possível redução do acesso a planos de saúde associados ao vínculo laboral. O **Gráfico 16** mostra que, desde 2004, o percentual da população com acesso a tais planos tem sido crescente, ainda que com algumas descontinuidades pontuais, trajetória que pode se reverter no futuro próximo.

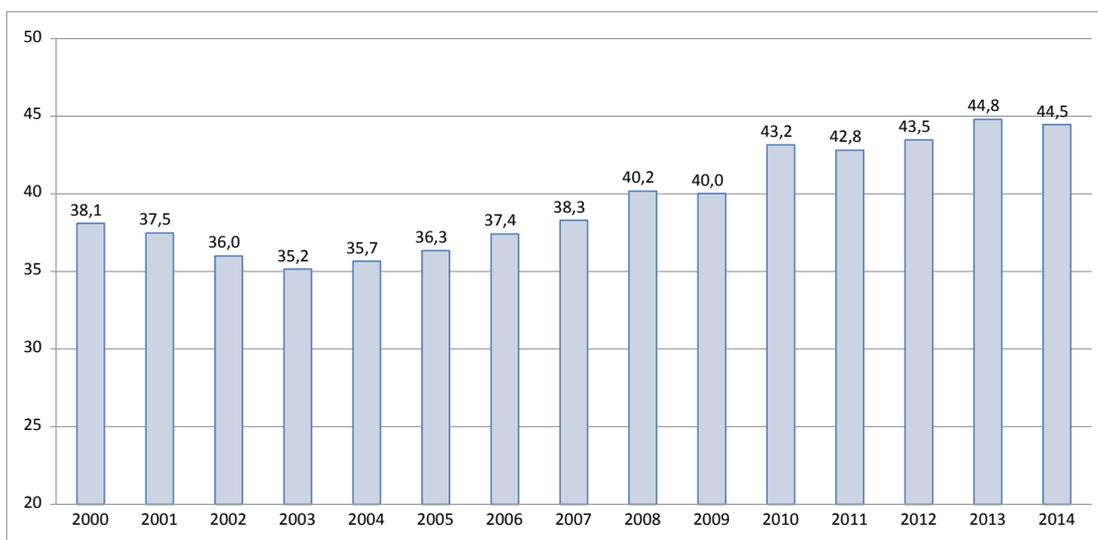
Os aumentos da demanda e dos custos dos serviços de saúde, numa conjuntura de baixo dinamismo econômico e problemático financiamento do SUS, tornam a gestão do sistema decisiva para manter sua viabilidade. Este é o foco do Programa *Gestão em Saúde*, que pretende fortalecer a gestão estadual no SUS, aperfeiçoar a rede de serviços, executar obras em Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e Hospitais, além de garantir o funcionamento regular do Conselho Estadual de Saúde e prestar suporte administrativo às unidades da Secretaria da Saúde em suas atividades técnicas e de atendimento direto à saúde da população.

A atenção básica, de responsabilidade municipal, é a porta de entrada do cidadão ao SUS, mas cabe ao Estado supervisionar, capacitar, acompanhar, avaliar e apoiar os sistemas municipais de saúde, prestando auxílio e formulando estratégias de aperfeiçoamento das ações. No caso paulista, a Secretaria da Saúde também atua suplementarmente aos municípios na atenção básica. Neste PPA, esse conjunto de atividades está contemplado no Programa *Atendimento Integral e Descentralizado no SUS/SP*, por meio do qual o Estado fornece apoio técnico e financeiro para a assistência básica prestada pelos municípios.

Além das atividades de apoio às redes municipais, o Programa também trata dos inúmeros e complexos atendimentos ambulatoriais e hospitalares prestados diretamente pela Secretaria da Saúde (SES) e por suas instituições vinculadas, contratadas e conveniadas. Também, por meio deste, buscar-se-á prover, ao longo deste PPA: a assistência farmacêutica especializada; o atendimento a pacientes com deficiências, que necessitem de reabilitação física; além da atenção básica à população prisional e do apoio às instituições filantrópicas, como as Santas Casas.

<sup>16</sup> Os impactos fiscais desse processo podem ser vistos na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016, p. 64 e ss. (disponível em [www.planejamento.sp.gov.br/noti\\_anexo/files/LDO\\_2016.pdf](http://www.planejamento.sp.gov.br/noti_anexo/files/LDO_2016.pdf)) e já tem alcançado outras políticas sociais, como a educacional e de assistência social.

**GRÁFICO 16**  
**Percentual da população que possui planos de saúde em relação à população residente**  
**São Paulo, 2000-2014**



Fonte: <http://sistema.saude.sp.gov.br/tabnet>.

A importância do programa se mede pela extensão e qualidade das instituições de saúde existentes em São Paulo. Este Estado possui a maior capacidade instalada vinculada ao SUS e a mais extensa rede de hospitais de referência de alta complexidade, que atrai pessoas de todo o País. De acordo com o Plano Estadual de Saúde 2012-2015, a capacidade instalada vinculada ao SUS contava, em 2010, com 4,5 mil Unidades Básicas de Saúde, 582 hospitais, 1.500 ambulatórios de especialidades e 63 mil leitos, desconsiderados os de hospitais psiquiátricos e os destinados a pacientes crônicos. Sua rede privada contava com 248 hospitais e 21,6 mil leitos. Além disso, São Paulo possui extensa rede estadual própria, composta, em 2013, por 93 hospitais com 21 mil leitos, inclusive os vinculados aos hospitais universitários, e 65 Ambulatórios de Especialidades - AMEs, além da rede de reabilitação Lucy Montoro.

Ainda no campo da assistência à saúde, mas associada à formação de pessoal qualificado, formulou-se o Programa de Assistência Médica, Hospitalar e Ambulatorial em Hospitais Universitários sob gestão da Secretaria de Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI) e com a participação da SES, associados às universidades públicas estaduais. Esses hospitais prestam serviços de várias naturezas, inclusive de alta complexidade e são de referência nas regiões em que atuam.

Além das atividades de gestão e de prestação de serviços de saúde, a Secretaria da Saúde atua para proteger a população de doenças, agravos e riscos existentes e potenciais, no âmbito da saúde coletiva. Tais atividades, neste PPA, estão contidas no Programa Vigilância em Saúde, que prevê a realização de campanhas de vacinação e vacinações de rotina, além de ações de vigilância sanitária, ambiental e epidemiológica de doenças e agravos transmissíveis e não transmissíveis. Contempla, ainda, o combate a doenças imunopreveníveis e a vetores de doenças transmissíveis, como a dengue, e a prevenção de usos e costumes potencialmente prejudiciais à saúde, como tabagismo, alcoolismo, drogadição e obesidade. Mencione-se mais uma vez o Programa *Recomeço: Programa Estadual de Enfrentamento ao Crack*, desenvolvido em parceria com as Secretarias de Desenvolvimento Social e de Justiça e Defesa da Cidadania, destacado anteriormente.

Numa área de conhecimento com grande dinamismo científico e tecnológico, como as ciências médicas e da saúde, a qualidade da assistência à população é potencializada pela aplicação nas instituições de saúde desses novos conhecimentos e inovações e pela permanente atualização de seus profissionais. Tal desafio será enfrentado, neste PPA, pelo Programa da Secretaria da Saúde *Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde*. Financiado pela

própria Secretaria e por agências de fomento à pesquisa, como a Fapesp, vinculada à SDECTI, visa estimular o desenvolvimento e incorporar inovações científicas e tecnológicas na área da saúde, garantindo sua difusão à sociedade, a gestores do SUS e a instituições de pesquisa, além de melhorar a assistência à saúde, o ensino e a pesquisa. Contém as atividades relacionadas às avaliações de tecnologias de produtos e processos e das consequências clínicas, econômicas e sociais da utilização das tecnologias em saúde.

Para que a dificuldade de acesso a medicamentos, soros e vacinas não comprometa a saúde da população, a SES elaborou o Programa *Produção de Vacinas, Soros e Medicamentos*. Ele objetiva a produção dessas substâncias, de forma complementar à oferta do mercado, entregando-as na quantidade e no tempo adequados à população que delas necessite. A produção de vacinas e soros é de responsabilidade do Instituto Butantan e a de medicamentos, da Fundação para o Remédio Popular – FURP. Além disso, a SES ainda atua na provisão de sangue e hemocomponentes aos hospitais públicos e conveniados ao SUS, com qualidade e em tempo oportuno. Neste PPA, essas atividades estão previstas no Programa *Fornecimento de Sangue, Componentes e Derivados*.

Tendo em vista a constante necessidade de modernização e atualização tecnológica, para garantir a assistência à saúde na rede física das unidades de saúde, elaborou-se o Programa *Expansão e Modernização na*

*Saúde*. Por meio dele, serão realizadas as necessárias reformas, ampliações e construções de novas unidades de saúde, inclusive hospitais, e as aquisições de mobiliário e equipamentos médico-hospitalares para as unidades de saúde do Estado.

Por fim, mencione-se o programa governamental voltado aos cuidados com a saúde de seus servidores: o de *Assistência Médica ao Servidor Público Estadual*, da Secretaria de Planejamento e Gestão. Por meio dele, presta-se assistência médica, ambulatorial, hospitalar e farmacêutica, implementam-se ações de promoção e proteção à saúde do servidor público do Estado, seus beneficiários e agregados, e promove o ensino e a pesquisa a profissionais da área de saúde

Como mencionado anteriormente, os indicadores que sintetizam as condições de saúde da população, como a esperança de vida ao nascer e a taxa de mortalidade infantil, vêm tendo boa evolução, embora ainda possam avançar substancialmente. Eles, porém, refletem um espectro de fatores que englobam, mas vão muito além da atuação do segmento da saúde. Outro indicador, menos abrangente e que pode sinalizar alguns dos pontos destacados nesta seção é o das internações por condições sensíveis à atenção básica. Sua tendência declinante, no Estado de São Paulo, aponta melhor capacidade de gestão do sistema, avanços no acesso e na qualidade do atendimento da atenção básica, além de atividades de prevenção e da promoção à saúde mais efetivas.

## Objetivo Estratégico 4:

*Sociedade segura, com menos violência e criminalidade.*

Este Objetivo Estratégico reflete a visão do Governo de sedimentar uma sociedade segura a todos os paulistas, promovendo o respeito ao cidadão por meio de um ambiente social organizado, um meio urbano ordenado, com os usos dos espaços públicos controlados, e da garantia à sua integridade física, psicológica e patrimonial. Para alcançar uma sociedade segura, não basta a atuação policial, mas é decisiva a participação de vários atores, com diferentes competências. Por tal razão, este PPA contém vários programas alinhados a dois grandes objetivos: reduzir riscos de várias naturezas – ambientais, de acidentes de trânsito, de segurança pessoal, de agressões e de exposição a crimes – e, quando tais eventos ocorrerem, fazer-se presente com rapidez e efetividade, para preservar, ao máximo, o bem-estar da população.

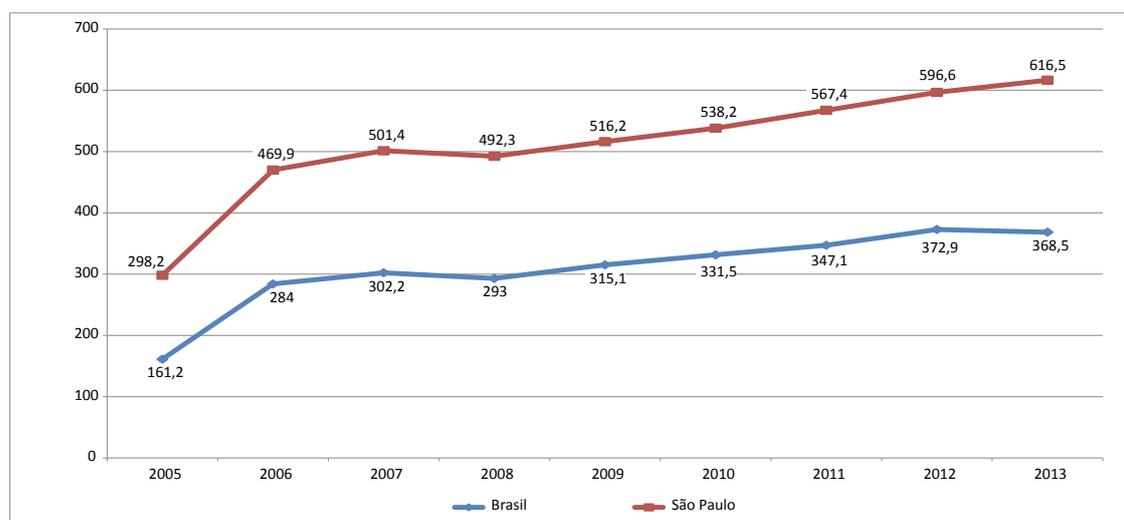
Há outras dimensões da segurança – alimentar, sanitária, epidemiológica, comercial e jurídica – que também estão presentes neste PPA, mas associadas a outros Objetivos Estratégicos. Além disso, mesmo sob a ótica de segurança aqui adotada, há outros programas – notadamente os dirigidos aos jovens, que tendem à maior exposição a riscos –, os quais indiretamente contribuem para uma sociedade segura, na medida em que concorrem para prevenir ou inibir a exposição a tais riscos. Dois deles merecem destaque. Um refere-se ao Programa *Parcerias Escola, Comunidade e Sociedade*, da Secretaria da Educação, destinado a alunos, educadores, pais e comunidades do entorno das escolas. Ele tem entre seus objetivos contribuir para a convivência social e a prevenção de comportamentos geradores de violência. O outro é o Programa *Fomento ao Ensino Profissionalizante*, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação. Tal Programa deverá desempenhar importante papel, sobretudo em conjunturas econômicas adversas, na qualificação de jovens e adultos, contribuindo para sua melhor inserção produtiva e reduzindo seus riscos sociais.

Além dos jovens, outros grupos sociais são também vulneráveis à violência, como as mulheres, os negros, as crianças, os idosos e a população LGBT. Seja como consequência da discriminação seja por sua menor capacidade de se proteger de ameaças e de atos violentos, esses segmentos sociais são objeto de atenção do Governo do Estado por meio de vários programas. Merece destaque, aqui, o conduzido pela Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, denominado *Direitos Humanos e Cidadania*, em parceria com a Secretaria da Segurança Pública, que amplia o acesso da sociedade às instituições e às políticas públicas, assim como aos direitos humanos e de cidadania.

Convém ressaltar outro grupo populacional a que este PPA dá particular atenção: o dos custodiados no sistema prisional. Seu crescimento em São Paulo reflete, de um lado, a eficiência da ação policial e, de outro, a atuação do Poder Judiciário. Como mostra o **Gráfico 17**, as taxas de encarceramento em São Paulo e no Brasil vêm crescendo nos últimos anos, mas com intensidade muito maior em São Paulo, o que as leva a situarem-se num patamar 1,8 vez superior à média nacional. Em números absolutos, isso significa que os 163 estabelecimentos prisionais do Estado de São Paulo abrigam mais de 225 mil pessoas.

No âmbito do Governo Estadual, cabe à Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) prover a custódia desses indivíduos, de forma humana e segura. Neste PPA, tais atividades serão desenvolvidas por meio de dois Programas: *Gestão da Custódia da População Penal*; e *Gestão de Reintegração Social da População Penal, Egressos e seus Familiares*. Ambos têm como princípio garantir a dignidade da pessoa humana durante sua permanência no sistema penitenciário e promover políticas públicas efetivas que viabilizem sua reintegração social e contribuam para a melhoria das condições de segurança de toda a sociedade.

**GRÁFICO 17**  
**Presos no Sistema Penitenciário, por 100 mil habitantes, com mais de 18 anos**  
**Brasil e São Paulo, 2005 a 2013**



Fonte: Anuário Estatístico de Segurança Pública 2007-2014.

O primeiro, *Gestão da Custódia da População Penal*, relaciona-se com a própria custódia e os serviços a ela associados, inclusive os de saúde, executados em parceria com a Secretaria da Saúde. Abarca também os serviços de manutenção e reparos das unidades prisionais, além da ampliação da oferta de vagas. A este respeito, observe-se que, se a diminuição dos indicadores de homicídios em São Paulo pode ser associada à elevada taxa de encarceramento, a rápida e contínua expansão dessa taxa impõe a provisão de novas vagas prisionais. Fazê-lo no ritmo adequado não é simples, pois além dos custos elevados e do tempo requerido para a construção de novas unidades, é cada vez mais escassa a disponibilidade de áreas apropriadas a esse fim.

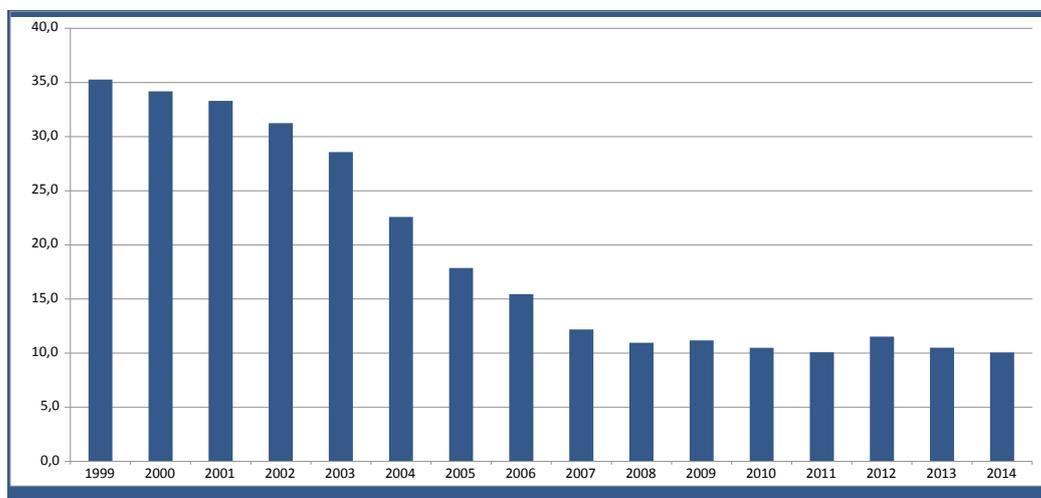
O segundo, *Gestão de Reintegração Social da População Penal, Egressos e seus Familiares*, reúne iniciativas específicas para a reintegração social dos custodiados e dos egressos, como a oferta de ensino fundamental, de cursos de qualificação profissional, de oportunidades de trabalho e outras formas de atendimento – como a assistência jurídica –, inclusive a seus familiares. Entre suas iniciativas, inclui-se a promoção de penas alternativas à prisão que, em muitos casos, são preferíveis às de restrição à liberdade, tanto para o apenado quanto para a sociedade. A atuação da SAP prevista neste PPA, portanto, visa garantir a dignidade humana dos custodiados e promover sua reintegração social, o que é um fim

em si e, em simultâneo, sua forma de contribuir para uma sociedade mais segura.

Um dos indicadores mais contundentes sobre a situação da segurança em determinado local é a taxa de homicídios. O Estado de São Paulo obteve inegável sucesso em sua redução, que passou de 35,3 homicídios por 100 mil habitantes em 1999, para os atuais 10,1. Tal trajetória colocou São Paulo entre os casos internacionais mais exitosos no combate a esse crime e levou-o a ter, hoje, a menor taxa de homicídios dolosos entre todos os Estados brasileiros (cuja média é cerca de 25 homicídios por 100 mil habitantes). Ainda que muitos sejam os fatores que podem ter contribuído para tal sucesso – o envelhecimento da população; as medidas de prevenção; as campanhas de desarmamento; a qualidade da atuação policial; e a maior taxa de encarceramento, são alguns dos fatores mencionados por especialistas – o fato é que sua combinação foi bastante virtuosa em São Paulo, como mostra o **Gráfico 18**.

Este gráfico mostra a expressiva redução da taxa de homicídios dolosos a partir de 2000, até sua estabilização em torno dos 10 homicídios por 100 mil habitantes nos últimos anos. Ainda há muito espaço para sua redução, e são vários os esforços que o Governo do Estado de São Paulo vem tomando nessa direção, como se constata neste PPA, mas os avanços até aqui obtidos devem ser valorizados.

**GRÁFICO 18**  
**Taxa de Homicídios Dolosos (por 100 mil habitantes)**  
**São Paulo, 1999-2014**



**Fonte:** Secretaria de Segurança Pública (SSP) – Infocrim. Extraído em 20/07/2015 de <http://www.ssp.sp.gov.br/novaestatistica/Pesquisa.aspx>.

A evolução dos indicadores de outros crimes (**Tabela 2**) mostra a necessidade de grande atenção da Secretaria de Segurança Pública (SSP) ao combate àqueles dirigidos contra o patrimônio, especialmente os de furtos e roubos, cujas taxas de ocorrência superam as registradas no início da série. No caso dos furtos e roubos de veículos, após importante redução ao longo da primeira década dos anos 2000, sua taxa voltou a se elevar, mas encontra-se em patamar bem inferior ao registrado no ano inicial desta série.

A atuação da SSP, neste PPA, está expressa em vários programas. O de *Modernização da Segurança Pública* tem duplo caráter: preventivo e investigativo. Seu objetivo é tornar a polícia mais flexível e ágil na garantia da segurança pública, tanto em sua atuação preventiva quanto nos procedimentos de polícia judiciária. Suas principais ferramentas serão: a modernização de equipamentos e o uso de tecnologia da informação; a integração e expansão dos sistemas inteligentes; o compartilhamento de bancos de dados; e a digitalização das comunicações.

Outro de seus Programas é o de *Ampliação da Investigação Policial*. Seu objetivo é aumentar a capacidade de investigação criminal e de elaboração de inquéritos da Polícia Civil, com ênfase no combate ao crime organizado e ao narcotráfico. Também por meio deste Programa, a Polícia Civil buscará melhorar o atendimento ao cidadão, inclusive por meio eletrônico, capacitar seus profissionais e garantir a transparência policial.

**TABELA 2**  
**Indicadores Criminais Selecionados**  
**(ocorrências por 100 mil habitantes)**  
**São Paulo, 1999 a 2014**

| Ano  | Homicídio Doloso | Furto    | Roubo  | Furto e Roubo de Veículo (por 100 mil habitantes) | Furto e Roubo de Veículo (por 100 mil veículos) |
|------|------------------|----------|--------|---|---|
| 1999 | 35,27            | 1.073,39 | 604,33 | 610,16  | –   |
| 2000 | 34,18            | 1.073,59 | 581,97 | 635,67  | –   |
| 2001 | 33,3             | 1.173,68 | 586,27 | 573,85  | –   |
| 2002 | 31,25            | 1.220,22 | 589,55 | 504,79  | –   |
| 2003 | 28,57            | 1.406,38 | 647,89 | 485,53  | –   |
| 2004 | 22,58            | 1.447,66 | 568,11 | 498,78  | 1446,68   |
| 2005 | 17,86            | 1.425,94 | 559,86 | 498,6   | 1393,48   |
| 2006 | 15,45            | 1.408,90 | 544,57 | 468,86  | 1210,22   |
| 2007 | 12,19            | 1.309,33 | 542,71 | 408,62  | 993,26  |
| 2008 | 10,96            | 1.210,88 | 539,26 | 393,68  | 891,31  |
| 2009 | 11,18            | 1.296,55 | 629,72 | 434,15  | 925,84  |
| 2010 | 10,49            | 1.229,03 | 564,96 | 410,93  | 824,82  |
| 2011 | 10,08            | 1.301,45 | 566,44 | 443,27  | 838,98  |
| 2012 | 11,53            | 1.300,22 | 567,02 | 466,58  | 840,32  |
| 2013 | 10,50            | 1.283,28 | 607,66 | 509,46  | 877,47  |
| 2014 | 10,06            | 1.209,62 | 726,32 | 517,99  | 859,48  |

**Fonte:** Secretaria de Segurança Pública – Infocrim. Extraído de <http://www.ssp.sp.gov.br/novaestatistica/Pesquisa.aspx>

Este PPA também contempla o Programa *Ampliação da Proteção e Defesa do Cidadão*. Por meio dele, a Polícia Militar prestará serviços de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública, com base na inteligência, na proximidade com a comunidade e no respeito à dignidade da pessoa humana. Buscará, ainda, manter a infraestrutura física e os insumos adequados às suas atividades, integrar sistemas tecnológicos e incorporar tecnologia da informação para o aperfeiçoamento de sua atuação. O mesmo Programa também incluiu as atividades de capacitação e aprimoramento das competências de seus profissionais e de manutenção das condições físicas, mentais e de saúde dos policiais militares.

Ainda, procurando alcançar patamar mais elevado de qualidade e efetividade na prestação dos serviços de segurança pública, este PPA destaca o Programa *Modernização e Aperfeiçoamento da Polícia Técnico-Científica*. Busca a excelência na produção da prova técnica e envolve, além da modernização e ampliação de suas unidades e estruturas, a padronização dos serviços e a redução dos tempos de atendimento, de realização de perícias criminais e médico-legais e de expedição de laudos. A criação, alimentação e disponibilização de base de dados de interesse da segurança é uma de suas mais importantes ferramentas, associada à capacitação de seus profissionais, com vistas à introdução e difusão de inovações em suas atividades.

Além do combate à criminalidade e das ações preventivas, investigativas, de polícia judiciária, e de atendimento ao cidadão, a SSP também dá respostas imediatas às emergências de incêndios, acidentes de trânsito, afogamentos, deslizamentos, desabamentos, catástrofes naturais ou decorrentes da atividade humana. Elas estão contidas no Programa *Corpo de Bombeiros – Preparados para Emergências com Foco na Gestão de Riscos*, que também executa trabalhos de prevenção desses riscos e de conscientização do cidadão, ao lado da modernização de sistemas de informações e de comunicações.

No campo da prevenção de acidentes e atendimento a emergências, há outros programas neste PPA conduzidos por distintas instituições. No caso dos acidentes de transportes, a Secretaria de Logística e Transportes

conduzirá o Programa *Gestão, operação e segurança de rodovias*, que assegura o uso adequado das rodovias estaduais, proporcionando qualidade e segurança a seus usuários diretos e indiretos. Por seu turno, o Departamento Estadual de Trânsito, órgão supervisionado pela Secretaria de Planejamento e Gestão, propôs o Programa *Segurança no Trânsito*, cujo objetivo é disseminar conceitos de segurança no trânsito e diminuir a sensação de impunidade, visando uma mudança cultural e comportamental da população paulista.

O **Gráfico 19** mostra a dificuldade de se reduzir a mortalidade por acidentes de transporte em São Paulo, que atinge predominantemente jovens e, no caso de atropelamentos (que são minoritários), idosos. Decerto, apenas a atuação do Governo Estadual é insuficiente para alterar significativamente esse indicador, pois o Governo Federal e as Prefeituras Municipais também têm competências nesse campo. Ressalte-se que o comportamento nem sempre adequado e cauteloso de condutores de veículos e de pedestres, associado ao grande crescimento da frota de automóveis e motocicletas, no período recente, são os principais elementos explicativos para a resistência à queda desse indicador, nos últimos anos.

Embora em patamar elevado (mais de 17 óbitos por 100 mil habitantes), a taxa de mortalidade por essa causa, em São Paulo, é muito menor que a média brasileira (em torno de 23 óbitos por 100 mil habitantes, entre 2010 e 2013), mesmo assim, não é aceitável número tão expressivo de óbitos absolutamente evitáveis. Nesse contexto, com programas bem formulados e executados pelos órgãos estaduais e com a cooperação dos demais entes federados, é esperada a redução desse indicador e, com ele, da principal causa de morte entre os jovens paulistas.

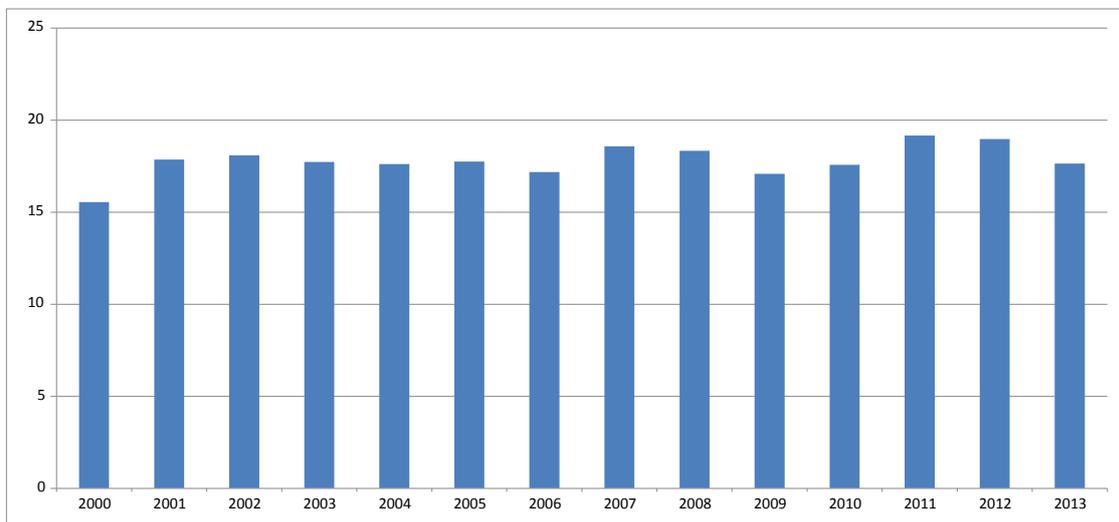
Ao lado dos acidentes de transporte, os de caráter ambiental têm atingido número expressivo e crescente de pessoas (**Gráfico 38**). Reflexo das mudanças climáticas sobre estruturas urbanas complexas e extensas, tais acidentes geram danos e insegurança na população, sobretudo de residentes em áreas de risco. Neste PPA, a Secretaria de Governo formulou o Programa *São Paulo – Estado Resiliente*,<sup>17</sup> voltado ao desenvolvimento de ci-

17 A noção de resiliência é tratada na seção correspondente ao Objetivo Estratégico 10.

dades resilientes e sustentáveis, a fim de evitar desastres naturais e salvar vidas. Por esse Programa, pretende-se treinar e capacitar agentes públicos, comunidades e voluntários, dando condições para que os municípios possam estruturar seus próprios órgãos de defesa civil. Outra iniciativa deste Programa é o gerenciamento do risco e do desastre, a prestação de assistência humanitária às vítimas de desastres e reabilitação de cenários afetados.

Os programas aqui sintetizados mostram que um Objetivo Estratégico tão importante e complexo como este, com suas múltiplas dimensões, requererá a atuação conjunta e coordenada de muitos atores, inclusive de outros poderes e níveis de governo e da própria sociedade, o que confere a este PPA um papel estratégico para seu acompanhamento e permanente avaliação.

**GRÁFICO 19**  
**Taxa de Mortalidade por Acidentes de Transportes (óbitos por 100 mil habitantes)**  
**São Paulo, 2000-2013**



Fonte: Fundação Seade – IMP. Extraído de <http://www.imp.seade.gov.br/>, em 20/07/2015.

## Objetivo Estratégico 5:

*População com pleno exercício dos direitos de cidadania, como direito à justiça, à proteção social básica, à cultura, ao esporte e ao lazer.*

Em linha com as diretrizes que regem este PPA, em especial a que aponta para um desenvolvimento social que promova a qualidade de vida, a equidade e a proteção social e o acesso à justiça, este Objetivo Estratégico orienta as iniciativas governamentais que mais deverão contribuir para seu atendimento. Sua formulação abarca os direitos de cidadania em sentido amplo, incluindo o acesso à justiça, à proteção social, à cultura, ao esporte e ao lazer. Ou seja, entende-se que há pleno exercício dos direitos de cidadania quando: qualquer cidadão, sempre que necessário, possa utilizar os serviços judiciários, que serão rápidos e eficazes no julgamento de suas demandas e na solução de conflitos; exista uma rede de proteção social, que inclua os cidadãos na sociedade e os tornem beneficiários dos serviços públicos, em particular aqueles

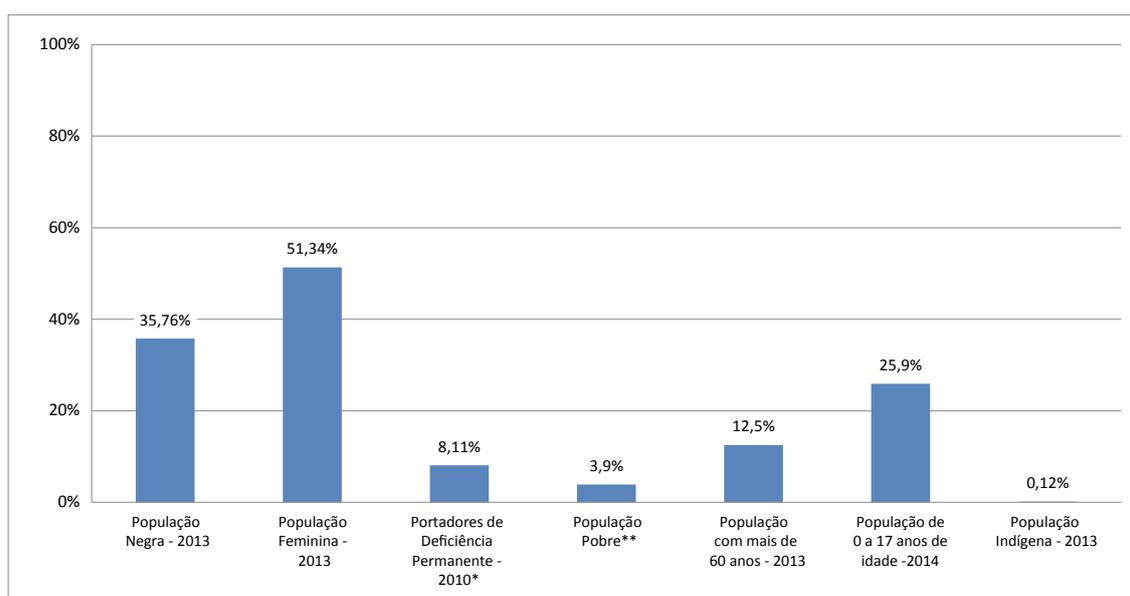
em situação mais vulnerável ou sob risco social; e haja à disposição dos cidadãos oportunidades para bem usufruírem seu tempo livre, com atividades culturais, esportivas e de lazer.

Certos grupos populacionais, como se sabe, são particularmente vulneráveis a violações de direitos ou a sofrerem atos de preconceito ou de violência, inaceitáveis numa sociedade democrática (**Gráfico 20**) e vários Programas mencionados adiante têm esses segmentos entre seus públicos-alvo.

O Governo do Estado de São Paulo, por meio de suas Secretarias de Estado, tem forte presença no campo da justiça social e na garantia dos direitos de cidadania, uma vez que vários programas associados a tais temas es-

**GRÁFICO 20**

**Participação relativa de grupos populacionais selecionados em relação ao total da população Estado de São Paulo, 2010, 2013 e 2014**



**Fonte:** Fundação Seade e IBGE.

**Notas:** (\*) Deficiências Permanentes (visual, auditiva, motora e mental) classificadas em “grande dificuldade”. Refere-se a pessoas com 10 anos de idade ou mais.

(\*\*) População com renda domiciliar *per capita* de até 1/4 salário mínimo.

tão inscritos neste PPA. Contudo, a busca da qualidade do atendimento ao cidadão, embora diretamente associada ao Objetivo Estratégico 11, não pode ser desconsiderada nesse contexto, uma vez que também representa um direito que deve ser garantido a todos os cidadãos. Sob esse ponto de vista, destaca-se o Programa *Tecnologia para um Governo Único Orientado ao Cidadão*, da Secretaria de Governo, que incorpora claramente a temática, neste PPA.

A atuação governamental na garantia dos direitos de cidadania, à proteção social básica e à ampliação do acesso à cultura e ao lazer faz-se presente neste PPA, por meio de múltiplos programas, muitos dos quais também contribuirão para o avanço de outros Objetivos Estratégicos. A busca por um desenvolvimento social e territorialmente integrador e gerador de oportunidades para todos compõe as diretrizes deste PPA, e sob tal orientação esses programas deverão ser conduzidos. No que tange à busca pela garantia de direitos de cidadania, a Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania (SJDC) se destaca, seja por sua atuação direta, seja por intermédio de entidades a ela vinculadas. Para difundir entre os cidadãos seus direitos e promover seu pleno exercício de cidadania, a SJDC formulou o Programa *Direitos Humanos e Cidadania*, que se volta a: disseminar o conhecimento sobre direitos humanos e cidadania; defender direitos difusos; oferecer proteção a populações vulneráveis; e monitorar as violações de direitos humanos.

Por meio dos Centros de Integração da Cidadania, o Programa busca aproximar os cidadãos às oportunidades de exercitarem a cidadania, com a realização de atividades em locais de maior adensamento habitacional. Ainda, por meio deste Programa, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública, oferece proteção a vítimas e testemunhas, e a crianças e adolescentes ameaçados de morte. Por fim, a SJDC também procura apoiar a melhoria das condições de atuação do Ministério Público e do Poder Judiciário, ao incluir neste Programa iniciativas para a construção, reforma e adequação de Fóruns.

Quanto às unidades vinculadas à SJDC, merece destaque a Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – Fundação Casa, que inscreveu neste PPA o Programa *Atenção Integral ao Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa e Cautelar*. Tal fundação não só atende às sentenças judiciais para o cumprimento de medidas socioeducativas pelo ado-

lescente autor de ato infracional, mas o faz garantindo a esses jovens seus direitos de cidadania, como o acesso a serviços de saúde, e buscando sua reinserção ao convívio social, por meio da oferta de ensino, inclusive profissionalizante, e provendo o atendimento integral a eles e a seus familiares.

A garantia de direitos da população rural também recebe a atenção governamental, por meio do Programa *Cidadania no Campo e na Cidade*. Sob a coordenação de outra de suas entidades vinculadas, a Fundação Instituto de Terras José Gomes da Silva – Itesp, este Programa busca democratizar o acesso à terra, mediar conflitos fundiários e promover a regularização fundiária e emissão de títulos de domicílio e propriedade, além de garantir os direitos de comunidades quilombolas e prestar assistência técnica com vistas ao fortalecimento da agricultura familiar, especialmente em assentamentos rurais e comunidades quilombolas.

Este PPA ainda contém o Programa *Perícia Judicial*, de outra instituição vinculada à SJDC, o Instituto de Medicina Social e Criminologia – Imesc, que provê perícias gratuitas na área de medicina legal e de investigação de vínculo genético (DNA), conforme solicitadas pelo Poder Judiciário, produzindo e difundindo conhecimento em sua área de atuação, além de realizar outros exames quando requisitados por autoridades competentes.

Outra dimensão dos direitos em que a SJDC também atua, é a dos direitos do consumidor, seja por meio da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon seja pelo Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo – Ipem/SP. O Procon, neste PPA, formulou o Programa *Proteção e Defesa do Consumidor*, que concentra as iniciativas de defesa dos cidadãos nas relações de consumo. O Ipem propôs o Programa *Metrologia e Qualidade de Produtos e Serviços*, que objetiva o controle metrológico e a qualidade de produtos e serviços, com vistas a garantir a segurança e o respeito à população.

Vários outros programas buscam garantir o acesso de todos aos direitos sociais básicos. Tratados com mais detalhes em outros Objetivos Estratégicos (citados entre parênteses nos comentários que seguem), serão aqui sumariamente descritos. Entre eles, destacam-se:

- da Secretaria de Desenvolvimento Social, o Enfrentamento à *Extrema Pobreza*, voltado a dar uma vida digna às famílias pobres e a idosos; o Pro-

- teção Social*, que apoia técnica e financeiramente os municípios, para que mantenham uma rede de proteção social básica dentro do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e o *Melhoria de Gestão da Política de Assistência Social*, que capacita profissionais do SUAS e aprimora a gestão dos programas sociais (Objetivo Estratégico 1);
- da Secretaria da Educação, o *Manutenção e Suporte da Educação Básica*, que oferece condições para que todas as crianças tenham acesso à educação (Objetivo Estratégico 2);
  - da Secretaria da Saúde, o *Vigilância em Saúde*, que objetiva proteger a população de doenças e agravos de saúde, e o *Recomeço: Programa Estadual de Enfrentamento do Crack*, em parceria com a SJDC e a SDS, que busca prevenir o uso abusivo de substâncias psicoativas e reinserir socialmente as pessoas que o fazem (Objetivo Estratégico 3);
  - da Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude, o *Juventude em Foco*, que se volta a incentivar o jovem a exercer sua cidadania com responsabilidade, por meio do conhecimento de seus direitos e deveres e do desenvolvimento da responsabilidade social, cultural e ambiental;
  - da Secretaria de Segurança Pública, o *Ampliação da Investigação Policial*, que emite documentos e atende o cidadão por meio eletrônico, e o *Moderização e Aperfeiçoamento da Polícia Técnico-Científica*, que realiza perícias criminalísticas e médico-legais (Objetivo Estratégico 4);
  - da Secretaria da Administração Penitenciária, o *Gestão da Custódia da População Penal*, o qual confere dignidade ao cidadão durante sua permanência no sistema penitenciário, e o *Gestão de Reintegração Social da População Penal, Egressos e seus Familiares*, que promove políticas de ressocialização dos custodiados e egressos do sistema prisional e suas famílias (Objetivo Estratégico 4);
  - da Secretaria do Governo, o *Rede Social de Solidariedade e Cidadania*, que desenvolve rede de ação social voltada à proteção de idosos, pessoas em situação de vulnerabilidade e crianças e adolescentes em risco social (Objetivo Estratégico 1); e
- da Secretaria dos Direitos das Pessoas com Deficiência, o *Gestão e Implementação da Política de Inclusão Social das Pessoas com Deficiência Física*, que busca, de modo intersetorial e transversal, promover ações de acessibilidade, inclusão e melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e suas famílias.
- A visão de direitos de cidadania presente neste Objetivo Estratégico 5 transcende o acesso à Justiça e à proteção social básica. Ela também inclui o acesso aos bens culturais, à prática esportiva e ao lazer. São escassas as informações sobre o tema, de modo que não se dispõe de uma visão detalhada das atividades desenvolvidas nesse campo no Estado de São Paulo. Mesmo assim, sabe-se que a presença pública é expressiva nesse campo, como revelam os programas da Secretaria da Cultura do Governo do Estado de São Paulo.
- Um de seus principais Programas para promover o acesso às atividades culturais, neste PPA, é o de *Difusão Cultural, Bibliotecas e Leitura*, que pretende viabilizar a fruição das diversas práticas culturais e linguagens artísticas, enfatizando a ampliação da oferta cultural em todas as regiões do Estado. Por meio dele, a Secretaria da Cultura oferecerá e manterá corpos estáveis e equipamentos culturais, promoverá e apoiará atividades culturais de diferentes naturezas em parceria com municípios, dará continuidade às iniciativas de circulação cultural, eventos e festivais em diferentes municípios paulistas, apoiará as bibliotecas públicas municipais e desenvolverá projetos e atividades de incentivo à leitura nos municípios.
- Outro Programa da Secretaria da Cultura que intenta democratizar o acesso à cultura, por meio da difusão de programas de educação, cultura, arte, informação e entretenimento de qualidade, é o denominado *Rádios, TVs Educativas e Novas Mídias*, que também cumpre papel educativo e de formação crítica e participativa do cidadão. Para tanto, dispõe de rede de rádios e TVs educativas, além de plataforma *Web* e multiplataformas, por meio das quais difunde suas programações.
- Com a finalidade de promover e difundir a cultura latino-americana, a Secretaria da Cultura formulou o Programa *Integração das Culturas Latino-Americanas*, ancorado na Fundação Memorial da América Latina, que buscará contribuir para este Objetivo Estratégico, por

meio da promoção de cursos, palestras, pesquisas, seminários, intercâmbios e publicações sobre o tema.

Além da difusão, a Secretaria da Cultura também atua no campo da *Formação Cultural*. No PPA, formulou Programa com este nome, dirigido, sobretudo, a crianças e jovens que, por meio da formação em diferentes linguagens artísticas, busca promover a vivência cultural e a integração social. Entre suas iniciativas mais relevantes, encontram-se o *Projeto Guri* e as *Fábricas de Cultura*. Além disso, o Programa inclui a formação em música e teatro (Conservatório Dramático e Musical “Dr. Carlos de Campos” de Tatuí), em música (Escola de Música do Estado de São Paulo Tom Jobim) e em artes cênicas (São Paulo Escola de Teatro).

Neste PPA, na área da preservação e divulgação do patrimônio histórico-cultural, a Secretaria da Cultura formulou o Programa *Museus*, com o qual visa apoiar os municípios no âmbito do Sistema Estadual de Museus, além de conservar, manter e gerir 415 museus em território paulista, os quais pretende que venham a se tornar referência na preservação e divulgação do patrimônio museológico. Mencionem-se, entre eles, os Museus da Língua Portuguesa, do Futebol e da Imagem e do Som, a Pinacoteca do Estado e a Casa de Portinari, apenas para citar alguns. Ainda nesta área de atuação, a Secretaria da Cultura formulou o Programa *Preservação do Patrimônio Cultural*, que protege, valoriza e restaura bens com relevância histórica e cultural presentes no Estado de São Paulo; e a Secretaria de Governo propôs o Programa *Arquivo do Estado – Preservação e Gestão Documental*, voltado à preservação e difusão do patrimônio documental do Estado, além de garantir aos cidadãos o pleno acesso à informação pública.

Por fim, destaquem-se, entre as atividades da Secretaria da Cultura, as dirigidas ao fomento e incentivo às manifestações culturais, que se dão por meio do Programa *Fomento Cultural e Economia Criativa*. Ele estimula e

apoiar a criação, a experimentação e a inovação no campo da produção artístico-cultural, beneficiando projetos, grupos e manifestações culturais em todo o Estado e concedendo prêmios a artistas de destaque. Espera-se, assim, que as atividades culturais e criativas tornem-se mais um canal de inserção social e mesmo econômica daqueles que as abraçam.

A promoção das atividades esportivas e de lazer ganha particular importância na mobilização dos jovens, afastando-os de comportamento de risco e possibilitando, inclusive, a formação de atletas. Com essa finalidade, a Secretaria de Esportes, Lazer e Juventude formulou o Programa *São Paulo Mais Esporte e Lazer*, mencionado no Objetivo Estratégico 3, que estimulará a prática de esportes e lazer, e o bem-estar da população. Para tanto, este Programa buscará, entre outras atividades, as de: promoção de competições esportivas de diversas modalidades em âmbito escolar; fomento à prática esportiva para a população de todas as faixas etárias e em várias modalidades; e promoção de atividades esportivas e de lazer direcionadas às pessoas com deficiência e a pessoas socialmente vulneráveis. Outro de seus Programas é o *Implementando a Atividade Esportiva*, que oferece apoio aos municípios paulistas para que expandam e melhorem a infraestrutura esportiva, e a entidades e municípios, para que difundam e estimulem a prática do esporte e lazer.

O turismo também representa aproveitamento do tempo livre de forma saudável e enriquecedora, tanto cultural quanto socialmente. Com esse objetivo, a Secretaria do Turismo formulou o Programa *Incrementar o Turismo Paulista*, direcionado a segmentos populacionais específicos e buscando sua disseminação no Estado por meio de parcerias com prefeituras e outras entidades e a promoção de eventos locais, com especial atenção aos municípios-estância e de interesse turístico, alvos do Programa *Fomento à Infraestrutura dos Municípios-Estância e de Interesse Turístico*.

## Objetivo Estratégico 6:

*Meio ambiente preservado, saudável e sustentável.*

O Governo do Estado pretende atuar, decisivamente, para que a população desfrute de meio ambiente preservado, saudável e sustentável, que pressupõe integração entre desenvolvimento socioeconômico e conservação ambiental para as gerações presente e futuras. A preservação da natureza implica: harmonizar as ações humanas com salvaguarda da biodiversidade e dos recursos naturais; e prevenir, antecipar e administrar impactos no solo, no ar, na água, na fauna e na flora, entre outros elementos naturais, atuando em defesa da vitalidade dos ecossistemas. A sustentabilidade deve ser um dos vetores do desenvolvimento paulista.

A preservação das matas nativas é fundamental para a manutenção do ecossistema de São Paulo, contribuindo tanto para a sustentação da fauna e da flora quanto para a preservação dos cursos hídricos, principalmente no caso de vegetações ciliares e em áreas de preservação permanente e de mananciais. Nesse sentido, este PPA prevê a gestão adequada de áreas protegidas; a recuperação de áreas degradadas e as matas ciliares; e a avaliação e fiscalização de empreendimentos com potenciais impactos à biodiversidade e aos recursos naturais, buscando a sustentabilidade dessas atividades e incentivando o uso de energias renováveis.

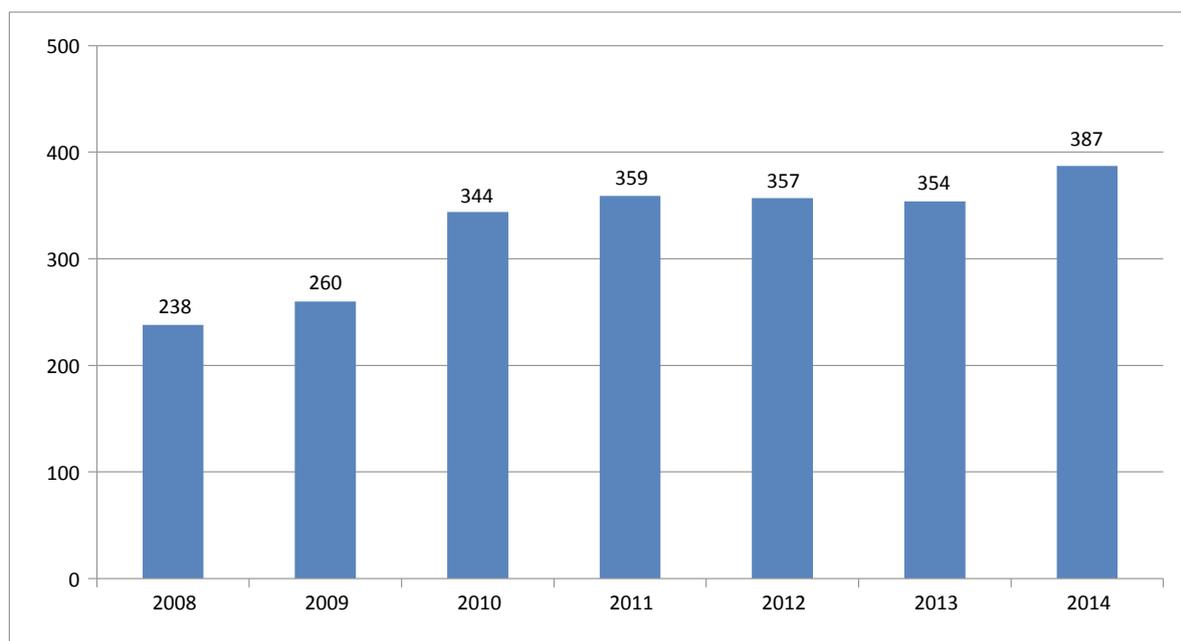
Deste modo, especial ênfase será dada, pela Secretaria do Meio Ambiente (SMA), à gestão ambiental, à proteção da biodiversidade e dos recursos naturais, à gestão e controle da qualidade ambiental e à educação, ao planejamento, à pesquisa e à fiscalização ambiental. Um dos principais meios para tanto associa-se aos procedimentos de licenciamento ambiental. O Programa *Monitoramento da Qualidade e Redução da Pegada Ambiental* visa melhorar a eficiência desses procedimentos e monitorar a qualidade do ar, das praias, das águas e de aterros de resíduos urbanos. Ressalte-se que o cumprimento da legislação ambiental, principalmente no que tange à prevenção e controle da poluição, é fundamental para assegurar que os padrões de qua-

lidade das águas, do ar e do solo sejam atendidos em todo o Estado de São Paulo. Também é importante para garantir a correta preservação dos recursos naturais e a manutenção da saúde pública.

Mencione-se, ainda, o Programa *Cidadania Ambiental e Melhoria da Qualidade de Vida*, que visa planejar, propor e executar programas e projetos voltados ao exercício da cidadania ambiental, visando a melhoria da qualidade de vida no Estado de São Paulo. É sabido que nosso processo de urbanização gerou grande impacto no meio ambiente e na qualidade de vida das pessoas. A baixa cobertura vegetal e a má qualidade do ar são características de muitos centros urbanos. Assim, melhorar a qualidade de vida nessas cidades requer planejamento regional e projetos de desenvolvimento sustentável. Entre as iniciativas deste Programa encontram-se as relacionadas à gestão de parques urbanos e, em especial, o projeto *Município Verde Azul*. O **Gráfico 21** mostra a tendência ascendente da atuação dos municípios na gestão ambiental, que este Programa continuará a incentivar.

A redução e a fragmentação, ao longo da história, da cobertura vegetal nativa do Estado de São Paulo colocaram em risco a função ecológica dos ecossistemas e a sobrevivência de várias espécies da fauna e flora, além de comprometer os serviços ecossistêmicos, como de provisão e qualidade da água. Nesse sentido, destaca-se outro Programa desta Secretaria – o de *Conservação Ambiental e Restauração Ecológica*, que procura promover a restauração ecológica de ambientes naturais, com esforço e aprimoramento nas áreas de pesquisa e fiscalização. A importância da conservação ambiental pode ser avaliada ao se recordar que existem, no Estado de São Paulo, aproximadamente 3,5 milhões de hectares de áreas protegidas, dos quais 25% estão sob gestão pública na forma de unidades de conservação. Os recursos naturais ali preservados são, em boa parte, remanescentes de importantes ecossistemas, cuja proteção e preservação requerem especial atenção.

**GRÁFICO 21**  
**Número de municípios que realizaram despesas em Gestão Ambiental**  
**Estado de São Paulo, 2008-2014**



**Fonte:** Fundação Seade – IMP (2008 a 2011) e Secretaria do Tesouro Nacional (2012 a 2014).

Nesse sentido, merece menção o Programa *Habitacão Sustentável e Recuperação Ambiental na Serra do Mar e Litoral Paulista*, desenvolvido em parceria com a Secretaria da Habitação. Seu objetivo é justamente recuperar e conservar as áreas ambientalmente protegidas da Serra do Mar e do litoral paulista, um dos principais ativos ambientais do Estado de São Paulo. Irá fazê-lo por meio do reassentamento da população residente em áreas de risco e prover a infraestrutura e o saneamento das áreas onde seja possível manter o uso residencial, e recuperar, conservar e fiscalizar essas áreas, com vistas a sua proteção.

Os efeitos das mudanças climáticas já se fazem sentir no Estado de São Paulo, como é o caso da redução da disponibilidade de água em volume e qualidade adequada ao consumo humano, em algumas de suas regiões. Diante disso, o Programa *Redução da Vulnerabilidade Ambiental e Mudanças Climáticas* cumpre papel fundamental. Por meio dele, a SMA conduzirá várias iniciativas visando reduzir as vulnerabilidades ambientais do Estado, por intermédio da proteção e recuperação dos mananciais e dos recursos hídricos, da redução dos riscos de desastres, da mitigação das emissões atmosféricas e do planejamento ambiental e territorial (tema

que será retomado na seção correspondente ao Objetivo Estratégico 10).

Elementos centrais para a sustentabilidade ambiental são o saneamento e a energia. Nesse sentido, dotar o Estado das condições necessárias para regular e fiscalizar essas atividades é essencial para o avanço desse Objetivo Estratégico. Para tanto, a Secretaria de Governo introduziu, neste PPA, o Programa *Fortalecimento das Competências Reguladoras em Energia, Gás e Saneamento*.

Não se pode tratar de ambiente saudável sem mencionar os esforços nos campos de atuação da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos. Sob essa perspectiva, destaca-se o Programa *Planejamento e Administração dos Recursos Hídricos*, que visa assegurar a disponibilidade da água em padrões de qualidade satisfatórios a seus usuários atuais e futuros. Com a finalidade de implantar a política de recursos hídricos, a Secretaria formulou, neste PPA, o Programa *Planejamento, Formulação e Implementação da Política de Recursos Hídricos*. No campo do saneamento, também sob a responsabilidade dessa Secretaria, mencionem-se os seguintes Programas:

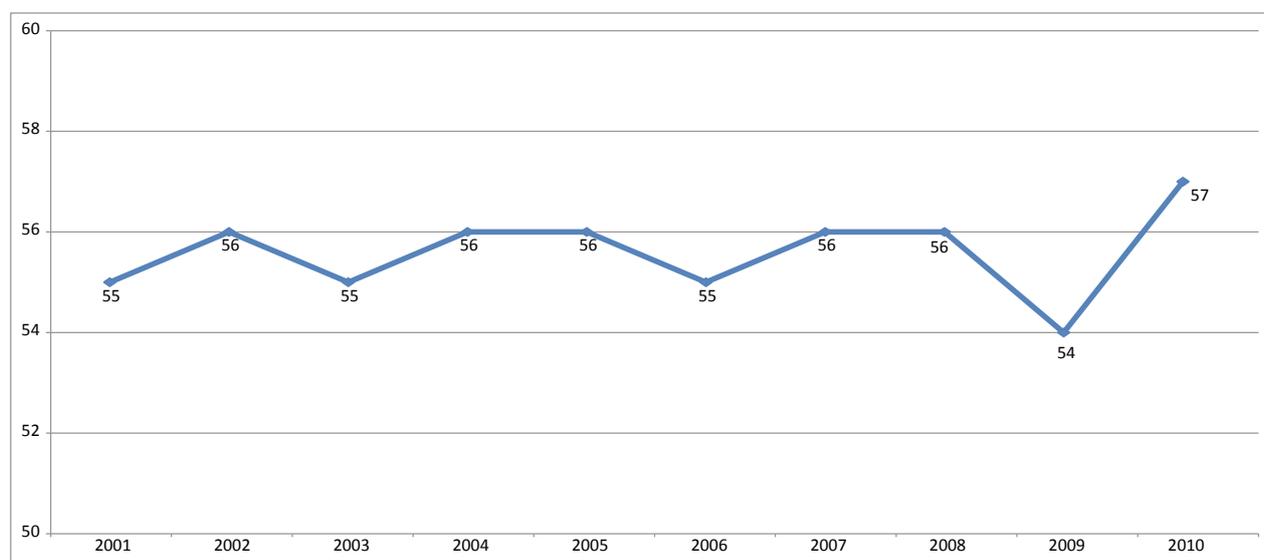
- *Planejamento, Formulação e Implementação da Política do Saneamento do Estado*, que visa aprimorar e modernizar a gestão do saneamento no Estado, atendendo aos dispositivos legais que a norteiam e buscando a cooperação técnica e financeira com os municípios não operados pela Sabesp;
- *Infraestrutura Hídrica, Combate a Enchentes e Saneamento*, que busca ampliar a capacidade de evitar enchentes e os riscos de acidentes, de veiculação de doenças e de interrupção dos fluxos de pessoas, veículos e atividades econômicas nas áreas atingidas;
- *PSaneamento Ambiental em Mananciais de Interesse Regional*, que visa recuperar e proteger represas, rios e córregos que abastecem as regiões metropolitanas e melhorar as condições de vida dos residentes em áreas de mananciais, além de promover a sustentabilidade do litoral paulista. Será desenvolvido em parceria com a Secretaria da Habitação, que buscará melhorar as condições habitacionais da população que reside nessas áreas, conciliando-as com as necessidades de preservação e recuperação ambiental; e
- *PUniversalização do Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário*, Programa que, como aponta

seu nome, buscará universalizar, nos municípios operados pela Sabesp, não só o acesso à água e ao esgotamento sanitário, mas também o tratamento adequado desses resíduos.

Como mencionado no Objetivo Estratégico 3, São Paulo já avançou muito na cobertura das redes de abastecimento de água e coleta de esgotos: o acesso à rede de abastecimento já é praticamente universal e 96,5% dos domicílios dispõem de esgotamento sanitário adequado. Quanto ao tratamento das águas servidas, estima-se que, em 2012, do total do volume coletado, 64,5% eram tratados. Este esforço reflete-se na média estadual anual do Índice de Qualidade da Água – IQA (**Gráfico 22**).

A Secretaria de Energia propôs três Programas que buscam associar o desenvolvimento econômico com os requisitos da sustentabilidade. Dois deles – *Fortalecimento da Indústria de Produção Mineral Paulista* e *Programa Paulista de Petróleo e Gás Natural* – visam conciliar as vantagens econômicas e as possibilidades de expansão desses segmentos com os cuidados necessários à preservação ambiental, uma vez que ambos, quando mal conduzidos, podem provocar grandes danos aos ativos naturais.

**GRÁFICO 22**  
**Média anual do Índice de Qualidade da Água (IQA)<sup>1</sup>**  
**São Paulo, 2001-2010**



**Fonte:** Secretaria do Meio Ambiente/Painel de Qualidade Ambiental.

**Nota:** O IQA combina nove variáveis associadas à qualidade da água e varia de 0 a 100.

O terceiro Programa desta Secretaria a ser mencionado é o *Desenvolvimento de Fontes de Energia Renovável no Estado*. Para avaliar sua importância, recorde-se que as mudanças no clima de nosso planeta já estão em andamento e produzindo efeitos sobre os ecossistemas e a organização socioeconômica de inúmeros países. Conforme o IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas), a concentração de CO<sub>2</sub> e a temperatura média em diferentes regiões do mundo, inclusive no Brasil, tem se ampliado historicamente. Para mitigar os efeitos do clima, é fundamental buscar uma matriz produtivo-energética cada vez mais sustentável, com redução das emissões de CO<sub>2</sub> e aumento do uso de fontes energéticas renováveis.

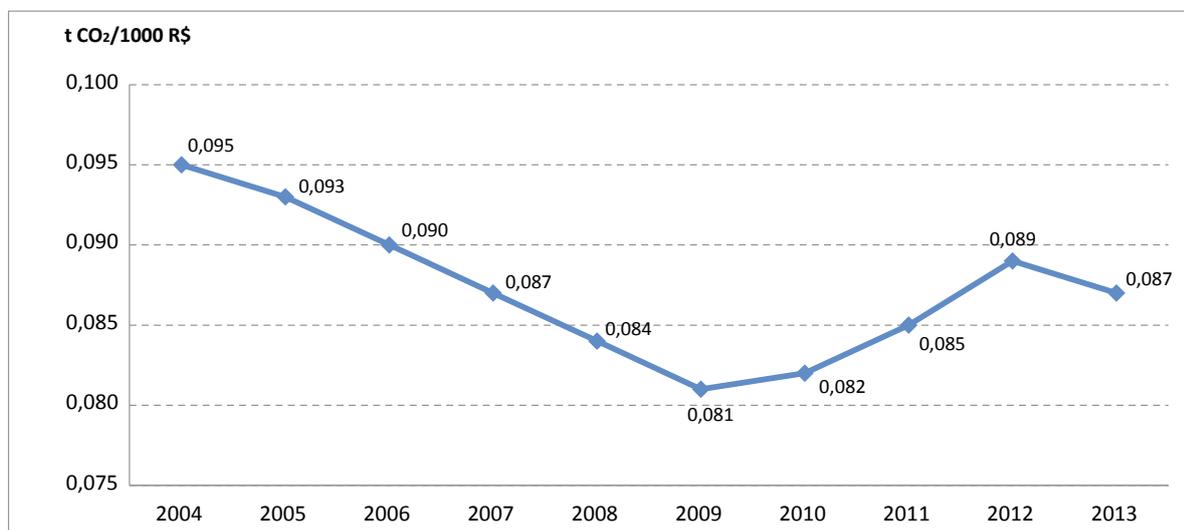
São Paulo, com o maior parque industrial da América Latina, pode dar – e tem dado – contribuição relevante na agenda global de sustentabilidade. O **Gráfico 23** mostra a redução da intensidade de emissão de carbono pela economia paulista entre 2005 e 2009, a reversão dessa trajetória até 2012 e o retorno à trajetória declinante em 2013. Embora com essa interrupção, o gráfico reflete os esforços empreendidos no sentido da sustentabilidade do desenvolvimento socioeconômico paulista, tão enfatizado neste PPA.

Entre as iniciativas presentes neste PPA que contribuirão para manter essa trajetória decrescente, desta-

cam-se as que compõem o citado Programa *Desenvolvimento de Fontes de Energia Renovável no Estado*. Elas buscam o incremento da oferta de energia oriunda de fontes renováveis, como a eólica, a fotovoltaica e a derivada do aproveitamento de resíduos sólidos e da biomassa. Além disso, promove a melhora da qualidade da matriz energética paulista e, complementarmente, cria novas oportunidades para o desenvolvimento econômico e para a integração regional. O **Gráfico 24** mostra que, entre 2004 e 2013, a oferta de energia renovável passou de 46,0% para 53,5%, sugerindo que os esforços da sociedade paulista para chegar a uma matriz produtiva mais limpa têm se mostrado bem sucedidos.

Quanto à composição da demanda por energia, importantes iniciativas governamentais têm contribuído – e deverão fazê-lo de forma ampliada neste PPA – para o aumento da participação do consumo de energia renovável (**Gráfico 25**). Um dos grandes consumidores de energia não renovável, especialmente de derivados de petróleo, é o segmento de transportes. Nesse sentido, devem ser destacadas as iniciativas governamentais para melhorar a qualidade e expandir as redes de transporte coletivo, especialmente sobre trilhos, na Macrometrópole Paulista. Ainda que sua finalidade principal seja garantir a mobilidade das pessoas e a conectividade das regiões (razões pelas quais serão tratados com detalhes

**GRÁFICO 23**  
**Intensidade da emissão de carbono (toneladas de CO<sub>2</sub> em relação ao PIB)**  
**São Paulo, 2004-2013**

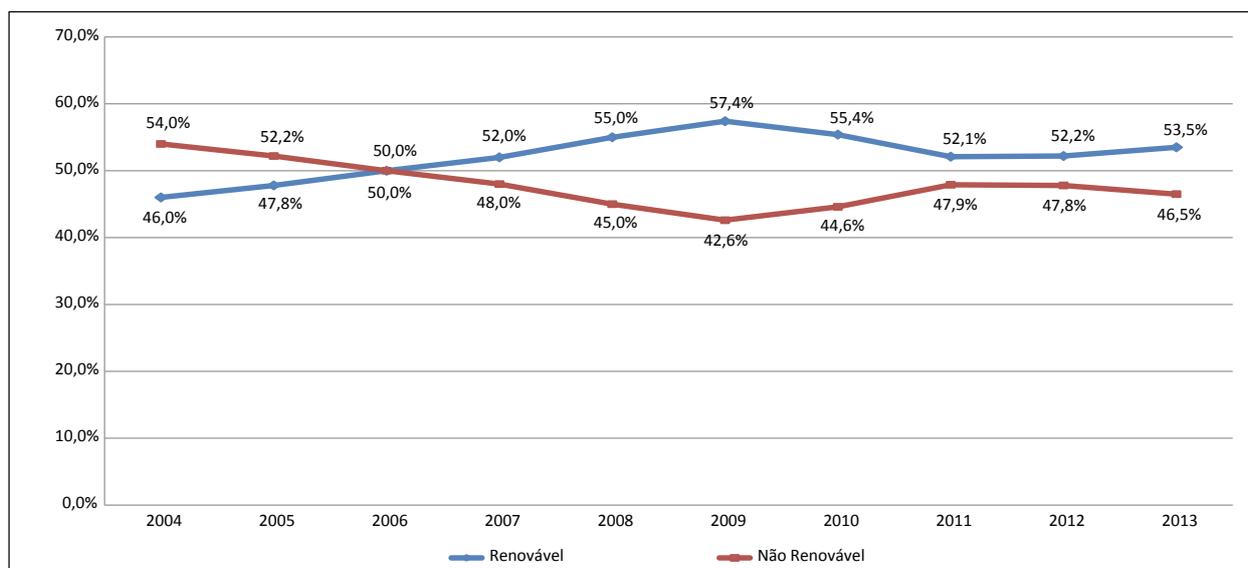


Fonte: Secretaria do Meio Ambiente – Relatório de Qualidade Ambiental.

nos Objetivos Estratégicos 7 e 9), não se pode desconsiderar a relevância, para este Objetivo Estratégico, dos Programas formulados pela Secretaria de Transportes Metropolitanos no PPA: *Expansão e Gestão do Transporte de Baixa e Média Capacidade – PITU em Marcha; Expansão, Modernização e Operação do Transporte sobre Trilhos – PITU em Marcha; e Expansão, Modernização e Operação do Transporte Metroviário – PITU em Marcha.*

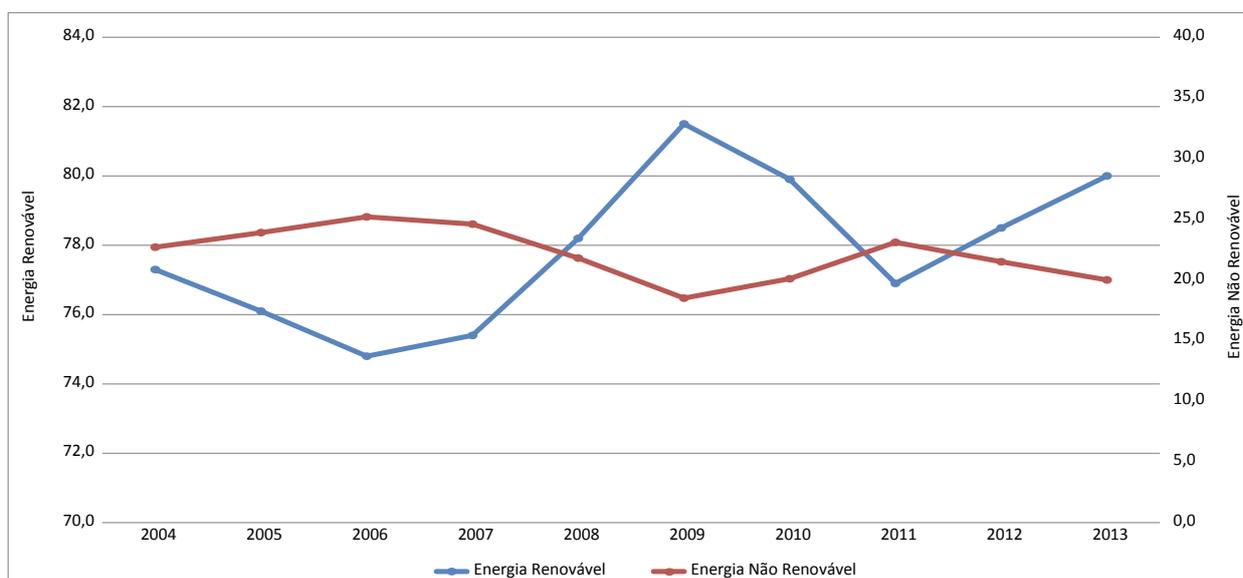
*te de Baixa e Média Capacidade – PITU em Marcha; Expansão, Modernização e Operação do Transporte sobre Trilhos – PITU em Marcha; e Expansão, Modernização e Operação do Transporte Metroviário – PITU em Marcha.*

**GRÁFICO 24**  
**Participação na oferta interna de energia bruta de energéticos renováveis e não renováveis**  
**São Paulo, 2004-2013**



Fonte: Balanço Energético do Estado de São Paulo, 2013.

**GRÁFICO 25**  
**Participação relativa do consumo de fontes primárias de energia renovável e não renovável**  
**Estado de São Paulo, 2004-2013**



Fonte: Balanço Energético do Estado de São Paulo, 2013.

Por seu turno, o aumento da temperatura média, decorrente das alterações do clima, pode afetar negativamente algumas atividades econômicas e favorecer outras, principalmente na agropecuária. A queda de produtividade de culturas mais sensíveis à elevação da temperatura contrasta-se com o favorecimento de outras, como a canaveira, segundo prognósticos do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC). Isso acarretaria nova oportunidade de expansão dessa fonte de energia renovável, mas possíveis riscos para a segurança alimentar ou para a agricultura familiar, em determinadas regiões. Tal possibilidade requer especial

atenção das políticas setoriais, como as associadas à gestão e à fiscalização ambiental.

Como pode ser constatado, são amplas as iniciativas deste PPA voltadas à promoção de programas e ações visando ampliar a preservação do meio ambiente, de forma saudável e sustentável, em consonância com o desenvolvimento socioeconômico. Essas iniciativas assumem particular importância frente aos efeitos das mudanças climáticas, sobretudo no que diz respeito a seu impacto sobre a capacidade e segurança hídrica. Contudo, como esses elementos estão mais associados a outros Objetivos Estratégicos, serão ali tratados com a devida relevância.

## Objetivo Estratégico 7:

*Urbanização inclusiva, com moradia e infraestrutura adequada em todo território paulista, com mobilidade urbana ampliada.*

Este Objetivo Estratégico aponta para os esforços governamentais para melhorar as condições de vida nas cidades paulistas, especialmente no que diz respeito à moradia e à mobilidade urbana. A atuação para a melhoria da infraestrutura urbana é de competência municipal, mas o Governo Estadual apoia as prefeituras nesse campo. Neste PPA, isso será feito por meio do Programa *Desenvolvimento Regional Integrado*, da Casa Civil, que deverá promover a qualidade ambiental urbana por meio da ação cooperativa com os municípios paulistas.

Na mobilidade de pessoas, notadamente nas metrópoles, o Governo do Estado de São Paulo tem cumprido papel decisivo na busca de soluções mais eficientes e sustentáveis. Tais soluções, fortemente ancoradas no transporte sobre trilhos, cumprem a função adicional, mencionada no Objetivo Estratégico 6, de buscar a redução do uso do transporte individual motorizado e assim contribuir para um meio ambiente mais saudável e sustentável.

Mas sua função principal é facilitar os fluxos de pessoas no interior e entre os municípios das metrópoles paulistas. Para tanto, o Estado de São Paulo dispõe de uma rede estrutural de transporte público metropolitano, coordenada pela Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM). Ela compreende o sistema de trens, da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, o metroriário, a cargo do Metrô, e sobre pneus, gerenciado pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos – EMTU e operado em regime de permissão e concessão por empresas privadas. Para se ter a dimensão dessa rede, basta mencionar que, em 2014, ela transportou quase três bilhões de usuários (**Gráfico 26**).

Com tal dimensão, os programas propostos no PPA pela STM são de grande importância para viabilizar as conexões metropolitanas e, sobretudo, para permitir a seus residentes o acesso a um sistema de transporte seguro e com qualidade, que viabilize seus deslocamentos no ter-

ritório e favoreça sua inserção social e laboral. Neste PPA, os principais Programas da STM são os seguintes:

- *Planejamento, Gestão Estratégica e Modernização do Transporte Metropolitano – Pitu Vivo*, que busca garantir condições apropriadas para a coordenação das políticas públicas, planejamento, gestão e modernização do transporte metropolitano de passageiros;
- *Expansão e Gestão do Transporte de Baixa e Média Capacidade – Pitu em Marcha*, conduzido pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU), visa ampliar o transporte público metropolitano e sua participação na composição modal das viagens motorizadas das Regiões Metropolitanas, oferecendo serviços de melhor qualidade e maior acessibilidade e contribuindo para a inclusão social, sobretudo dos segmentos mais vulneráveis. As várias iniciativas associadas a esse Programa concorrerão para a melhor estruturação dos transportes nas várias metrópoles paulistas, ampliando a conectividade entre suas cidades e conferindo maior acessibilidade a suas populações. Entre as iniciativas contidas neste PPA, mencionem-se a implantação do Sistema Integrado Metropolitano – SIM da Baixada Santista; o melhoramento na infraestrutura dos corredores de ônibus; a estruturação do transporte metropolitano, com obras de trechos do Corredor Biléo Soares (Noroeste), na Região Metropolitana de Campinas, e dos Corredores Guarulhos-SP e Metropolitano Itapevi-SP, na Região Metropolitana de São Paulo, além da estruturação do sistema de transporte coletivo das Regiões Metropolitanas de Sorocaba e do Vale do Paraíba e Litoral Norte;
- *Expansão, Modernização e Operação do Transporte sobre Trilhos – Pitu em Marcha*, cujo objetivo é ampliar a utilidade da malha de transporte de

passageiros sobre trilhos, nas Regiões Metropolitanas e Aglomerados Urbanos. Para tanto, promoverá a expansão e modernização de seus serviços, adequando-os às exigências de mobilidade e ao volume da demanda, de forma integrada à rede existente e com a adoção de novos padrões de qualidade e de inserção urbana. Por meio dele, as linhas ferroviárias geridas pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) continuarão a ser modernizadas (processo que atingirá seis linhas, como a 9 – Esmeralda e a 12 – Safira), algumas expandidas (Linha 9 – Esmeralda) e outras implantadas (Linha 13 – Jade);

– *Expansão, Modernização e Operação do Transporte Metroviário – Pitu em Marcha*. O objetivo deste Programa é operar o transporte metroviário e ampliar sua extensão e sua contribuição ao transporte coletivo, com serviços de qualidade e acessível a todos os cidadãos. Para tanto, o Programa buscará recapacitar e modernizar o sistema, por meio da operação e manutenção adequada, com altos níveis de segurança e de regularidade. O Programa também buscará promover a modernização de linhas existentes (como a 1 – Azul e a 2 – Verde), a expansão e implantação de novas estações (Linha 2 – Verde e Linha 5 – Lilás), a modernização de trens (como os da Linha 3 – Vermelha); e a implantação de novas linhas (como as Linhas 6 – Laranja, 15 – Prata e 18 – Bronze), entre outras iniciativas.

A importância do sistema metroferroviário para a Região Metropolitana de São Paulo pode ser entrevista no **Gráfico 26**. Ele revela que o sistema, que compreende as linhas de metrô em operação e dos trens urbanos operados pela CPTM, transportou 7,3 milhões de passageiros a cada dia útil de 2014. Sua trajetória de expansão, ao longo dos últimos anos, reforça a necessidade de novos investimentos nesses modais de transporte metropolitano para atender à demanda crescente, garantindo os padrões de qualidade e segurança do sistema.

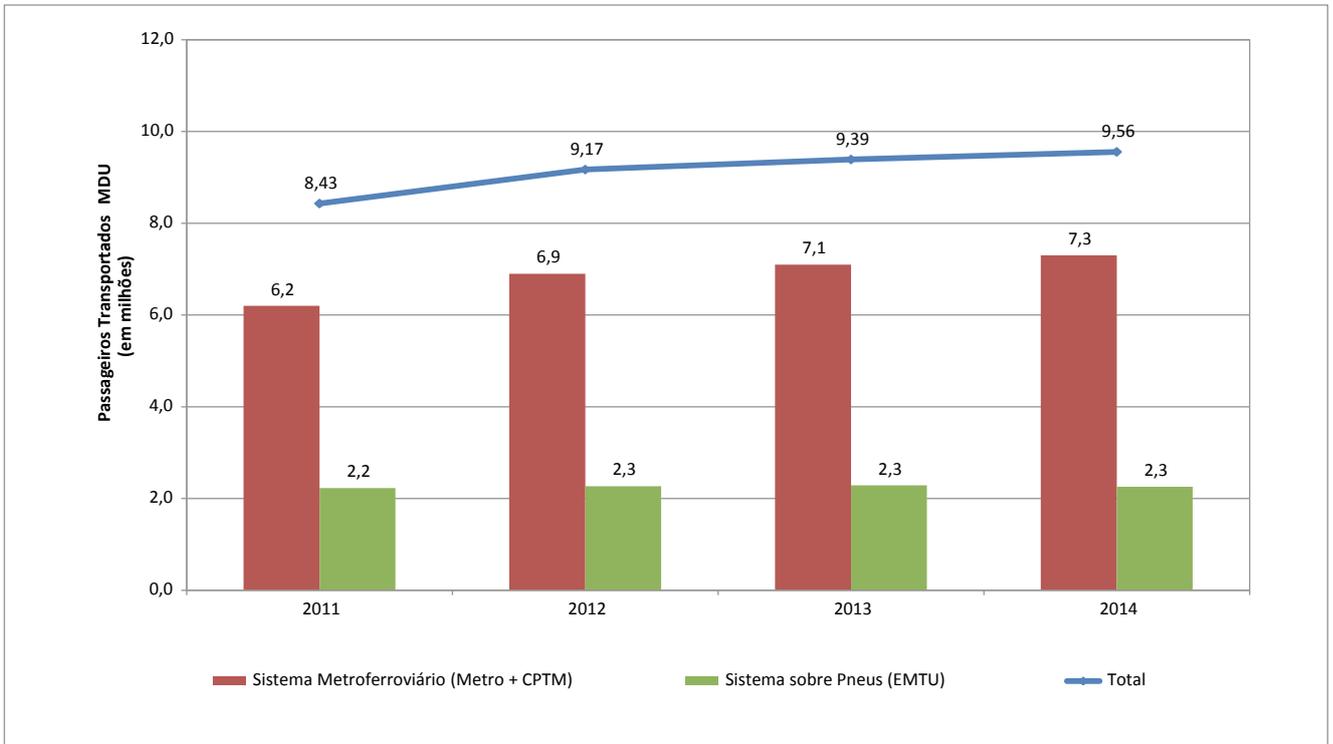
Os grandes centros urbanos paulistas, além de abrigarem parte expressiva da população e da riqueza do

Estado de São Paulo, têm seus territórios marcados por grande desigualdade. Fruto de um processo de urbanização acelerado e desordenado, impulsionado por grandes fluxos migratórios, levou a um padrão de ocupação do solo que reservou aos segmentos mais pobres da população as áreas periféricas das cidades, muitas delas às margens de mananciais ou sujeitas a riscos de desastres naturais. Parte expressiva dos problemas hoje visíveis na mobilidade urbana tem, em sua raiz, esse caótico processo de urbanização. Outra de suas consequências negativas reside na questão habitacional. A despeito do pioneirismo do Governo do Estado na condução de uma política de habitação de interesse social, desde os anos 1990, ainda perduram problemas de déficit e inadequação habitacional e de ocupação de áreas em situações de risco ou irregulares.<sup>18</sup> As tendências demográficas anteriormente destacadas sugerem que a expansão populacional de São Paulo dar-se-á em ritmo muito menor do que o verificado no passado, gerando importante oportunidade de reduzir drasticamente os problemas habitacionais que ainda persistem em nosso Estado.

A moradia adequada, com um padrão mínimo aceitável de serviços de infraestrutura e espaço físico suficiente para seus moradores, é uma das condições determinantes da qualidade de vida da população. Alguns segmentos da população, particularmente os mais pobres, ainda encontram dificuldade para adquirir moradia adequada (**Gráfico 27**). Muitos buscam alternativas em áreas impróprias e irregulares, ocupando encostas, áreas de inundação ou de mananciais, com edificações precárias e insalubres. Por isso, a política habitacional no Estado ganhou em complexidade, passando a envolver ações voltadas não apenas à provisão de moradias de interesse social ou à recuperação e à qualificação das moradias inadequadas, mas também à integração das políticas setoriais de desenvolvimento urbano, à reorganização do território e à melhoria da infraestrutura, além de iniciativas de regularização fundiária. Para realizar este Objetivo Estratégico, o PPA dará continuidade a tais esforços, visando à diminuição das carências habitacionais e à sustentabilidade ambiental, assim contribuindo para uma urbanização inclusiva.

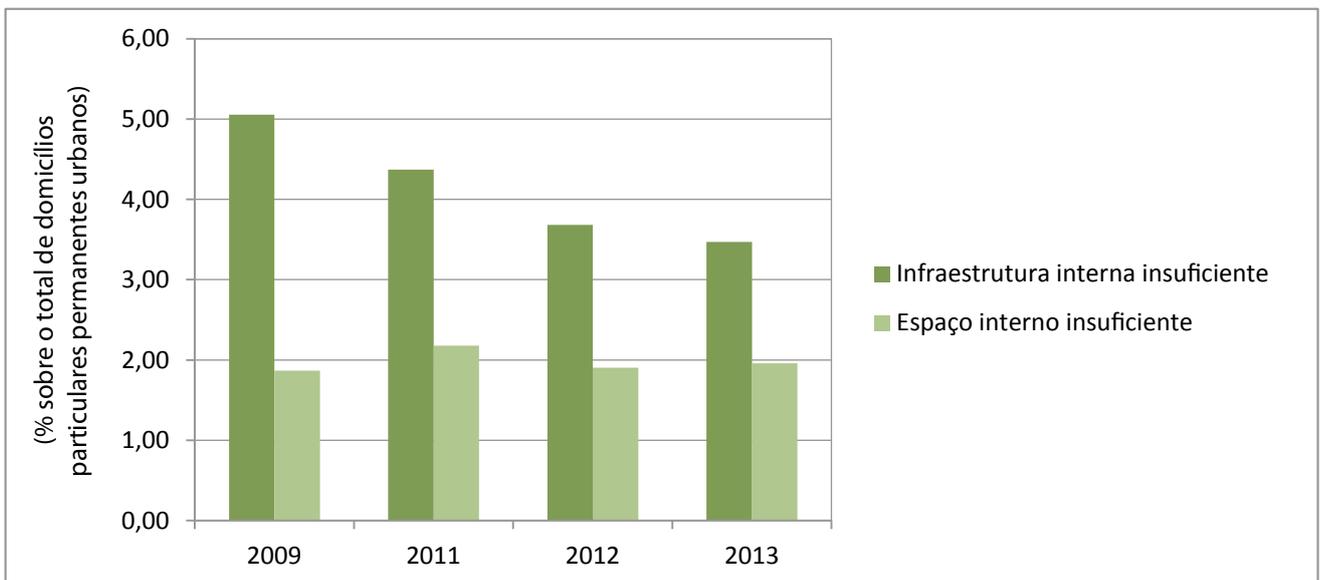
18 Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) – Secretaria da Habitação. *Plano Estadual de Habitação de São Paulo 2011-2023*. São Paulo: CDHU, 2011, revisão em dezembro de 2012.

**GRÁFICO 26**  
**Média de passageiros transportados por dia útil**  
**Regiões Metropolitanas de São Paulo, Campinas e Baixada Santista, 2011-2014**



Fonte: Secretaria dos Transportes Metropolitanos.

**GRÁFICO 27**  
**Percentual de domicílios com infraestrutura interna e espaço interno insuficientes em relação ao total de domicílios particulares permanentes urbanos**  
**Estado de São Paulo, 2009-2013**



Fonte: IBGE/PNAD; Fundação SEADE.

Entre os Programas inscritos neste PPA pela Secretaria da Habitação, dirigidos prioritariamente ao fornecimento de moradias para as famílias de baixa renda, mencione-se os de *Fomento à Habitação de Interesse Social – Casa Paulista*, desenvolvido pela Secretaria da Habitação, e o de *Provisão de Moradias*, sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano – CDHU, entidade supervisionada por aquela Secretaria. Ambos buscam a qualidade e a sustentabilidade nas condições de moradia, com oferta de áreas comuns, envolvendo equipamentos de lazer e acessibilidade para todos os públicos.

O primeiro, *Casa Paulista*, utiliza recursos do Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social – FPHIS, para, entre outros objetivos, compartilhar os esforços de produção e aquisição de novas unidades habitacionais no território paulista do Programa Nacional de Habitação Minha Casa, Minha Vida (MCMV) e promover o apoio técnico e financeiro aos municípios para que executem sua política de habitação de interesse social. A colaboração financeira do Programa *Casa Paulista* nos projetos do MCMV tem sido fundamental para viabilizar o acesso da população de baixa renda a uma moradia digna e fazer frente ao alto custo do solo urbano e à escassez de terrenos nas regiões metropolitanas paulistas.

O segundo, *Provisão de Moradias*, promove – diretamente pela CDHU ou em parceria com municípios e/ou outros agentes – a construção de moradias isoladas ou em empreendimentos habitacionais, com infraestrutura e equipamentos urbanos e a produção de lotes urbanizados. O atendimento da demanda geral nesses empreendimentos é complementado por destinações específicas para os segmentos mais vulneráveis da população, com previsão de cotas para idosos, pessoas com deficiência e policiais, e modelagens e projetos específicos para o atendimento a comunidades indígenas e quilombolas e idosos.

Já a inadequação habitacional requer soluções como reformas ou ampliações das unidades existentes, extensão das redes de infraestrutura e serviços urbanos

ou ações de regularização fundiária. Para tanto, este PPA contém o Programa *Requalificação Habitacional e Urbana e Inclusão Social*, para promover melhorias habitacionais e urbanas para requalificação de espaços urbanizados, subutilizados para uso habitacional ou carentes em infraestrutura e serviços.

É grande o número estimado de domicílios localizados em favelas, áreas de risco ou com infraestrutura interna imprópria. O Programa *Urbanização de Favelas e Assentamentos Precários* volta-se à população residente nesses domicílios, com ações de urbanização para melhorar as condições de moradia, a integração urbana e a qualificação socioambiental. Para tanto, buscará a integração das ações no campo habitacional com as de saneamento, meio ambiente, desenvolvimento social e regularização urbanística.

Face à necessidade de recuperar os passivos urbanos e ambientais gerados pelo crescimento urbano desordenado, como a ocupação de áreas de mananciais e de risco, a Secretaria da Habitação desenvolve ações em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente, de recuperação e a proteção ambiental de serras, represas e rios, além do reassentamento das famílias envolvidas e da promoção da sustentabilidade socioambiental. Esse é o objetivo do Programa *Habitação Sustentável e Recuperação Ambiental na Serra do Mar e Litoral Paulista*, voltado para compatibilizar a conservação ambiental com o atendimento habitacional (retomados no Objetivo Estratégico 10).

Há, decerto, vários outros programas que contribuem para a evolução positiva deste Objetivo Estratégico, como é o caso dos associados ao saneamento e à preservação ambiental. Como são relacionados com mais intensidade a outros Objetivos Estratégicos, não serão tratados nesta seção. Mesmo assim, os programas aqui assinalados demonstram o enorme esforço que o Governo do Estado direcionará ao avanço da urbanização inclusiva em São Paulo, superando, gradativamente, o déficit habitacional e as dificuldades de mobilidade em seus grandes centros urbanos.

## Objetivo Estratégico 8:

*Economia paulista competitiva, voltada para a inovação tecnológica, o incremento da produtividade e a geração de empregos de boa qualidade.*

O enunciado deste Objetivo Estratégico, em linha com as Diretrizes de Governo, aponta que o Estado prioriza o desenvolvimento ambientalmente sustentável e socialmente inclusivo. Assim, associa a noção de competitividade à inovação e aos ganhos de produtividade. Por tal razão, os programas do PPA 2016-2019 que mais contribuem para este Objetivo Estratégico privilegiam o fortalecimento dos pilares constitutivos da competitividade paulista.

A economia de São Paulo caracteriza-se por abrigar setores estratégicos da indústria brasileira, sobretudo os mais intensivos em tecnologia, como os de bens de capital, automobilístico e aeroespacial. Abriga, também, os segmentos mais complexos do setor de serviços, como financeiros, de telecomunicações, sociais – especialmente de saúde de alta complexidade e os de ensino superior; os relacionados à ciência, tecnologia e cultura; além dos dirigidos às empresas – como jurídicos, contábeis, de assessoria, engenharia etc. Possui ampla e diversificada atividade comercial e seu segmento agropecuário é dos mais produtivos do País. São inúmeras as oportunidades de emprego que tal estrutura produtiva oferece e muitas exigem elevados níveis de qualificação técnica e profissional. Manter e desenvolver esse parque produtivo são tarefas cruciais para o futuro de São Paulo e do Brasil e para prover oportunidades de trabalho à enorme população aqui residente – que hoje supera 43 milhões de pessoas – e assim contribuir para seu progresso pessoal e profissional.

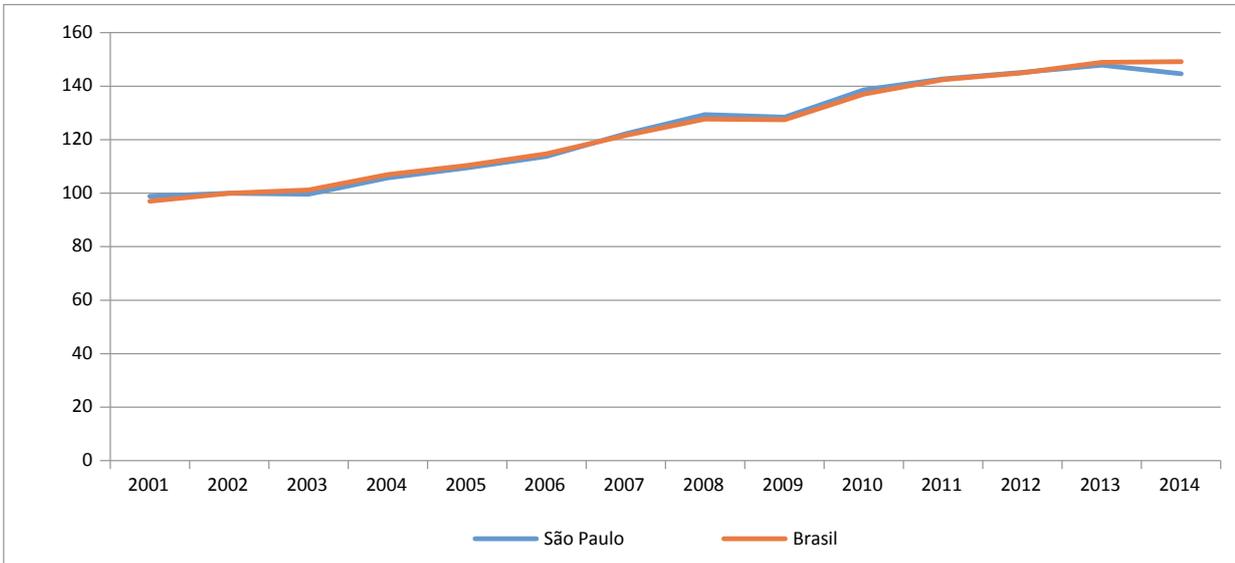
Como mencionado, e a despeito de sua dimensão e sofisticação, a economia paulista vem enfrentando um período de dificuldades, acompanhando a conjuntura adversa por que passa a economia brasileira, com a qual mantém fortes conexões, pois cumpre o papel de seu principal fornecedor de produtos industrializados. O **Gráfico 28** mostra a semelhança das trajetórias do índice do produto real de São Paulo e do Brasil, desde 2001, e permite observar que a súbita reversão do desempenho da economia, em 2014, teve efeitos imediatos e muito mais intensos em São Paulo do que no conjunto do País.

O diferente comportamento das economias brasileira e paulista, entre 2013 e 2014, pode ser interpretado como reflexo do adiamento de decisões de investir e de consumir, em especial bens de capital e duráveis, que, embora tenha se verificado em todo o País, seus efeitos sobre o nível de atividade econômica atingiram, prioritariamente, as regiões que concentram a produção daqueles bens, como é o caso de São Paulo.

As exportações, cuja ampliação poderia compensar esses efeitos, não foram capazes de fazê-lo, como revela o **Gráfico 29**. Após seus valores ultrapassarem US\$ 65 bilhões, em 2011 e 2012, passaram a reduzir gradativamente até atingir US\$ 58 bilhões, em 2014. As importações, ao contrário, atingiram o valor mais alto da década em 2013 (US\$ 90 bilhões) e, embora em queda, ainda se mantiveram próximo a US\$ 85 bilhões, em 2014. Esse comportamento discrepante elevou o déficit comercial paulista, em 2014, para US\$ 27 bilhões.

Os impactos do comportamento da economia sobre as sociedades brasileira e paulista podem ser sintetizados na evolução do PIB *per capita*, indicador que permite uma primeira aproximação ao entendimento do problema (**Gráfico 30**). Como mencionado, a população paulista vem crescendo a taxas decrescentes, já inferiores a 1,0% ao ano. Entre 2013 e 2014, por exemplo, as projeções populacionais da Fundação Seade estimam-na em 0,87%. Mesmo com variações relativamente pequenas da população residente em São Paulo, como o PIB retraiu em 2,2%, em 2014, seu valor *per capita* diminuiu com intensidade ainda maior (3,0%). Para o conjunto do País, a queda do PIB *per capita*, em 2014, foi menos intensa (0,7%) e refletiu basicamente o crescimento populacional, pois o PIB do Brasil variou 0,1% naquele ano. Assim, a mudança da trajetória econômica do País provocou impactos negativos sobre a renda média da população, em 2014, que aconteceram de forma mais rápida e intensa em São Paulo do que na média nacional.

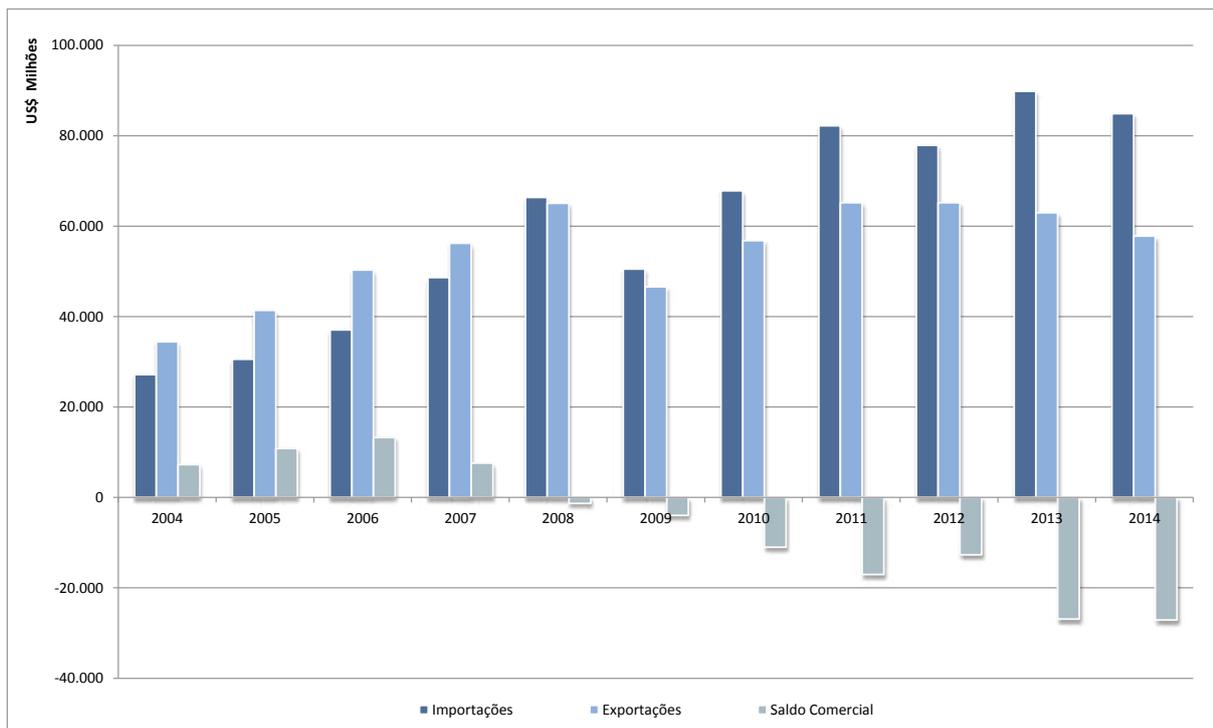
**GRÁFICO 28**  
**Índice do Produto Real (Base 2002 = 100)**  
**Brasil e São Paulo, 2001-2014**



Fonte: IBGE e Fundação Seade.

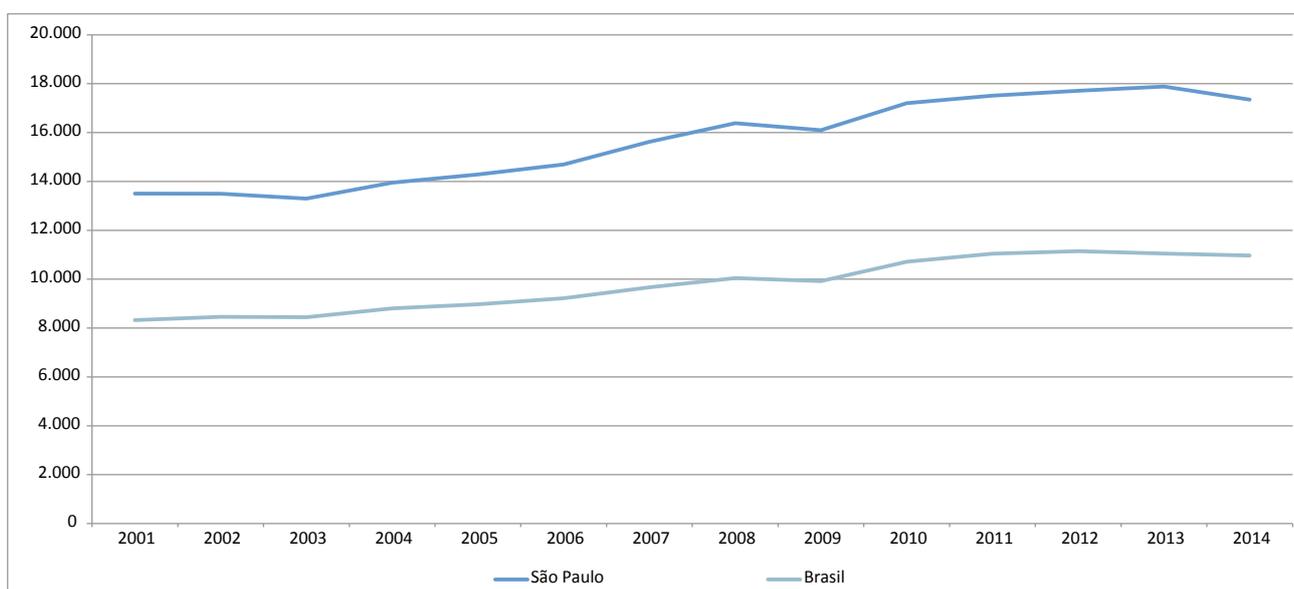
Nota: Os dados de 2013 e 2014 são preliminares e sujeitos a revisões.

**GRÁFICO 29**  
**Balança Comercial (em US\$ Milhões)**  
**Estado de São Paulo, 2004-2014**



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

**GRÁFICO 30**  
**PIB per capita (em R\$ de 2002)**  
**Estado de São Paulo, 2001-2014**



**Fonte:** IBGE e Fundação Seade.

**Nota:** Os dados de 2013 e 2014 são preliminares e sujeitos a revisões. Para o Brasil, os dados populacionais originam-se das projeções realizadas pelo IBGE e, para São Paulo, das elaboradas pela Fundação Seade.

Como se ressaltou anteriormente, o incremento da produtividade parece ser, se não o único, o mais importante caminho para superar os entraves conjunturais da economia e para contrabalançar os efeitos da mudança demográfica, em especial sobre a oferta de mão de obra. Sob esta perspectiva, abre-se uma oportunidade para São Paulo liderar um novo ciclo de crescimento, não só porque seu parque produtivo é o mais competitivo e sua mão de obra a mais qualificada do País, mas também pelo fato de a estratégia governamental para ampliar a competitividade da economia paulista, reafirmada neste PPA, passa pela formação de pessoas com elevada qualificação, pelo apoio à ciência, tecnologia e inovação e por investimentos para aprimorar, modernizar e ampliar a infraestrutura do Estado, sobretudo nos campos da logística e dos transportes.

Nesse sentido, ampliar a competitividade da economia paulista, conforme propõe este Objetivo Estratégico, significa: caminhar em direção à economia do conhecimento e ao desenvolvimento tecnológico; ter empresas sólidas e inovadoras que gerem empregos de qualidade; integrar a pesquisa às necessidades econômicas e sociais; e dispor de ambiente de negócios adequado, com infraestrutura de qualidade. Tais são os caminhos que este PPA

propõe para incrementar a competitividade da economia paulista e dos segmentos setoriais que a compõem.

No campo da formação de pessoal com alta qualificação, os programas foram tratados na seção correspondente ao Objetivo Estratégico 2. São os casos dos Programas: *Gestão Pedagógica da Educação Básica*, conduzido pela Secretaria da Educação; *Programa Estadual de Ensino Profissional e Tecnológico*; e *Ensino Público Superior*, ambos sob a responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI). Da mesma forma, foram apresentados anteriormente os Programas associados à qualificação profissional, conduzidos pela própria SDECTI – *Fomento ao Ensino Profissionalizante* e o citado *Programa Estadual de Educação Profissional e Tecnológica* –, e pela Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho (SERT) – *Fomento ao Emprego e Renda*.

Em relação ao ensino superior, destaca-se que São Paulo possui 492 instituições de ensino dispersas em 283 municípios, que oferecem 731 cursos. As três universidades estaduais (USP, Unesp e Unicamp) respondem por mais de 111 mil matrículas nesse nível de ensino. Além delas, o Centro Paula Souza oferece mais de 64 mil matrículas em suas Faculdades de Tecnologia (Fatecs), com 65

curso de graduação. Por fim, no ensino técnico, o mesmo Centro Paula Souza administra 211 escolas (Etecs), que oferecem 124 cursos técnicos de nível médio e atendem, aproximadamente, 226 mil estudantes.

Outra dimensão das Instituições de Ensino Superior (IES), que transcende sua função propriamente educacional, também merece ser sublinhada: trata-se da formação de pesquisadores (pós-graduação) e da realização de pesquisas científicas e tecnológicas. No Estado de São Paulo, em 2013, havia quase 800 programas de pós-graduação registrados pela Capes,<sup>19</sup> com cerca de 82 mil alunos matriculados, dos quais 30 mil em programas de doutorado. Naquele ano, foram titulados em São Paulo 5.754 doutores e 12.210 mestres (incluindo mestrado profissional). Embora muito superiores aos números de titulados em qualquer outro Estado brasileiro,<sup>20</sup> o projeto do Plano Estadual de Educação de São Paulo propõe sua elevação para 11 mil e 14 mil, respectivamente, até 2025.

No Brasil, as pesquisas científicas e tecnológicas são fortemente concentradas nas IES, sobretudo nas universidades públicas. Em São Paulo, isso também é verdade, com destaque para as três universidades estaduais, mas há que se considerar o expressivo número de instituições de pesquisa aqui localizadas e que também contribuem para a liderança de São Paulo nesse campo. Além de importantes instituições federais, São Paulo abriga 21 institutos de pesquisa<sup>21</sup> mantidos pelo Governo Estadual: sete vinculados à Secretaria da Agricultura; outros sete à Secretaria da Saúde; três à Secretaria do Meio Ambiente; dois à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação; e um à Secretaria de Planejamento e Gestão.

Ao lado dessa rede de instituições de ensino e pesquisa, São Paulo ainda conta com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), que, por meio do Programa *Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia*, apoia a formação de pesquisadores, a investigação, o intercâmbio e a divulgação da ciência e da tecnologia produzidas em São Paulo, além de fomentar o desenvolvimento e difusão de inovações em empresas de pequeno porte. É no Estado de São Paulo que se concen-

tra a maior produção científica do País, seja por meio do número de publicações científicas, seja pelo número de patentes depositadas no INPI (**Gráfico 31**).

Neste PPA, as atividades de pesquisa e desenvolvimento estão presentes em vários programas, além dos associados às instituições de ensino superior, tecnológico e técnico. Mencionem-se, entre eles, os seguintes: *Tecnologias Sustentáveis para o Desenvolvimento Rural e Agroindustrial*, da Secretaria da Agricultura e Abastecimento; *Inovação para Políticas Públicas, Órgãos Governamentais e Empresas, Inovação para a Competitividade e Tecnologia e Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia*, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação; e, ainda, o *Programa Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde*, da Secretaria da Saúde.

Decerto, a atuação do Governo do Estado nesse campo vai muito além da formação de pessoas com alta qualificação e da promoção e realização de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico. No caso da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, merecem destaque suas atividades no campo da difusão de tecnologias agropecuárias, em especial as ambientalmente sustentáveis, e do apoio técnico aos produtores paulistas, por meio do Programa *Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável*, e do controle sanitário da produção agropecuária, com o Programa *Defesa Agropecuária para Proteção Ambiental, Saúde Pública e Segurança Alimentar*, sem o qual, à parte os riscos a que a população e o meio ambiente estariam expostos, a produção paulista sequer chegaria ao mercado.

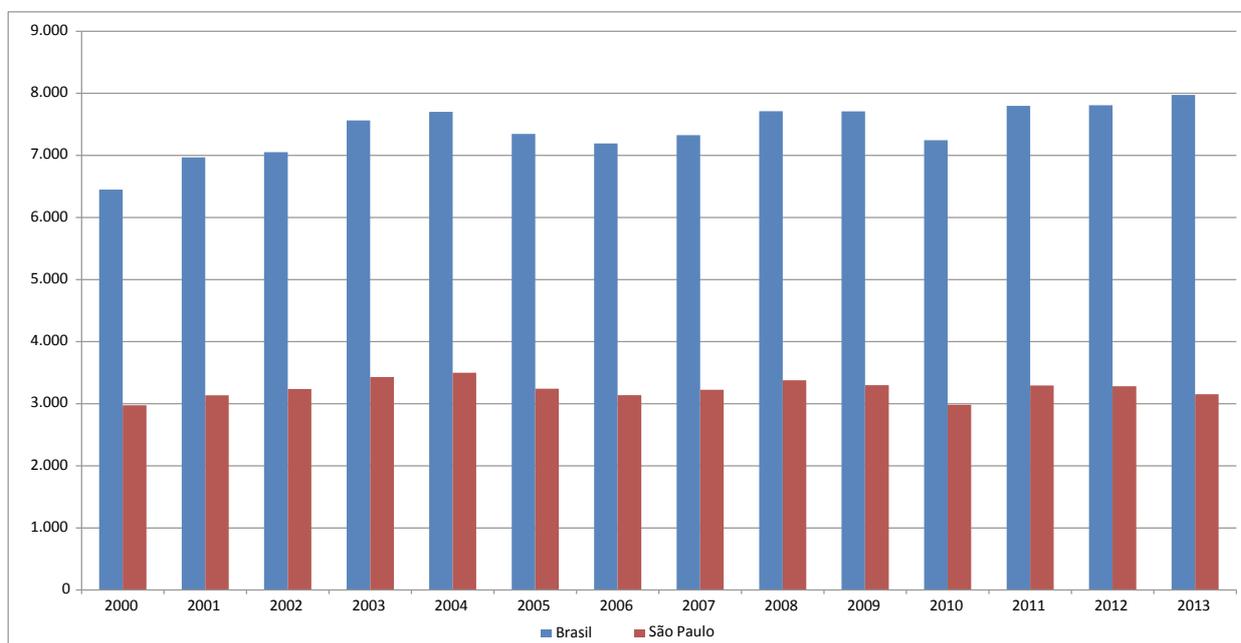
Outros Programas importantes desta Secretaria são o de *Abastecimento, Segurança Alimentar e Dinamização das Cadeias Produtivas*, que visa desenvolver essas cadeias, por meio de políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade dos produtos, à promoção da segurança alimentar e à organização de pequenos produtores, e o de *Gestão das Agropolíticas Públicas*. Este tem como objetivo implantar políticas nas áreas de atuação da Secretaria, estabelecendo diretrizes e coordenando várias iniciativas no âmbito do Estado, sobretudo em áreas ambientalmente vulneráveis. Tais iniciativas incluem, entre outras, melhorias na malha

19 Ver <<http://geocapes.capes.gov.br/geocapes2/>>, de onde foram extraídas essas informações.

20 O segundo Estado com maior número de titulados na pós-graduação é o Rio de Janeiro, com 6.315 no mestrado (inclusive profissional) e 2.099 em doutorado, em 2013.

21 Ver Fapesp. *Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação em São Paulo*, 2010. São Paulo: Fapesp, 2011. Disponível em: <<http://www.fapesp.br/indicadores/>>.

**GRÁFICO 31**  
**Número de patentes depositadas no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI)**  
**Brasil e São Paulo, 2000-2013**



**Fonte:** Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/350937.html>>

**Nota:** Foram consideradas patentes de invenção, modelos de utilidade e certificados de adição.

viária, financiamentos e subvenções aos produtores rurais de várias naturezas e as associadas à conservação do solo e da água e da recuperação ambiental.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI), por sua vez, atua em várias outras frentes, como se verá adiante, mas ressalte-se o Programa *Inovação e Tecnologia para Políticas Públicas, Órgãos Governamentais e Empresas*, citado acima, que além do desenvolvimento de pesquisas, também presta serviços tecnológicos, como testes, ensaios e aferições, fundamentais para garantir a qualidade e a segurança de bens e serviços e para a difusão de novas tecnologias. Conduzido pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas, vinculado à SDECTI, a instituição também atua, em parceria com esta Secretaria, na execução do Programa *Inovação para a Competitividade* que, entre outras atividades, apoia municípios e empresas de pequeno e médio porte, para suprir suas necessidades técnicas e tecnológicas.

Outros Programas da SDECTI também contribuem para este Objetivo Estratégico, como os que seguem:

- *Fortalecimento da Competitividade Territorial e Regional*, cujo objetivo é induzir o desenvolvimento econômico do Estado, com base na articulação

dos agentes produtivos, na coordenação de instrumentos de apoio e no fomento ao desenvolvimento das potencialidades regionais. O apoio aos arranjos produtivos locais (APLs) é uma de suas atividades mais importantes;

- *Inovação para a Competitividade*, já citado anteriormente, agrega várias iniciativas de apoio a empresas inovadoras, inclusive o aporte de recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcet); e
  - *Via-Rápida Empresa*, que busca, principalmente, aumentar o grau de legalização das empresas, agilizando os processos para sua abertura e encerramento e apoiar as microempresas.

Note-se que vários programas têm clara preocupação com a redução das desigualdades regionais ou com o desenvolvimento de potencialidades locais, em linha, portanto, com as diretrizes governamentais, assim como com importante contribuição ao Objetivo Estratégico 9. Além desses programas, a Secretaria da Cultura, neste PPA, propõe a realização do Programa *Fomento Cultural e Economia Criativa*, dirigido a segmentos específicos, mas com potencial impacto social e econômico.

Outra instituição importante para o desenvolvimento econômico de São Paulo é a Secretaria da Fazenda. Sua atuação neste campo está prevista no PPA no Programa *Fomento ao Desenvolvimento Socioeconômico*, e dar-se-á por meio de financiamentos ao setor empresarial, visando à manutenção, ampliação e modernização tecnológica do parque produtivo paulista. A mesma Secretaria, em parceria com a de Emprego e Relações de Trabalho, também formulou um Programa multissetorial denominado *Fomento ao Empreendedorismo*, para estimular o empreendedorismo por meio da oferta de cursos de capacitação para a gestão de micronegócios e a oferta de linhas de microcrédito para investimento em atividades produtivas.

Ainda no campo do apoio a atividades produtivas, mencionem-se os Programas da Secretaria do Turismo, *Incremento Turismo Paulista e Fomento à Infraestrutura dos Municípios-Estâncias e de Interesse Turístico*. Por meio de distintas ferramentas, esses Programas, com fortes repercussões regionais, visam aumentar o fluxo de visitantes aos destinos turísticos paulistas, além de apoiar os municípios considerados de interesse turístico.

Os programas até aqui destacados mostram algumas das vertentes da atuação governamental associadas ao Objetivo Estratégico 8: formação de pessoal qualificado; incentivo e realização de pesquisas científicas e tecnológicas; criação de meios e ambientes adequados à difusão de inovações; e fomento ao desenvolvimento de atividades ou segmentos específicos, com forte impacto econômico, social ou regional. Tais vertentes, decerto, criam vantagens competitivas ao Estado de São Paulo e, com elas, aumentam as possibilidades de manter, ampliar e modernizar seu parque produtivo. Para que isso se viabilize, no entanto, requer-se infraestrutura compatível com os rumos esperados da economia paulista. Em outros termos, é a infraestrutura, especialmente de logística e de transportes, que viabiliza a movimentação de pessoas e de cargas pelo território, sem a qual a própria viabilidade de produzir e comercializar bens e serviços – e, portanto, de gerar emprego e renda – seria comprometida.

Por sua vez, perante o papel estratégico de São Paulo no âmbito nacional, a qualidade de sua infraestrutura tem repercussões relevantes para a competitividade da economia brasileira e para a própria integração de diferentes regiões do País e, com ainda maior ênfase, do próprio Estado de São Paulo. Seja pelo fato de São Paulo abrigar o mais importante porto organizado do País – o

Porto de Santos –, seja por se constituir o maior centro nacional de conexões aéreas e de fluxo de passageiros e cargas por este modal, seja ainda por concentrar quase 1/3 do PIB brasileiro e abrigar mais de 43 milhões de habitantes, residentes nas várias regiões do Estado, a infraestrutura de logística e de transportes são fundamentais. Conectar portos, aeroportos, cidades e polos produtivos de modo a permitir que pessoas, matérias-primas, insumos e produtos cheguem com segurança e fluidez a seus destinos no próprio Estado, no País e no mundo é tarefa complexa, em cuja execução o Governo do Estado de São Paulo é um importante protagonista (**Gráfico 32**)

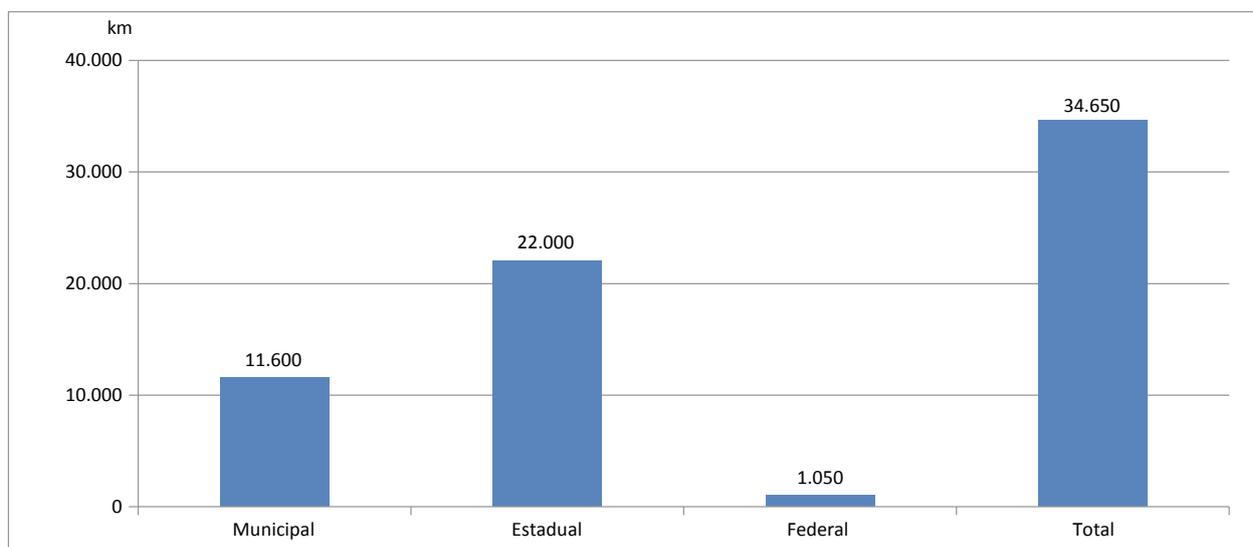
Cabe à Secretaria de Logística e Transportes cumprir essa tarefa no âmbito Estadual que, neste PPA, procurará fazê-lo lastreada no planejamento e articulação de políticas públicas, que promovam a integração dos modais, objetivando a eficiência logística e a competitividade do setor produtivo paulista e a segurança e fluidez de seus usuários. É seu objetivo buscar a excelência na prestação dos serviços, desenvolver soluções de infraestrutura para o escoamento da produção, facilitar a geração de empregos, adotar práticas e soluções ambientalmente sustentáveis e incrementar a multimodalidade, com vistas a reduzir o atual desbalanceamento da matriz de transportes.

Com tais fins, no atual PPA a Secretaria de Logística e Transportes (SLT) formulou vários programas e um dos principais destaques é o de *Planejamento de Logística e Transportes*. Como se sabe, a atuação nesse campo, notadamente quando se trata de investimento, envolve atividades de extrema complexidade técnica, elevados custos e extenso tempo para sua execução e maturação. Nesse sentido, o planejamento técnico, financeiro e operacional é decisivo para que qualquer investimento seja realizado com eficiência e economicidade, notadamente quando se busca a responsabilidade ambiental e a integração tanto entre os diferentes modais de transportes quanto com as demais políticas públicas.

Seus programas finalísticos foram formulados segundo os modais de transportes, entre os quais se destacam os seguintes:

- *Gestão da Logística Hidroviária*, que cuida da gestão e ampliação da Hidrovia Tietê-Paraná e do Porto de São Sebastião, o qual deverá cumprir papel relevante na expansão das atividades portuárias em São Paulo, sem descuidar dos cuidados ambientais requeridos;

**GRÁFICO 32**  
**Extensão da Malha Rodoviária Pavimentada, por Jurisdição.**  
**São Paulo, 2013.**



Fonte: Departamento de Estradas de Rodagem – DER. Disponível em [www.der.sp.gov.br](http://www.der.sp.gov.br)

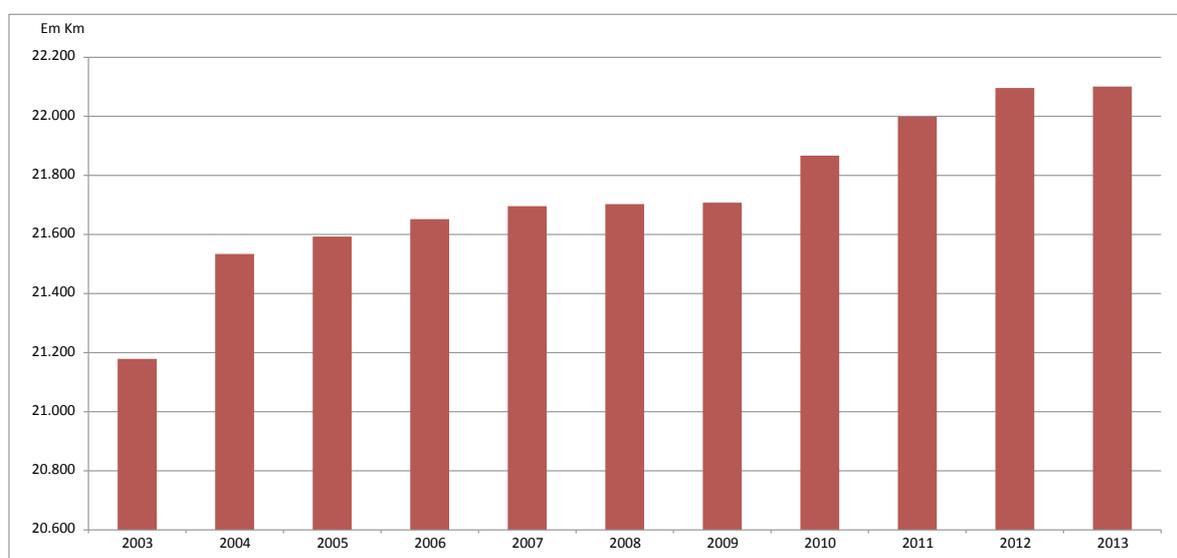
- *Gestão, Operação e Segurança de Rodovias*, que assegura o uso adequado das rodovias estaduais, proporcionando qualidade e segurança aos usuários;
  - *Adequação da Malha Rodoviária*, com o objetivo de manter e aprimorar a infraestrutura de transportes rodoviários, com segurança, economia e fluidez. O **Gráfico 33** mostra a extensão da malha rodoviária paulista, considerando apenas as geridas pelo Governo do Estado e as estradas vicinais. Mostra ainda os efeitos dos investimentos realizados nos últimos anos em sua ampliação. Entre as iniciativas deste Programa, destacadas no PPA 2016-2019, encontram-se as de recuperação e ampliação da capacidade das estradas vicinais e de rodovias estaduais, melhoria dos acessos à Hidrovia Tietê-Paraná e as melhorias da Nova Tamoios, importante conexão com o Porto de São Sebastião;
  - *Modernização da Infraestrutura Aeroportuária*, que objetiva aumentar a segurança dos 26 aeroportos administrados pelo Governo do Estado de São Paulo, mediante a execução de obras e serviços de melhoria, em parceria com o Governo Federal. O **Gráfico 34** mostra a importância crescente desses aeroportos na movimentação de passageiros, mas são também relevantes na movimentação de cargas (4,1 mil toneladas, em 2014);
  - *Transposição Rodoferroviária da Região Metropolitana de São Paulo*, que inclui as obras do Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas e as atividades necessárias a dar início às obras do Ferroanel. Tais investimentos são decisivos para conectar o interior do Estado de São Paulo e a Macrometrópole Paulista com os Portos de Santos e de São Sebastião e para melhorar a fluidez do tráfego das rodovias que convergem para o Município de São Paulo.
- Ainda no campo da infraestrutura, ressalte-se a importância da segurança energética e hídrica para o desenvolvimento econômico, sobretudo sob a égide da sustentabilidade ambiental. Sob este contexto, a Secretaria de Energia formulou o Programa *Gestão da Geração, Fornecimento e Utilização de Energia Elétrica*, que busca garantir a disponibilidade, continuidade, qualidade e agilidade de atendimento no fornecimento de energia elétrica à população do Estado de São Paulo.
- Além deles, a Secretaria de Energia formulou outros três Programas que buscam associar o desenvolvimento econômico com os requisitos da sustentabilidade. Dois deles – *Fortalecimento da Indústria de Produção Mineral Paulista* e *Programa Paulista de Petróleo e Gás Natural* – visam conciliar as vantagens econômicas e as possibilidades de expansão desses segmentos com os cuidados necessários à preservação ambiental. O terceiro – *Desenvolvimento de*

*Fontes de Energia Renovável no Estado* – busca incentivar o desenvolvimento das cadeias produtivas de várias fontes de energia, implicando não só a melhoria da matriz energética paulista como também novas oportunidades de negócios.

Como se vê, neste PPA são múltiplas as iniciativas e os recursos mobilizados com vistas a contribuir para que São Paulo mantenha sua economia voltada para a

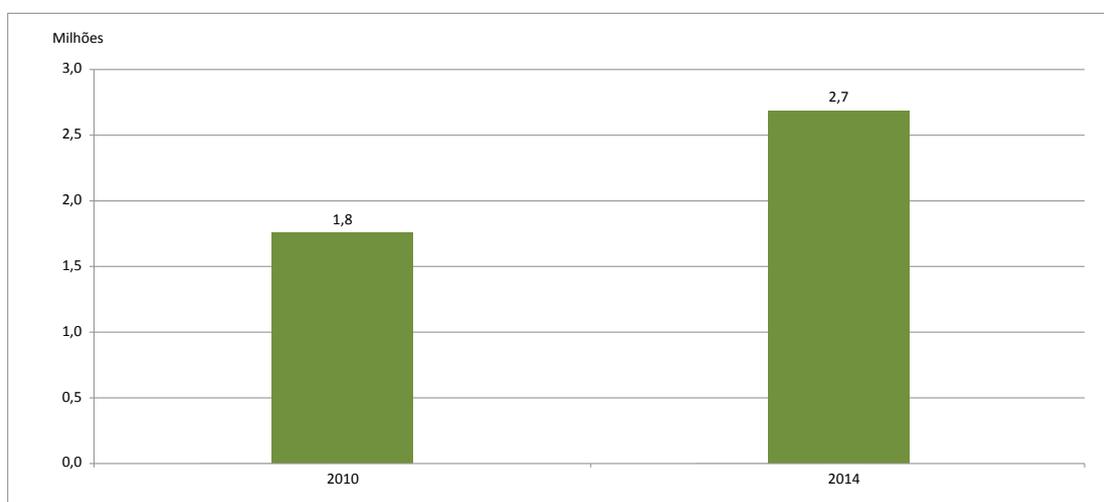
inovação tecnológica, o incremento da produtividade e a geração de empregos de boa qualidade. Decerto, ainda há outros elementos a serem considerados, como os relacionados à disponibilidade hídrica e energética e à preservação dos recursos naturais, mas como estão ainda mais associados a outros Objetivos Estratégicos, serão ali tratados com maior detalhe.

**GRÁFICO 33**  
**Extensão da Rede Rodoviária Estadual (inclusive Rodovias Concedidas)**  
**Estado de São Paulo, 2013**



Fonte: Departamento de Estradas de Rodagem. Disponível em [www.der.sp.gov.br](http://www.der.sp.gov.br).

**GRÁFICO 34**  
**Movimentação de passageiros em aeroportos geridos pelo Governo do Estado de São Paulo**  
**São Paulo, 2010-2014**



Fonte: Daesp.

## Objetivo Estratégico 9:

*Cidades integradas, conectadas, territorialmente ordenadas, com melhor acessibilidade a bens e serviços e desequilíbrios regionais reduzidos.*

Cidades integradas e com ordenamento territorial implicam rede urbana densa e capilarizada, com boa distribuição de bens e serviços públicos, favorecendo a competitividade econômica, a geração de oportunidades de desenvolvimento e a redução de desequilíbrios regionais. A integração e a articulação de ações entre os agentes no território colaboram para ampliar a coesão territorial e as vantagens competitivas, reconhecidamente robustas, das diversas porções do espaço paulista. Essas ações devem englobar a oferta de serviços de comunicação e de logística e transportes de qualidade, além da atuação articulada de agentes do setor público com o setor privado, para reduzir assimetrias sociais e regionais.

A evolução histórica das cidades no território paulista culminou na formação de densa e ampla rede urbana, caracterizada por relações econômicas e sociais complexas, que contemplam muitas potencialidades e desafios. As políticas públicas voltadas à integração e ao desenvolvimento territorial precisam promover essas potencialidades e reduzir os desequilíbrios regionais ainda existentes, ampliando as condições sociais e as oportunidades de desenvolvimento para as pessoas e as empresas que atuam no espaço paulista.

Nessas circunstâncias, a atuação do Governo Estadual é decisiva para reforçar as sinergias dessa rede de cidades, ampliando as potencialidades de cada uma delas e garantindo a mobilidade de seus residentes. Com cinco regiões metropolitanas, oito aglomerados urbanos e 11 centros regionais, os 645 municípios paulistas se interconectam por importante sistema de transportes, que, juntamente com o chamado proces-

so de interiorização do desenvolvimento econômico, deu substrato ao adensamento das interações espaciais e aos processos de articulação e integração funcional desses municípios<sup>22</sup>.

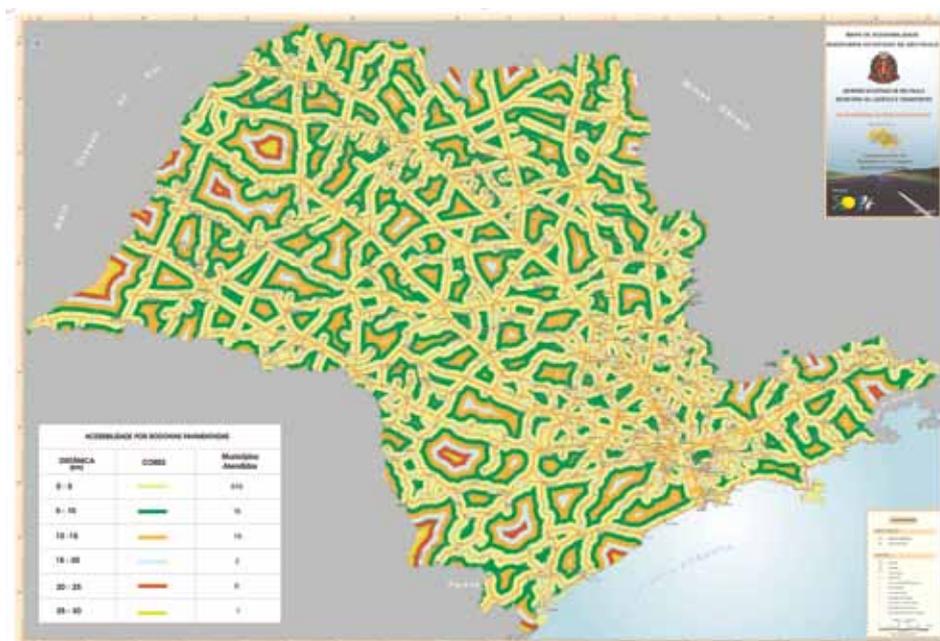
Um dos requisitos para a atuação governamental é dispor de informações detalhadas sobre esses territórios, notadamente as cartográficas, objeto do Programa *São Paulo: Território e Cartografia*, formulado pela Secretaria de Planejamento e Gestão para este PPA. Outro instrumento relevante para a atuação no território consiste na ação cooperativa com os municípios, o que, neste PPA, será reforçada pelo Programa *Desenvolvimento Regional Integrado*, da Casa Civil.

O sistema de transportes teve importante influência no surgimento das cidades, em seu desenvolvimento e em suas conexões com outros centros urbanos, culminando com a formação de uma rede urbana com as características comentadas, que confere ao Estado de São Paulo vantagens competitivas sem paralelo no País (tratadas na seção correspondente ao Objetivo Estratégico 8). Por essas razões, o Governo do Estado tem direcionado grandes esforços para a constante expansão e melhoria de sua rede de transportes e continuará a fazê-lo neste PPA.

A Secretaria de Logística e Transportes tem cumprido essa tarefa e, no atual PPA, propôs-se a fazê-lo lastreada no planejamento e na articulação de políticas públicas, que promovam a integração dos modais, tentando a eficiência logística e a competitividade do setor produtivo paulista, a segurança e a fluidez de seus usuários, adotando práticas e soluções ambientalmente sustentáveis (**Mapa 1**).

<sup>22</sup> Governo do Estado de São Paulo. *Estudo da Morfologia e da Hierarquia Funcional da Rede Urbana Paulista e Regionalização do Estado de São Paulo* – Relatório 8. São Paulo: Emplasa, 2010. Disponível em: [www.emplasa.sp.gov.br/emplasa/ProjetosEstudos/Relatorios/relatorios.html](http://www.emplasa.sp.gov.br/emplasa/ProjetosEstudos/Relatorios/relatorios.html).

**MAPA 1**  
**Acessibilidade aos Municípios**  
**Estado de São Paulo: 2015**



Fonte: Departamento de Estradas de Rodagem - DER, 2015.

Se as várias iniciativas da Secretaria de Logística e Transportes têm fortes conexões com a competitividade da economia paulista (Objetivo Estratégico 8), devem também ser valorizadas enquanto meios de integração regional e de conexão das pessoas e das empresas presentes em São Paulo aos fluxos de bens, serviços e conhecimento. Programas como *Adequação da Malha Rodoviária*; *Gestão, Operação e Segurança de Rodovias*; e *Travessias Litorâneas* são fundamentais para permitir a conexão das cidades paulistas entre si e com os diferentes polos de produção, distribuição e comercialização de bens. Mas também é por meio deles que as pessoas residentes em todo o território paulista podem se deslocar entre diferentes cidades, por motivo de trabalho, estudo e acesso a serviços, inclusive sociais. A intensificação desses movimentos pendulares, nos últimos anos, confere a tais Programas o papel de instrumento para a inclusão social e laboral de muitos dos residentes no território paulista.

De forma mais localizada, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento também contribui para aumentar a conectividade territorial, sobretudo por meio de seu Programa *Gestão das Agropolíticas Públicas*, que tem, entre suas iniciativas, a promoção de melhorias nas malhas viárias municipais e das condições de tráfego das estradas rurais.

Ainda que a existência de um sistema de transportes adequado contribua para a integração das cidades, a acessibilidade a bens e serviços e a redução de desequilíbrios regionais, várias outras iniciativas governamentais influenciam o avanço deste Objetivo Estratégico, mesmo não tendo vinculação nitidamente regional. Entre elas destacam-se as associadas à questão habitacional, uma vez que a localização das moradias e as condições de seu entorno, em termos de acesso às redes de transportes e infraestrutura urbana e a bens e serviços, inclusive públicos, são decisivos para as condições de vida de seus moradores, a ordenação do território e para o próprio planejamento governamental.

Nesse sentido, a promoção do atendimento a famílias de baixa renda, com oferta de soluções habitacionais de interesse social, deve levar em conta quatro dimensões: ação social inclusiva, para o atendimento às famílias de maior vulnerabilidade social; acesso a financiamento e subsídios compatíveis com a capacidade de pagamento das famílias; viabilização de imóvel urbano, com projetos de qualidade, infraestrutura e integrado à cidade; e garantia de solução de moradia, que propicie o uso e manutenção adequados nas condições de habitabilidade, acessibilidade, sociabilidade e qualidade urbana e ambiental.

Nesse campo, destaca-se a atuação da Secretaria da Habitação, mencionada com mais detalhes no Objetivo Estratégico 7. Neste PPA, formulou Programas para responder às necessidades de melhoria das condições de moradia e de inclusão social, como *Provisão de Moradias; Requalificação Habitacional e Urbana e Inclusão Social; e Urbanização de Favelas e Assentamentos Precários*.

Decerto, as políticas sociais, de caráter universal, como de Educação e Saúde, e mesmo a atuação no campo da Segurança Pública e na preservação ambiental, também têm impactos no desenvolvimento territorial, notadamente no que diz respeito ao acesso a direitos fundamentais de todos os residentes no território paulista. O mesmo se pode dizer da ação do Governo Estadual no âmbito do desenvolvimento econômico, na medida em que afeta as oportunidades de sua inserção produtiva e progresso econômico e social. Tais eixos de atuação governamental, no entanto, estão tratados em vários dos Objetivos Estratégicos que orientaram a formulação deste PPA, com os quais guardam vinculação mais estreita.

No contexto deste Objetivo Estratégico, cumpre ressaltar que, ao longo das últimas décadas, configurou-se uma nova escala de metropolização, sem paralelo no País. Estruturou-se, num espaço formado por Regiões Metropolitanas, Aglomerados Urbanos e um conjunto de centros urbanos médios, um amplo território marcado por intensa articulação e integração funcional, polarizada pelo Município de São Paulo: a Macrometrópole Paulista (**Mapa 2**).

A Macrometrópole Paulista é o mais amplo e complexo sistema urbano do País, que vem sendo moldada nas últimas duas décadas a partir das dinâmicas demográfica, econômica e urbana, concentradas na porção leste do Estado de São Paulo. Seu sistema urbano abrange 172 municípios situados nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Campinas, Baixada Santista, Vale do Paraíba e Litoral Norte, e Sorocaba, e as Aglomerações Urbanas não metropolitanas de Jundiá e Piracicaba, além da Microrregião da Bragançina. Em 2010, essa região concentrava 73,3% do total da população, 82,7% do Produto Interno Bruto (PIB) paulista e 27,7% do PIB brasileiro, além de abrigar cerca de 50% da área urbanizada do Estado de São Paulo.

**MAPA 2**  
**Configuração da Macrometrópole Paulista**



Fonte: Emplasa.

As principais atividades econômicas do País localizam-se nessa região: as indústrias de alta tecnologia, o comércio e os serviços mais complexos e sofisticados, a agroindústria e a agricultura mais produtiva, como também importantes instituições de pesquisa e de ensino superior e a mais complexa rede de atendimento à saúde e de produção cultural. Apesar de seu dinamismo e riqueza, esse território ainda apresenta significativa heterogeneidade estrutural, com potencialidades diferenciadas de desenvolvimentos econômico, social e urbano. Parcela importante do território é desprovida de condições de atração de investimentos produtivos, enquanto boa parte da população ainda vive em precárias condições de moradia – ocupando áreas de risco ou de preservação ambiental, ou habitando regiões com oferta deficiente de serviços públicos e de infraestruturas urbana e social.

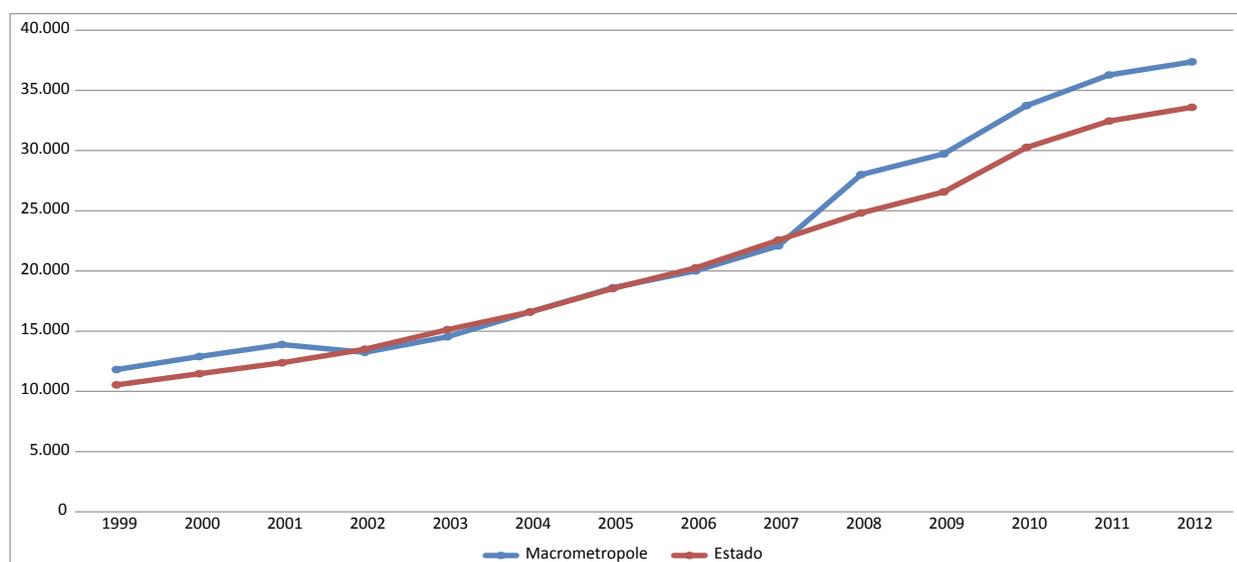
O PIB *per capita* da Macrometrópole tem evoluído positivamente e, a partir de 2007, ultrapassou o PIB *per capita* do Estado (**Gráfico 35**). Juntamente com esse dinamismo, observa-se gradual redução da variabilidade da renda *per capita* entre os municípios que compõem a Macrometrópole, principalmente após 2003 (**Gráfico 36**). Esses movimentos indicam que o dinamismo econômico dentro da Macrometrópole tem se espalhado, mas a aproximação entre os municípios de menor renda com os de

maior renda tem ocorrido lentamente. De fato, em 2012, de seus 172 municípios, 145 apresentavam PIB *per capita* abaixo da média da Macrometrópole.

Assim, o papel das políticas públicas para o território da Macrometrópole requer atenção especial quanto aos atributos positivos desse espaço, que implicam vantagens locais às empresas e às pessoas, como também atenção para as dificuldades de manter uma rede de serviços e de infraestrutura capaz de equacionar os problemas advindos de sua própria dinâmica urbana, econômica e social. Ressalte-se, ademais, que este grande território mantém estreitas ligações com as demais regiões do Estado de São Paulo, seja como ofertante de bens e serviços nele localizados, seja como destino – final ou intermediário – de sua produção. Desse modo, os impactos do desenvolvimento da Macrometrópole afetam o conjunto do Estado de São Paulo, cuja rede urbana, como se afirmou anteriormente, é a mais densa e equilibrada do País e o principal meio de transmissão desses impactos.

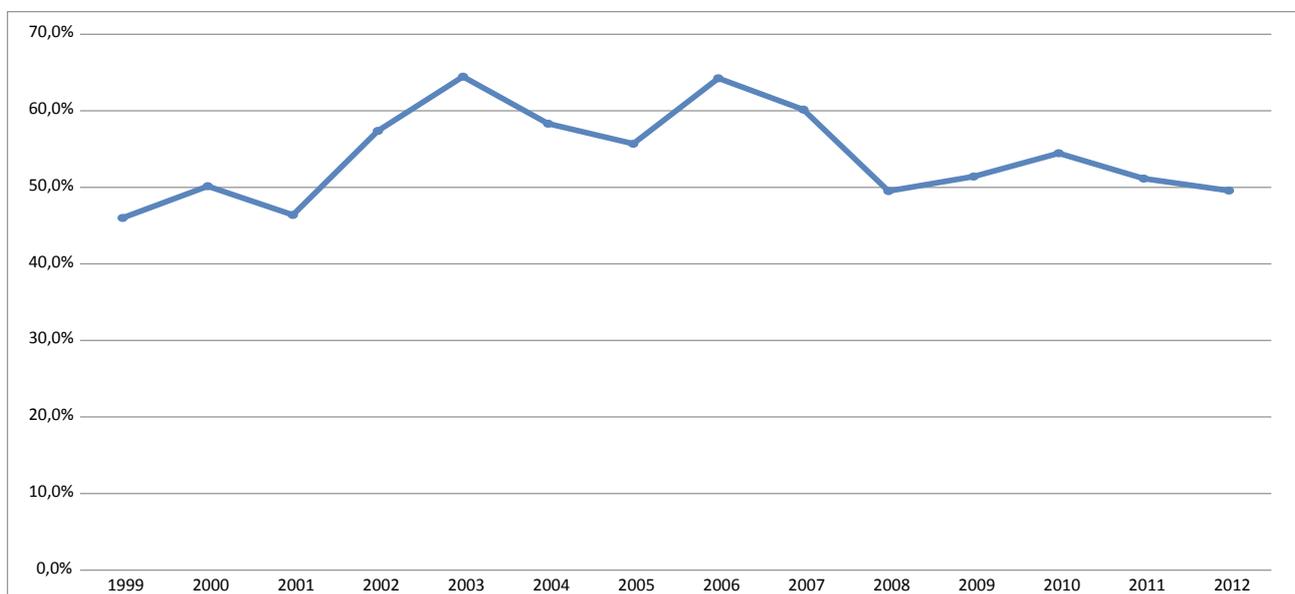
Por essas razões, neste PPA, a Casa Civil formulou o Programa *Planejamento e Articulação para o Desenvolvimento Sustentável da Macrometrópole*, que pretende operar na definição de estratégias conjuntas de intervenção e na formulação e desenvolvimento das políticas públicas regionais dentro do território da Macrometrópole Paulista. Fundamenta-se na intersectorialidade das políti-

**GRÁFICO 35**  
Evolução do PIB *per capita* (R\$ correntes)  
São Paulo e Macrometrópole Paulista, 1999-2012



Fonte: Fundação Seade.

**GRÁFICO 36**  
**Coefficiente de variação do PIB *per capita***  
**Municípios da Macrometrópole Paulista, 1999-2012**



**Fonte:** Fundação Seade.

**Nota:** O coeficiente de variação é calculado pela razão entre o desvio-padrão do PIB *per capita* dos municípios e o PIB *per capita* médio da Macrometrópole. Ele mede a variabilidade da renda *per capita* dentro da Macrometrópole.

cas públicas e no planejamento dos investimentos destinados a esse território. Complementarmente, propôs o Programa Fomento ao Desenvolvimento Sustentável da Macrometrópole Paulista, que buscará viabilizar projetos e ações de abrangência regional e metropolitana, a fim de garantir o desenvolvimento socioeconômico e a redução das desigualdades sociais.

Evidentemente, alguns programas deste PPA têm impactos especialmente importantes na Macrometrópole. Os mais evidentes são os formulados pela Secretaria de Transportes Metropolitanos, que continuará atuando no aprimoramento da infraestrutura de mobilidade urbana para ampliar e melhorar os serviços de transportes, estimulando a conectividade das pessoas e dos negócios. Para isso, formulou os seguintes Programas neste PPA (também mencionados no Objetivo Estratégico 8): *Planejamento, Gestão Estratégica e Modernização do Transporte Metropolitano – PITU Vivo*; *Expansão e Gestão do Transporte de Baixa e Média Capacidade – PITU em Marcha*; *Expansão,*

*Modernização e Operação do Transporte sobre Trilhos – PITU em Marcha*; e *Expansão, Modernização e Operação do Transporte Metroviário – PITU em Marcha*.

No contexto mais amplo da infraestrutura de transporte, a Secretaria de Logística e Transportes continuará direcionada para promover a fluidez do transporte de pessoas e do escoamento da produção, mas merece especial menção o Programa *Transposição Rodoferroviária da Região Metropolitana de São Paulo*, fundamental para o desenvolvimento da Macrometrópole Paulista.

O caráter estratégico da Macrometrópole e a complexidade de temas que concorrem para seu desenvolvimento exigem uma visão integrada da região e a coordenação das políticas e ações que a atingem, tanto mais por poderem ser de iniciativa de diferentes entes federados. Por essa razão, a Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa) formulou o *Plano de Ação da Macrometrópole – PAM*,<sup>23</sup> cujas diretrizes estão organizadas em três eixos: conectividade territorial e competitividade econômica; coesão terri-

<sup>23</sup> Emplasa. *Plano de Ação da Macrometrópole Paulista 2013-2040: Política de Desenvolvimento da Macrometrópole* (Volume 1). São Paulo: Emplasa, 2015.

torial e urbanização inclusiva; e governança metropolitana. Como se vê, esses eixos são bastante coerentes com as diretrizes governamentais que orientaram a elaboração do PPA. Muitos dos programas nele contidos abarcam os projetos contemplados no PAM, cuja implementação certamente contribuirá para este Objetivo Estratégico.

Este PPA apresenta amplas e importantes iniciativas orientadas para a integração e conexão da rede de cida-

des com coesão social e redução dos desequilíbrios regionais. Com certeza, as iniciativas aqui apresentadas não esgotam todo o rol de ações governamentais que concorrem para o presente objetivo estratégico, como as iniciativas voltadas para a inovação competitiva, segurança e desenvolvimento com sustentabilidade ambiental. No entanto, essas tantas iniciativas são tratadas nos outros objetivos estratégicos deste PPA.

## Objetivo Estratégico 10:

*Sociedade resiliente às mudanças climáticas, com disponibilidade de água para as gerações presente e futuras.*

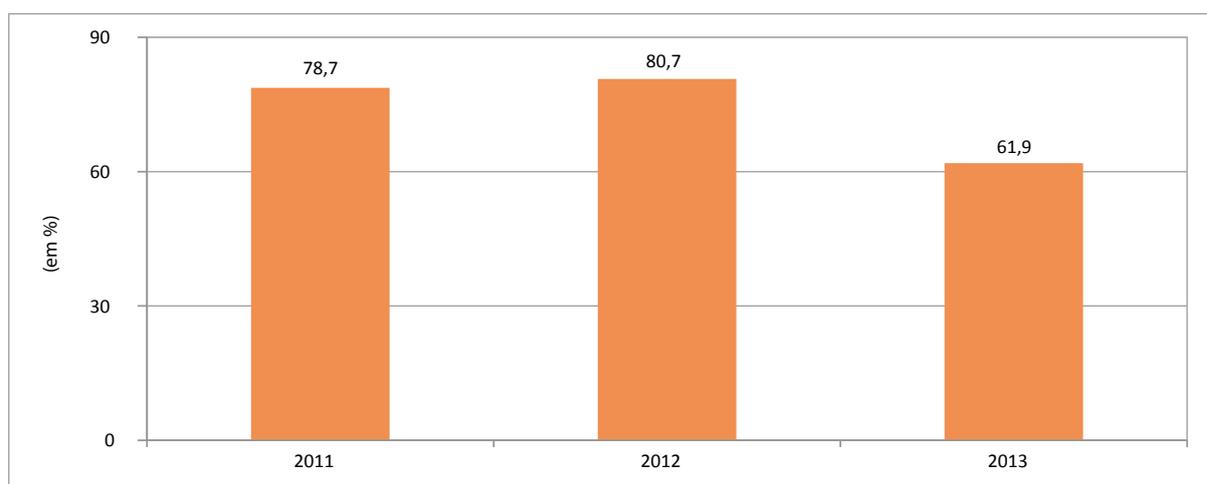
Sociedade resiliente a mudanças climáticas é aquela capaz de absorver e responder aos choques provocados por tais mudanças, adequar-se a eles ou mesmo deles tirar benefícios, por adaptação ou reorganização.<sup>24</sup> As mudanças climáticas compõem um fenômeno planetário, que se reflete no aquecimento global e no aumento da frequência de eventos extremos, como secas e chuvas intensas, com impactos sociais e econômicos expressivos.

As projeções do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC) indicam tendência de aumento de temperatura e de extremos de calor para o Sudeste do Brasil nas próximas décadas, como também maior frequência

de chuvas intensas. Com isso, aumentam os riscos de escassez hídrica e de desastres naturais, principalmente em áreas de aglomeração urbana desordenada.

O Estado de São Paulo tem sofrido diferentes efeitos das alterações do clima, notadamente no que diz respeito a seu regime de chuvas: longos períodos de estiagem entremeados por chuvas intensas afetaram a disponibilidade hídrica de determinadas regiões (**Gráfico 37**) e provocaram eventos adversos em outras (**Gráfico 38**). No entanto, seus esforços na preservação do meio ambiente, não só no âmbito governamental, mas no de toda a sociedade, são conhecidos e têm contribuído para vários avanços nesse campo.

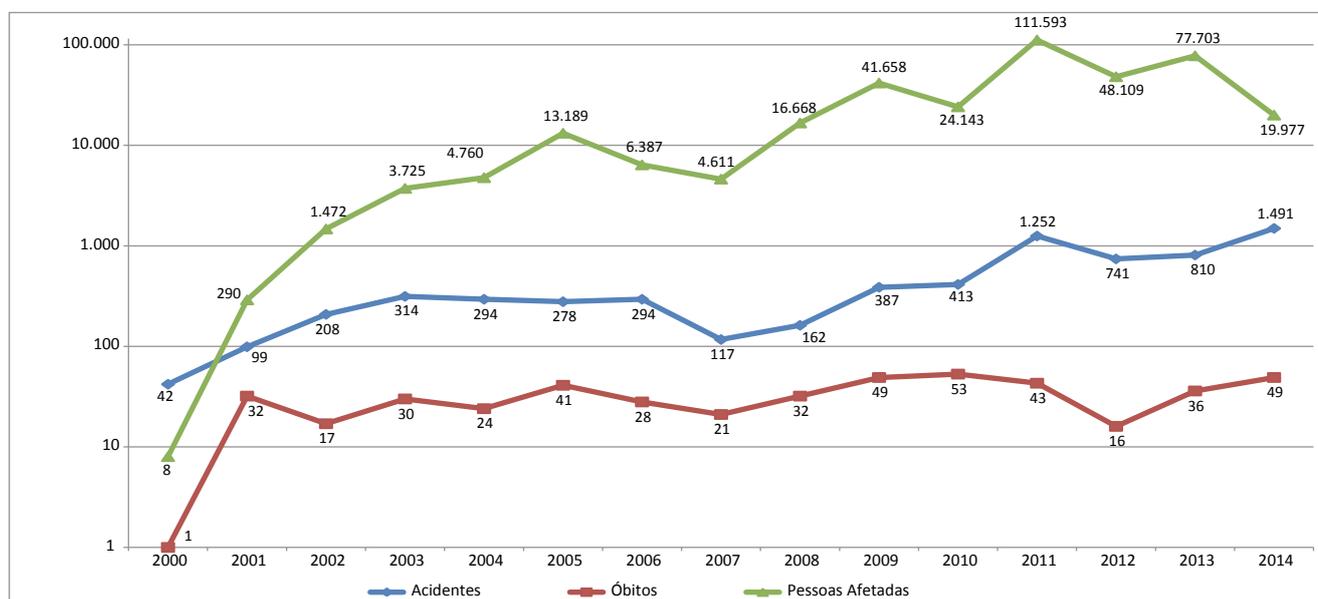
**GRÁFICO 37**  
**Balanço Hídrico da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê**  
**Disponibilidade hídrica / demanda outorgada ( $Q_{\text{médio}}$ )**  
**2011-2013**



Fonte: Secretaria do Meio Ambiente, Relatório da Qualidade Ambiental 2013, 2014, 2015.

24 Veiga, J.E. "Indicadores de Sustentabilidade". *Estudos Avançados* 24 (68): 39-52. São Paulo: IEA/USP, 2010.

**GRÁFICO 38**  
**Número de acidentes e danos decorrentes de desastres**  
**São Paulo, 2000 a 2011.**



Fonte: Casa Militar/Cedec (2014) e SMA/IG (2015a), elaborado por SMA/CPLA (2015).

Nota: Adotou-se escala logarítmica para facilitar a visão dos eventos no mesmo gráfico.

Neste PPA, vários programas cuidam do tema, com o objetivo de, não só superar ameaças conjunturais, mas também para buscar um convívio harmônico entre as dimensões econômicas – rurais e urbanas – do desenvolvimento com sua dimensão socioambiental. A formulação deste PPA, já se mencionou, busca alinhar os programas governamentais em torno de um desenvolvimento inclusivo e ambientalmente sustentável. Decerto, um ambiente só é sustentável se for resiliente, isto é, capaz de responder com prontidão e efetividade a ameaças à sua sustentabilidade, seja minimizando seus efeitos, como buscando formas alternativas de organização para evitá-los, e, ainda, prevenindo-se contra novas adversidades.

A minimização de efeitos de eventos adversos passa pela manutenção do padrão de excelência no atendimento a solicitações de socorro, a fim de garantir tranquilidade, salubridade e segurança da sociedade, que é o objetivo do Programa São Paulo – Estado Resiliente proposto, neste PPA, pela Secretaria de Governo e já mencionado na seção referente ao Objetivo Estratégico 4. As atividades nele previstas, no entanto, vão além do atendimento a tais solicitações, uma vez que a excelência que se pretende manter depende de outras iniciativas previstas no Programa. Entre elas, destaquem-se as de capacitação

de equipes; atendimento adequado a eventuais vítimas e reconstrução dos cenários submetidos a esses eventos; além de medidas preventivas, tanto para conscientizar a população dos riscos ambientais e difundir a cultura da resiliência quanto para apoiar e capacitar as prefeituras nas ações de defesa civil.

A Secretaria do Meio Ambiente também atua fortemente no campo da prevenção a eventos adversos e na mitigação de seus efeitos e continuará a fazê-lo, neste PPA, por meio de Programas como:

- *Conservação Ambiental e Restauração Ecológica*, cujo intento é promover a restauração ecológica de ambientes naturais, com esforço e aprimoramento das áreas de pesquisa e fiscalização; e
- *Cidadania Ambiental e Melhoria da Qualidade de Vida*, por meio do qual perseguirá o planejamento e a formulação e execução de projetos voltados ao exercício da cidadania ambiental e à melhoria da qualidade de vida no Estado de São Paulo.

Além destes Programas – associados a uma visão mais abrangente da questão ambiental –, a Secretaria do Meio Ambiente formulou outros, mais relacionados com as mudanças climáticas e seus efeitos:

- *Redução da Vulnerabilidade Ambiental e Mudanças Climáticas*, que busca reduzir as vulnerabilidades ambientais do Estado de São Paulo, por meio da proteção e recuperação dos mananciais e dos recursos hídricos, da redução de riscos de desastres, da mitigação das emissões atmosféricas e do planejamento ambiental e territorial; e
- em parceria com a Secretaria da Habitação, o Programa *Habitação Sustentável e Recuperação Ambiental na Serra do Mar e Litoral Paulista*. Entre suas iniciativas, destaque-se o projeto *Recuperação Socioambiental da Serra do Mar*, pelo qual o Governo Estadual atuará em conjunto com os municípios que compartilham essa área na recuperação do Parque Estadual da Serra do Mar e dos Mosaicos da Mata Atlântica. Tais áreas vinham sendo alvo de ocupações inadequadas e sujeitas a riscos ambientais. Para minimizar esse problema, o Programa prevê a remoção e o reassentamento de famílias residentes em áreas de risco e a recuperação social e ambiental dos núcleos passíveis de consolidação. Outra iniciativa corresponde ao projeto *Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista*, que visa superar situações inadequadas de moradia, prevenir o surgimento de novos núcleos precários e prover alternativas de moradia para a demanda futura de interesse social no Litoral do Estado.

A Secretaria da Habitação, também em parceria, desta feita com a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, ainda colabora para a ampliação da resiliência do Estado de São Paulo diante dos efeitos das mudanças climáticas, por meio do Programa *Saneamento Ambiental em Mananciais de Interesse Regional*. Dirige-se a locais sujeitos a situações de risco, com fragilidade ambiental e submetidos à pressão antrópica e envolve projetos como *Mananciais do Alto Tietê*, que atua na remoção e no reassentamento habitacional de famílias residentes no entorno das represas Billings e Guarapiranga, impedindo o comprometimento do abastecimento de água na Região Metropolitana de São Paulo, além de apoiar os municípios em projetos de urbanização de favelas e reassentamento habitacional; e *Recuperação e Conservação dos Mananciais do Alto Tietê*, que integra ações das três

esferas de governo para reduzir o impacto da poluição nos mananciais do Alto Tietê, recuperando a qualidade das águas e melhorando a qualidade de vida da população residente no seu entorno.

Ao lado dos programas dessas Secretarias, outras também atuam junto a seus respectivos públicos-alvo, para difundir e incentivar o uso de técnicas e procedimentos ambientalmente responsáveis e combater práticas produtivas inadequadas. Mencione-se o Programa *Inovação e Tecnologia para Políticas Públicas, Órgãos Governamentais e Empresas* proposto pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, o qual, entre os serviços que oferecerá, encontram-se vários associados a questões ambientais, em especial no desenvolvimento de soluções tecnológicas que evitem ou minimizem problemas relacionados ao meio ambiente.

Um dos programas formulados pela Secretaria de Energia, neste PPA, também contribui para a maior resiliência do Estado de São Paulo: o *Programa Paulista de Petróleo e Gás Natural*. Além de ter entre seus objetivos minimizar os impactos socioambientais que podem ser gerados pelo desenvolvimento das atividades de exploração de petróleo e gás, também buscará promover o uso eficiente e racional desses recursos e seus derivados, o que também contribuirá para este Objetivo Estratégico.

As alterações climáticas também têm levado à intensificação das chuvas e ao conseqüente aumento da frequência de enchentes e inundações, sobretudo nas regiões metropolitanas. O aumento populacional, a produção industrial, o uso e ocupação do solo também exigem aumento de capacidade de vazão e de retenção dos corpos d'água, bem como promoção e a execução do saneamento básico. O Programa *Infraestrutura Hídrica, Combate a Enchentes e Saneamento*, da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, visa ampliar a capacidade de mitigação das enchentes, especialmente em áreas metropolitanas, prevenir riscos de afogamentos, contaminação hídrica, veiculação de doenças (leptospirose, cólera), de interrupção de atividades econômicas nas áreas atingidas e de transtornos na mobilidade urbana.

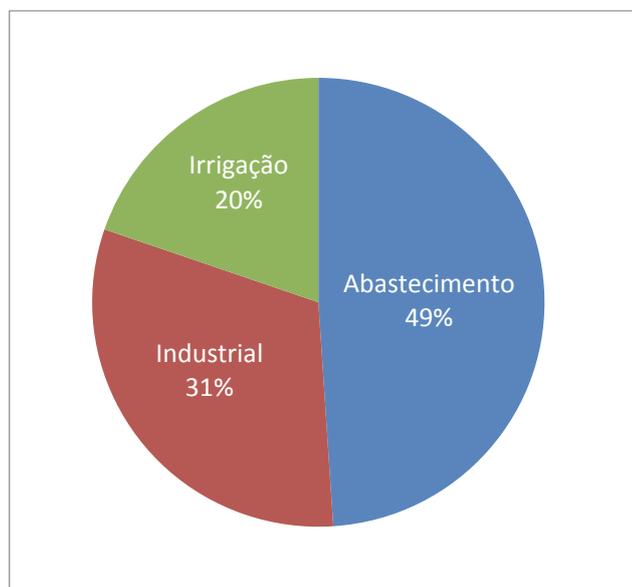
A Macrometrópole Paulista<sup>25</sup>, pelas vantagens locais que reúne, como na infraestrutura e na dis-

25 A Macrometrópole Paulista está caracterizada na seção correspondente ao Objetivo Estratégico 9.

ponibilidade de mão de obra qualificada, é um dos principais polos brasileiros de crescimento e de atração de investimentos. Manter e ampliar tais vantagens e sustentar o desenvolvimento socioeconômico da região é uma questão estratégica que ultrapassa as fronteiras do Estado de São Paulo e envolve o interesse de todo o País. Em face dessa importância, o Governo do Estadual elaborou, em 2013, o Plano Diretor de Aproveitamento de Recursos Hídricos para a Macrometrópole Paulista<sup>26</sup>, que demonstra a necessidade de novas fontes de suprimento hídrico e de aumento da capacidade de armazenamento de água bruta, ao lado de medidas de racionalização da demanda, como o controle de perdas nos sistemas de abastecimento de água, a promoção do uso racional da água e o desenvolvimento das tecnologias de reúso de água. A composição da demanda hídrica dessa região, por tipo de uso, em 2008, pode ser vista no **Gráfico 39**.

**GRÁFICO 39**

**Distribuição da demanda por água segundo o tipo de uso Macrometrópole Paulista, 2008**



**Fonte:** DAEE/SSRH – Plano Diretor de Aproveitamento de Recursos Hídricos para a Macrometrópole Paulista.

Com a escassez hídrica que se acentuou em 2014 e atingiu sobremaneira a Macrometrópole Paulista, várias

iniciativas propostas naquele Plano estão em implementação e foram incorporadas nos programas deste PPA formulados pela Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, entre os quais se destacam:

– *Saneamento Ambiental em Mananciais de Interesse Regional*, citado acima, que inclui outras intervenções para a melhoria da qualidade e quantidade das águas dos mananciais da Região Metropolitana de São Paulo;

– *Infraestrutura hídrica, combate a enchentes e saneamento*, também citado acima, que além das iniciativas relacionadas à prevenção e controle de enchentes e mitigação de seus efeitos, responderá pela ampliação da disponibilidade hídrica para o abastecimento da população da Macrometrópole, por meio das seguintes iniciativas:

- Barragens de Duas Pontes e Pedreira - sistema produtor dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ);
- Sistema Adutor Regional para Bacias PCJ, que captará a água do reservatório formado pela barragem de Pedreira e efetuará a distribuição direta aos seguintes municípios: Jundiá, Campo Limpo Paulista, Várzea Paulista, Valinhos, Itatiba, Vinhedo, Louveira, Campinas, Indaiatuba, Itupeva, Sumaré, Monte Mor, Hortolândia e Nova Odessa;
- Adutora emergencial do rio Jaguari ao Rio Atibaia, para reforço da captação de Campinas (Bacias PCJ); e
- Perfuração de poços no aquífero Guarani e adução para região noroeste da bacia do rio Piracicaba;

– *Combate a Enchentes e Saneamento*, também citado acima, que além das iniciativas relacionadas à prevenção e o controle de enchentes e à mitigação de seus efeitos, responderá pela ampliação da disponibilidade hídrica para o abastecimento da população da Macrometrópole;

<sup>26</sup> Governo do Estado de São Paulo. *Plano Diretor de Aproveitamento de Recursos Hídricos para a Macrometrópole Paulista*. São Paulo: Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, 2013.

- *Planejamento e Administração dos Recursos Hídricos*, cujo objetivo é assegurar o controle e o uso sustentável da água, com padrões de qualidade satisfatórios; e
- *Universalização do Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário*, que tem o objetivo de atender às populações na área de atuação da Sabesp, com abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, proporcionando a melhoria das condições sanitárias e da qualidade do meio ambiente. Neste Programa, estão previstas as seguintes iniciativas:
  - Interligação do Braço do Rio Pequeno com o Reservatório Rio Grande, na Represa Billings;
  - Estação Produtora de Água de Reuso (EPAR), para reforço do sistema produtor Guarapiranga;
  - EPAR, para reforço do sistema produtor Baixo Cotia;
  - EPAR Barueri – Baixo Cotia, para aumentar a disponibilidade hídrica do sistema produtor Baixo Cotia;
- Interligação do reservatório Jaguari (Bacia do Paraíba do Sul) ao reservatório Atibaína (Sistema Cantareira), beneficiando 25 milhões de pessoas na Região Metropolitana de São Paulo e nos municípios das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá e aumentando a segurança hídrica das respectivas bacias hidrográficas.

Esse conjunto de iniciativas, certamente ampliará a segurança hídrica da Macrometrópole Paulista que, associadas aos demais programas mencionados nesta seção, tornarão o Estado de São Paulo mais equipado para absorver e responder aos choques provocados pelas mudanças climáticas. De fato, à medida que esses programas atinjam seus resultados, melhorará a situação ambiental do Estado de São Paulo, haverá menos famílias residindo em áreas e condições inadequadas e será maior e mais segura a disponibilidade hídrica. Em outros termos, é possível que, ao superar as dificuldades provocadas pelas mudanças climáticas, o Estado de São Paulo venha a retirar benefícios duradouros e que atinjam a todos os cidadãos.

## Objetivo Estratégico 11:

*Gestão Pública inovadora, eficiente e comprometida com o planejamento e a execução dos programas e serviços públicos de qualidade.*

O Governo tem o firme propósito de trabalhar para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Para tanto, neste PPA, dedica os dez objetivos estratégicos anteriormente detalhados, os quais considera de extrema relevância para avançar em direção ao desenvolvimento desejado para o Estado de São Paulo. Contudo, só é possível aprimorar as políticas públicas e realizar programas e serviços públicos de qualidade por meio de uma Gestão Pública inovadora, eficiente e à altura das expectativas e demandas dos cidadãos. Este é o foco do 11º Objetivo Estratégico deste PPA, objeto da presente seção.

Com tal finalidade, vários programas e iniciativas, conduzidos por diferentes órgãos e entidades da administração estadual, serão contemplados neste PPA. Entre eles, destaca-se a própria reformulação do Plano, que passou a ser orientado por resultados, o que fortalecerá todos os seus programas e ações. Essa reformulação decorre da própria inovação metodológica introduzida no Plano, que consiste em aplicar os princípios do método do Orçamento por Resultados (OpR) ao PPA. Essa nova lógica visa padronizar sua estrutura programática e qualificar as informações necessárias à gestão e ao monitoramento governamental.

Outra novidade decorrente da introdução dessa metodologia reflete-se na abrangência do monitoramento: ele será realizado tanto no nível estratégico, acompanhando a evolução dos indicadores associados aos Objetivos Estratégicos – que procuram refletir o impacto na sociedade das ações governamentais –, quanto no nível operacional, por meio da evolução dos indicadores próprios dos programas e dos produtos gerados por suas respectivas ações. Serão monitorados os programas finalísticos e os de melhoria de gestão de políticas públicas, uma vez que o sucesso dos primeiros está intimamente relacionado ao bom desempenho dos últimos. Para tanto, este PPA passará a dispor de

um indicador de desempenho desses programas, capaz de estimar em que medida seus objetivos estão sendo alcançados. Este tipo de indicador é fundamental para subsidiar sua avaliação, pois o simples fato de um programa entregar os produtos que prevê não garante o alcance de seus objetivos.

Sob a nova metodologia do Orçamento por Resultados que orienta o Plano Plurianual, os Programas *Fortalecimento do Sistema Estadual de Planejamento e Orçamento*, *Fortalecimento da Gestão para Resultados* e *Gestão de Pessoas* foram concebidos pela Secretaria de Planejamento e Gestão para incentivar a inovação e aumentar a capacidade de realização e de aprimoramento de programas e ações.

Para cumprir suas funções de garantir direitos e oferecer serviços públicos de qualidade, são compromissos do Governo Estadual o fortalecimento da qualidade da gestão fiscal, a ampliação da capacidade de financiamento das políticas públicas e a racionalização do gasto público, em prol do equilíbrio e da sustentabilidade fiscal. A responsabilidade fiscal é um condicionante fundamental, pois sua garantia possibilita maior segurança e previsibilidade ao desenvolvimento econômico e social do Estado de São Paulo, no curto e no longo prazos.

Tais compromissos assumem nova dimensão diante das adversidades econômicas projetadas para o período de vigência do PPA. Para mitigar os efeitos dessas adversidades e garantir a regularidade da atuação governamental, a Secretaria da Fazenda formulou iniciativas importantes neste Plano. O Programa *Gestão Fiscal e Tributária* promoverá ações para assegurar o fluxo de receita tributária compatível com as necessidades orçamentárias do Estado, ao mesmo tempo em que desenvolverá iniciativas para melhorar a eficiência, a eficácia e a transparência na gestão dos recursos pú-

blicos, no âmbito do *Programa de Apoio à Gestão dos Fiscos* (Profisco/SP).

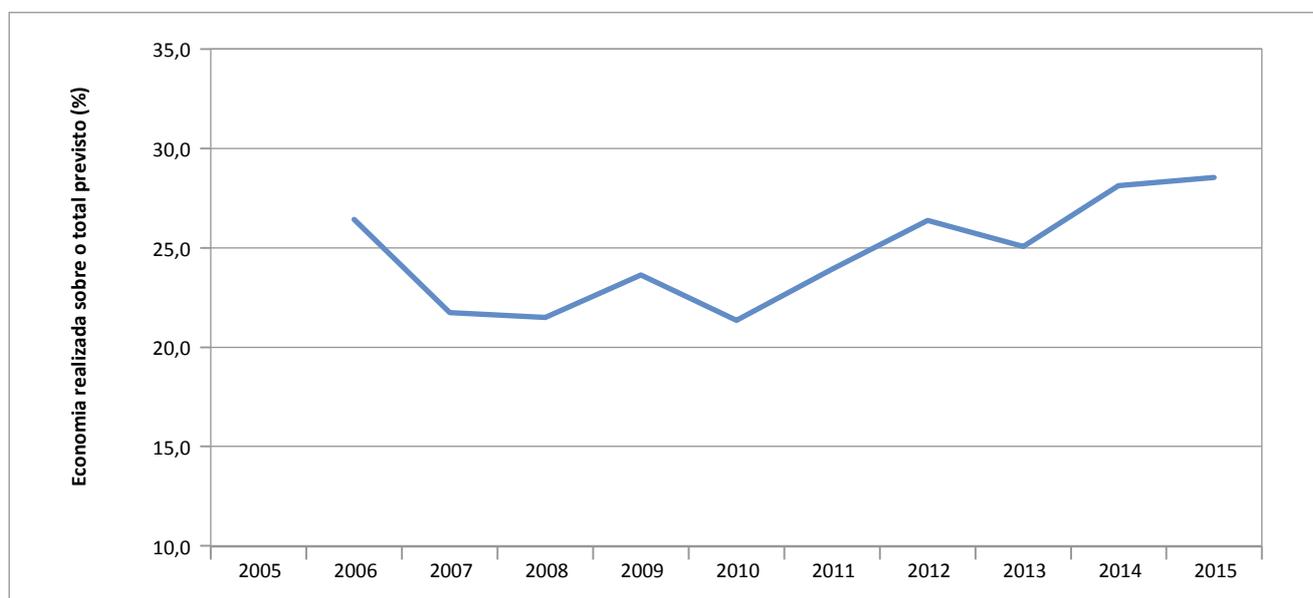
A busca pela melhoria constante das políticas públicas e da prestação de serviços passa por aprimorar a agilidade e a cordialidade no atendimento ao cidadão, intensificar a transparência e a racionalização dos processos e otimizar o uso dos recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros. Nesse aspecto, destacam-se iniciativas como o Portal Via Rápida Empresa e a Bolsa Eletrônica de Compras.

O Programa *Via Rápida Empresa*, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, oferece um conjunto de serviços integrados, disponibilizados em meio eletrônico, visando desburocratizar os processos de abertura e legalização, alteração e baixa de empresas, de forma a interferir e melhorar as condições do ambiente de concorrência empresarial na economia paulista.

A Bolsa Eletrônica de Compras (Sistema BEC/SP), no âmbito Programa *Gestão Fiscal e Tributária* da Secretaria da Fazenda, viabiliza a negociação de preço de bens e serviços a serem adquiridos pela Administração Pública, por meio de procedimentos eletrônicos que garantem ampla competitividade e igualdade de condições de participação a todos os usuários. O Sistema BEC/SP tornou-se um instrumento gerador de economias relevantes para o Estado de São Paulo, como mostra o **Gráfico 40**. O percentual de economia obtido nas aquisições governamentais perante os valores de referência tem se elevado nos últimos anos e se aproxima de 30%. Além de tamanha economia, o sistema ainda tem conferido maior credibilidade à Administração Pública junto a seus fornecedores, pois garante maior agilidade e pontualidade dos pagamentos, uma vez atendidas as condições de recebimento do bem ou do serviço prestado.

#### GRÁFICO 40

**Percentual de Economia realizada com as negociações de preços de bens e serviços adquiridos pela Administração Pública Estadual via Sistema BEC/SP (média móvel bianual)  
Estado de São Paulo, 2005-2015**

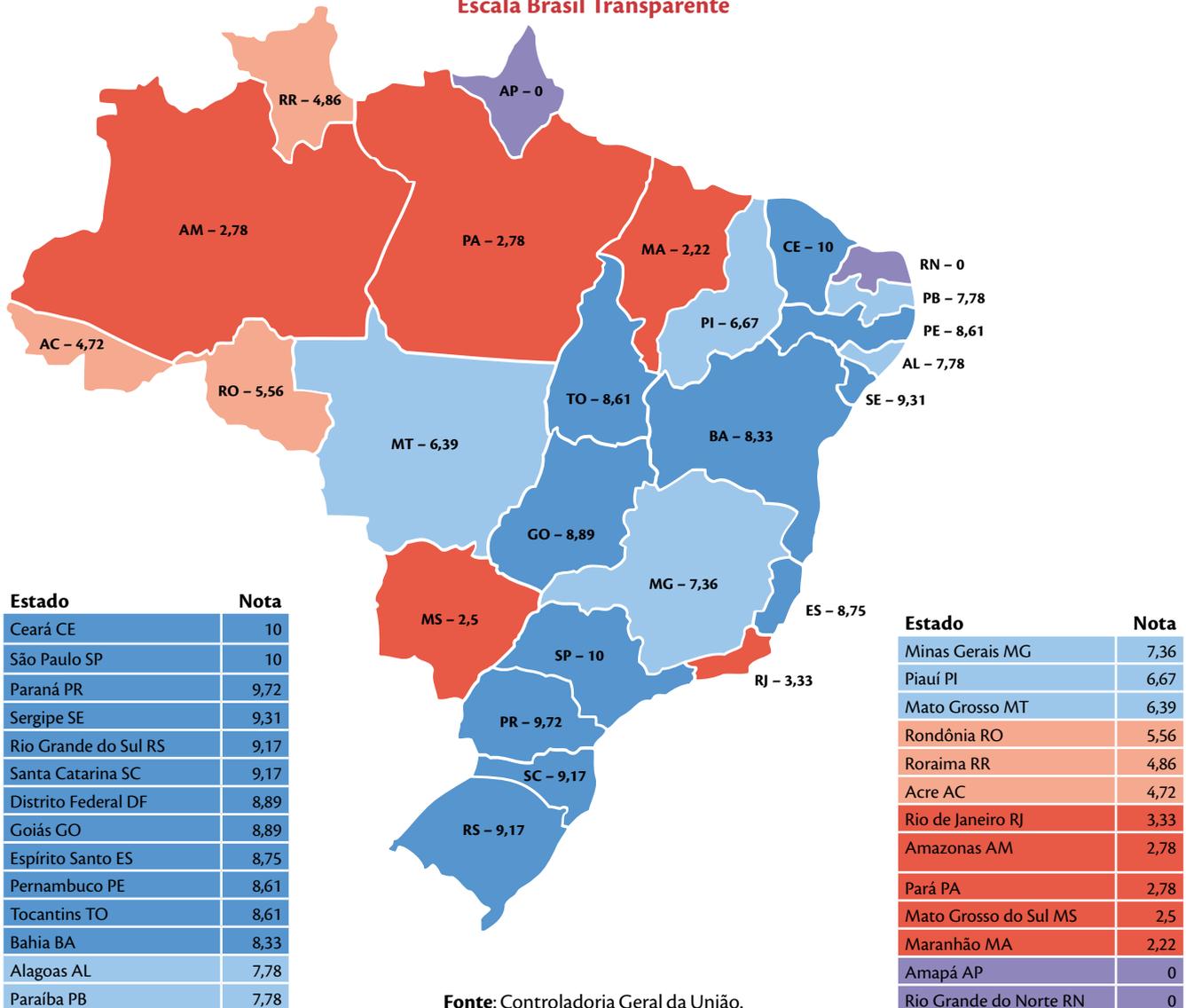


Fonte: Secretaria da Fazenda.

Uma Gestão Pública comprometida com os cidadãos busca, permanentemente, facilitar e melhorar o relacionamento entre Governo e sociedade e o principal meio para fazê-lo é o fortalecimento de seus canais de comunicação. Seja para dar transparência às ações governamentais, como para ouvir os anseios dos cidadãos ou, ainda, para submeter a atuação dos órgãos e entidades públicos à avaliação social, a troca de informações entre Governo e sociedade é central para o aprimoramento da Gestão Pública. Para o Governo Estadual, a transparência é princípio fundamental em seu relacionamento com a sociedade civil. Não por acaso, o Estado de São Paulo obteve nota máxima na denominada Escala Brasil Transparente, instrumento de avaliação elaborado pela Controladoria Geral da União, com base na Lei de Acesso à Informação (**Figura 7**).

Este PPA também contempla Programas que perseguem esses objetivos, como é o caso do denominado *Promoção da Transparência e dos Instrumentos de Defesa do Usuário dos Serviços Públicos*, da Secretaria de Governo, que responde pelo Portal Transparência e pela Ouvidoria do Governo do Estado de São Paulo, cujas atividades continuarão a aproximar, cada vez mais, o Estado e os cidadãos. Contribui, também, para tal objetivo o Programa *Arquivo do Estado: Preservação e Gestão Documental*, da mesma Secretaria, com destaque para o Serviço de Informações ao Cidadão – SIC. Mencione-se, ainda, o Programa *Informações Demográficas, Socioeconômicas e da Ação Governamental*, da Secretaria de Planejamento e Gestão, que visa prover o Governo e a sociedade de informações oficiais necessárias para conhecer e acompanhar a situação demográfica e socioeconômica do Estado de São Paulo, bem como da ação governamental.

**FIGURA 7**  
**Escala Brasil Transparente**



Fonte: Controladoria Geral da União.

A busca pela melhor qualidade dos serviços públicos e pela plena satisfação de seus usuários será um desafio permanente para vários programas deste PPA. A Secretaria de Governo, por meio do Programa *Tecnologia para um Governo Único Orientado ao Cidadão*, integrará diversas bases de dados governamentais e requalificará a oferta de seus serviços. O Programa pretende oferecer soluções de tecnologia voltadas à inclusão e ao empoderamento digital dos cidadãos. Nesse sentido, os serviços oferecidos à sociedade pelos postos do *Acessa São Paulo* e do *Poupatempo* serão incrementados. Espera-se com isso que os já elevados índices de satisfação de seus usuários – permanentemente atualizados e monitorados pelos gestores desses serviços – atinjam níveis de excelência.

O Programa *Um Novo Detran* para São Paulo, da Secretaria de Planejamento e Gestão, busca avançar na implementação de melhorias dos serviços relacionados à habilitação de condutores, documentação e serviços para veículos. O trabalho tem como base a padronização e simplificação de processos, o uso das tecnologias para agilizar a prestação de serviços, a transparência e igualdade de atendimento aos usuários, e a disponibilização de informações claras e corretas. Tal como os dois casos anteriores, o *Novo Detran* é constantemente avaliado por seus usuários, para os quais pretende oferecer serviços com níveis máximos de satisfação.

Diante dos desafios impostos pelo cenário econômico e pelas crescentes demandas da sociedade, o Programa *Desenvolvimento de Parcerias para a Realização de Projetos e Investimentos*, da Secretaria de Governo, contém ações para ampliar a

capacidade de resposta do Estado, por meio de diversas formas de parcerias, como Parcerias Público-Privadas e Contratos de Gestão com Organizações Sociais. Cabe, também, à Secretaria do Governo, por meio dos Programas *Regulação e Fiscalização dos Serviços de Transportes* e *Fortalecimento das Competências Reguladoras em Energia, Gás e Saneamento*, realizar a regulação, a fiscalização, o controle e a avaliação dos serviços mencionados, promovendo a qualidade de sua prestação e a segurança de seus usuários.

Por fim, outro Programa dirigido à eficiência da gestão e à melhoria na prestação de serviços públicos, também de responsabilidade da Secretaria de Governo, é o denominado *Sistema Estadual de Controle Interno*. Por seu intermédio, busca-se fortalecer o controle interno do Poder Executivo, aprimorando e integrando os organismos de auditoria, controle e correição e garantindo a efetividade dos instrumentos de fiscalização, avaliação e controle.

Esse conjunto de programas e iniciativas representa o compromisso do Governo do Estado de São Paulo com uma gestão pública responsável, transparente e eficiente, orientada para resultados e para o diálogo com a sociedade. Os programas aqui comentados não consideram outras iniciativas que contribuem para o mesmo objetivo, inclusive em áreas finalísticas – educação, saúde e segurança, já contempladas nos programas associados aos demais objetivos estratégicos. Mas, para que este Objetivo Estratégico avance, todas elas devem ser consideradas, uma vez que representa uma diretriz que orientou a formulação de todos os programas deste PPA.

## Considerações Finais

O detalhamento do PPA 2016-2019, segundo seus programas, produtos, objetivos, indicadores e metas, compõe o segundo volume desta Lei. Através desses dois volumes, o Governo do Estado de São Paulo apresenta à sociedade, por meio de seus representantes na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, as diretrizes que o norteiam, seus objetivos de mais longo alcance e os meios pelos quais pretende atingi-los, nos próximos quatro anos.

As inovações adotadas na estrutura dos programas do PPA 2016-2019 permitiram a construção de um Plano com novas características e qualificações, que conduzirá, certamente, ao aprimoramento de todo o ciclo de plane-

jamento, orçamento e gestão do Estado. Neste contexto, os desafios estão apenas começando.

À medida que se implementem os programas do PPA 2016-2019, serão conduzidas as atividades de Monitoramento de sua execução e de Avaliação de seu desempenho. Tais atividades permitirão verificar a eficiência de seus processos, mensurar a efetividade de seus resultados e aprimorar a prestação de contas do Governo à sociedade e aos órgãos de controle. São esses resultados que contribuirão para reforçar os mecanismos de integração das políticas públicas e a disseminação de boas práticas de gestão, criando condições para superar desafios e converter as oportunidades em maior bem-estar social.

editoração, impressão e acabamento

**imprensaoficial**

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

